

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O RURAL AGRÍCOLA NA METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE/RS

ÉVERTON DE MORAES KOZENIESKI

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, MAIO DE 2010.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

O RURAL AGRÍCOLA NA METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE/RS

ÉVERTON DE MORAES KOZENIESKI

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Júlio César Suzuki (PPG em Geografia Humana/USP)

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (PPG em Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (PPG em Geografia/UFRGS)

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação
em Geografia como requisito
para obtenção do título de
Mestre em Geografia.**

PORTO ALEGRE, MAIO DE 2010.

Kozenieski, Éverton de Moraes
O Rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS. /
Éverton de Moraes Kozenieski. – Porto Alegre : UFRGS/PPGEA,
2010.
140 f. il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2010.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Vieira Medeiros

1. Geografia. 2. Agricultura. 3. Porto Alegre. 4. Territorialidades. 5.
Relação Cidade-Campo. 6. Rural. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB 10/1113

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa é permeada por muitas reflexões, angústias e trabalhos por parte do pesquisador. Contudo, sua realização não seria possível sem o auxílio de diversas pessoas que de alguma ou outra forma contribuíram para esta dissertação. A todos meus agradecimentos.

Em especial, agradeço minha família pela compreensão e apoio, Vera, Otávio e Bia.

Aos meus amigos, colegas, professores, pelas conversas, discussões e contribuições. Em especial a minha orientadora, professora Rosa, pela parceria, paciência e conselhos.

A todos os agricultores, técnicos e Instituições que de alguma ou outra forma contribuíram com dados e informações para realização desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta dissertação.

RESUMO

Alguns espaços rurais, principalmente os próximos aos grandes centros urbanos, vem apresentando mudanças significativas nas últimas décadas no Brasil. Neles começam a aflorar novas características entre as quais pode-se destacar a extinção de muitos espaços destinados as práticas agrícolas. O município de Porto Alegre não exceção em meio às transformações. Nele evidencia-se a tendência de expansão da cidade em direção as áreas rurais, reconfigurando-as e ocasionando, principalmente, a extinção desses espaços nos quais desenvolvem-se a agricultura. Contudo, muitos desses espaços destinados a essas práticas não se transformaram totalmente em espaços urbanos. Em meio a este contexto na qual agricultura e as dinâmicas sócio-espaciais de Porto Alegre antagonizam-se, a presente pesquisa tem por objetivo compreender os principais elementos econômicos, políticos e culturais mantenedores dos espaços destinados a agricultura, em grandes centros urbanos frente, à extinção e incorporação desses espaços à cidade. Utilizando-se da visão dos agricultores localizados no município de Porto Alegre/RS.

Palavras-chave:

Agricultura, Porto Alegre, Territorialidades, Relação Cidade-Campo, Rural

ABSTRACT

Some rural spaces, especially close to large urban areas, have shown significant changes over the last decades in Brazil. Within these spaces new characteristics begin to emerge in which can be highlighted the extinction of many spaces dedicated to agricultural practices. The city of Porto Alegre is not an exception among these transformations. It becomes evident the trend of expansion of the city towards the rural areas, changing their configuration and causing, mainly, the extinction of these spaces on which agriculture has been developed. However, many of these spaces destined to these practices did not become completely urban spaces. In this context in which agriculture and the socio spatial dynamics of Porto Alegre become antagonistic, this research seeks to understand the main economic, politic and cultural elements that support the spaces destined to agriculture, in large urban centers face, to the extinction and incorporation of these spaces to the city. Using the view of the farmers located in the city of Porto Alegre/RS.

Keywords:

Agriculture, Porto Alegre, Territoriality, Relation City-Countryside, Rural

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mancha Urbana da RMPA.....	3
Figura 2 - Localização da Área de Estudo.....	5
Figura 3 – Etapas dos Procedimentos Metodológicos.....	9
Figura 4 – Evolução Urbana até 1980	53
Figura 5 - Altimetria e Corpos D'água.....	54
Figura 6 - Porto Alegre: Comercialização Ceasa/RS	72
Figura 7 - Atendimentos Emater/RS	73
Figura 8 - Porto Alegre: Famílias de Agricultores Atendidas – Emater/RS	74
Figura 9 - Porto Alegre: Uso e Ocupação do Solo	75
Figura 10 - Porto Alegre: Caminhos Rurais	76
Figura 11 - Plano Diretor de 1959	91
Figura 12 - PDDU: Modelo Espacial e Divisão Territorial.....	92
Figura 13 – PDDUA: Estratégia de Produção da Cidade.....	93
Figura 14 - PDDUA: Macrozonas	94
Figura 15 – PDDUA: Modelo Espacial.....	95
Figura 16 – Produção Orgânica com Mais de um Cultivo no Mesmo Canteiro	99
Figura 17 - Produtos Agroindustriais Elaborados pela Família do Agricultor H.....	99
Figura 18 – Plantação de Pêssegos do Agricultor C e ao Fundo Habitações	106
Figura 19 – Bairros do Município de Porto Alegre	120
Figura 20 – Principais Vias de Porto Alegre	121
Figura 21 – Localização dos Estabelecimentos dos Entrevistados.....	122

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - População Urbana e Rural no Brasil.....	2
Gráfico 2 - Evolução do Crescimento da População de Porto Alegre.....	32
Tabela 1 - Estabelecimentos Agropecuários e Suas Respectivas Áreas.....	57
Tabela 2 – Porto Alegre: Produtos Agropecuários Censo Agropecuário (2006)	58
Tabela 3 - Porto Alegre: Estrutura Fundiária Segundo INCRA	59
Tabela 4 - Porto Alegre: Produtos Comercializados na Ceasa/RS	61
Tabela 5 - Porto Alegre: Produção Agropecuária – Emater/RS	63
Tabela 6 – Perfil dos Entrevistados e Suas Atividades Produtivas	98

LISTA DE SIGLAS

AOI -	Área de Ocupação Intensiva
AOR -	Área de Ocupação Rarefeita
Ascobev -	Associação Comunitária de Belém Velho
CAD -	Centro Agrícola Demonstrativos
CCIR -	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
Ceasa/RS -	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CNPJ -	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Emater/RS -	Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU -	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITR -	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Metroplan -	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
PDDU -	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDUA -	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PIB -	Produto Interno Bruto
Pronaf -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS -	Rio Grande do Sul
SMAM -	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMIC -	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
SMTUR -	Secretaria Municipal de Turismo
SNCR -	Sistema Nacional de Cadastro Rural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O DELINEAR DA PESQUISA	6
PERCURSOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA	7
Procedimentos Metodológicos	9
OS PRÓXIMOS CAPÍTULOS	15
1. REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1. O TERRITÓRIO	17
1.2. A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO	25
1.3. O RURAL EM QUESTÃO	34
2. A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	40
2.1. A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO	41
2.2. A CHEGADA DOS AÇORIANOS	43
2.3. A MIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA	44
2.4. A INDUSTRIALIZAÇÃO	46
2.5. A METROPOLIZAÇÃO	48
2.6. CONSIDERAÇÕES	50
3. A AGRICULTURA EM PORTO ALEGRE	55
3.1 OS DADOS DO IBGE	55
3.2. OS REGISTROS DO INCRA	59
3.3. A COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA/RS	60
3.4. AS INFORMAÇÕES DA EMATER/RS	62
3.5. OS DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	64

3.6. CONSIDERAÇÕES	67
4. PLANEJAMENTO DE PORTO ALEGRE: ZONA URBANA E RURAL	77
4.1. PROJETO DE MELHORAMENTO E ORÇAMENTO	78
4.2. ANTEPROJETO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE.....	79
4.3. O PLANO DIRETOR DE 1959	80
4.4. PRIMEIRO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	81
4.5. PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL	82
4.6. CONSIDERAÇÕES	86
5. OS AGRICULTORES E SUAS PRÁTICAS: TERRITORIALIDADES E PERCEPÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES.....	96
5.1. QUEM SÃO NOSSOS ENTREVISTADOS?.....	97
5.2. QUAIS SÃO AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS PELOS AGRICULTORES?.....	102
5.3. CONSIDERAÇÕES	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	119
APÊNDICE A – BAIROS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	120
APÊNDICE B – PRINCIPAIS VIAS DE PORTO ALEGRE	121
APÊNDICE C - LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DOS ENTREVISTADOS	122
APÊNDICE D – MODELO BASE DAS QUESTÕES-GUIA	123
ANEXOS	125
ANEXO A – PARECERES DA BANCA EXAMINADORA.....	126

INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua trajetória, passou por diferentes momentos políticos e econômicos nos quais os espaços rurais e os espaços urbanos foram valorizados de forma diferenciada. Desde o início da colonização aos séculos seguintes, foram adotados modelos econômicos caracterizados pela produção agrária de monoculturas para a exportação. Esse modelo dotava o campo como o grande concentrador da população. Ele era também o grande vetor de desenvolvimento, pois centralizava boa parte da produção da riqueza através da produção de cultivos, como a cana-de-açúcar. Os aglomerados urbanos, por sua vez, tinham o papel de representações da metrópole portuguesa. Neles, além de emanar as diretrizes e os interesses da coroa portuguesa, resolviam-se questões menores, sobretudo, pelo poder delegado à Igreja.

Ao longo do século XIX tal situação modifica-se expressivamente, pois os aglomerados urbanos passam por um processo de ressignificação e transformação material. Esses incorporam outras atividades econômicas, além da dimensão administrativo-religiosa, onde as atividades fabris, bancárias e a expansão do comércio, contribuíram para tal situação. (SUZUKI, 2009)

Ao fim da década de 1920, temos uma reestruturação significativa do Estado brasileiro e das forças entre as classes sociais. Como resultado, o modelo de desenvolvimento nacional começa a ser substituído, enquanto atividade principal, por um modelo pautado na produção urbano-industrial. Decorrente dessa nova intenção política e econômica criou-se uma série de políticas de valorização das cidades a partir da construção de infra-estruturas e o incentivo ao capital, que transformaram as atuais metrópoles em grandes pólos atrativos. Essas políticas trouxeram conseqüentemente novas dinâmicas, alterando expressivamente as características sociais do Brasil.

O processo de industrialização transformou as grandes cidades em pólos industriais, assim como transformou boa parte do campo que passou pela modernização da agricultura, gerando, entre outros elementos, uma intensa mecanização na produção agrícola e substituiu boa parte da mão de obra por máquinas. As consolidações dessas ações levaram o Brasil a vivenciar um acentuado movimento migratório de caráter rural-urbano. Transformando, dessa forma, as atuais metrópoles e grandes cidades no destino de milhares de pessoas expropriadas do campo que, em busca de melhores oportunidades, procuraram os grandes centros industriais.

As cidades começam a concentrar significativamente a população brasileira como

pode ser evidenciada a partir dos dados populacionais mostrados no GRÁF. 1. Ampliou-se assim, o número de habitantes nos município com características industriais e também a cobertura espacial desses, ou seja, as cidades avançam cada vez mais sobre os espaços pouco habitados, principalmente, os destinados às práticas agrícolas e à preservação ambiental. Essas características culminaram na extinção de vários espaços agrícolas no entorno de centros urbanos onde historicamente essas práticas existiam.

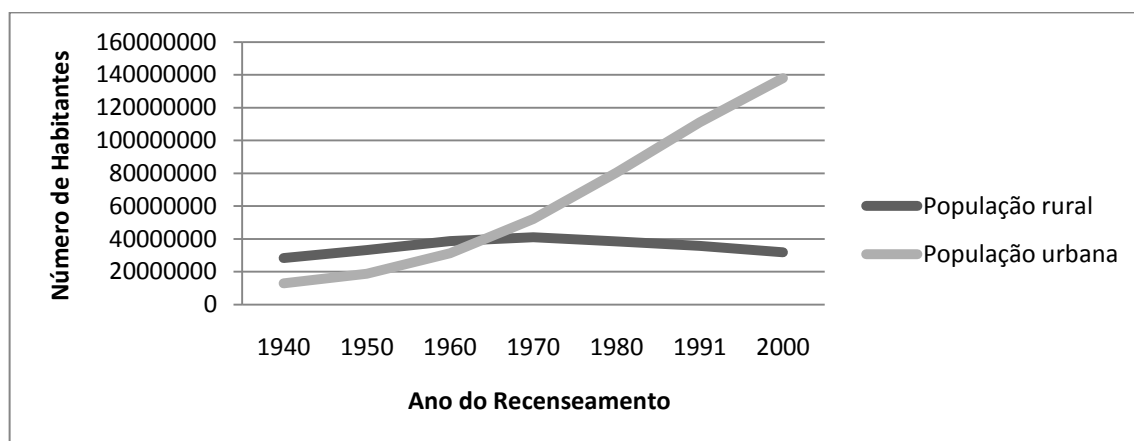


Gráfico 1 - População Urbana e Rural no Brasil

Fonte: Censos Demográficos do IBGE¹ de 1940-2000.

O município de Porto Alegre e sua região metropolitana² não são exceções a esse contexto brasileiro. A industrialização e a urbanização estão presentes e marcam o espaço metropolitano em questão. Contudo, a expansão da urbanização e as transformações do campo em cidade no município de Porto Alegre não é um fato recente, como demonstra Mertz (2002):

Porto Alegre foi um município essencialmente agrícola somente até 1835, quando extensas chácaras ocupavam a região além da delimitação da zona urbana. A sua condição de centro político e administrativo rapidamente alterou essa situação, passando a desenvolver uma economia predominantemente urbana comercial e industrial. Os produtos agrícolas necessários para a reprodução desse mercado em expansão passaram a vir dos municípios limítrofes, nos quais ampliação urbana se deu mais tardiamente. (p. 35–36).

No século XX a expansão urbana ultrapassou os limites administrativos do município, configurando o fenômeno da metropolização. A este respeito, Scussel (2002) afirma que a crescente urbanização como elemento de integração regional e transformação sócio-espacial. Para ele, a grande concentração é a marca desse fenômeno centrado no urbano

(...) cabe destacar a metropolização como fenômeno decorrente de um crescente

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

² Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

processo socioeconômico de concentração – concentração industrial, populacional, concentração de redes de infra-estruturas, etc. A expansão desse processo reflete-se, espacialmente, no avanço e na transformação da urbanização sobre o território. (Scussel, 2002, p. 47)

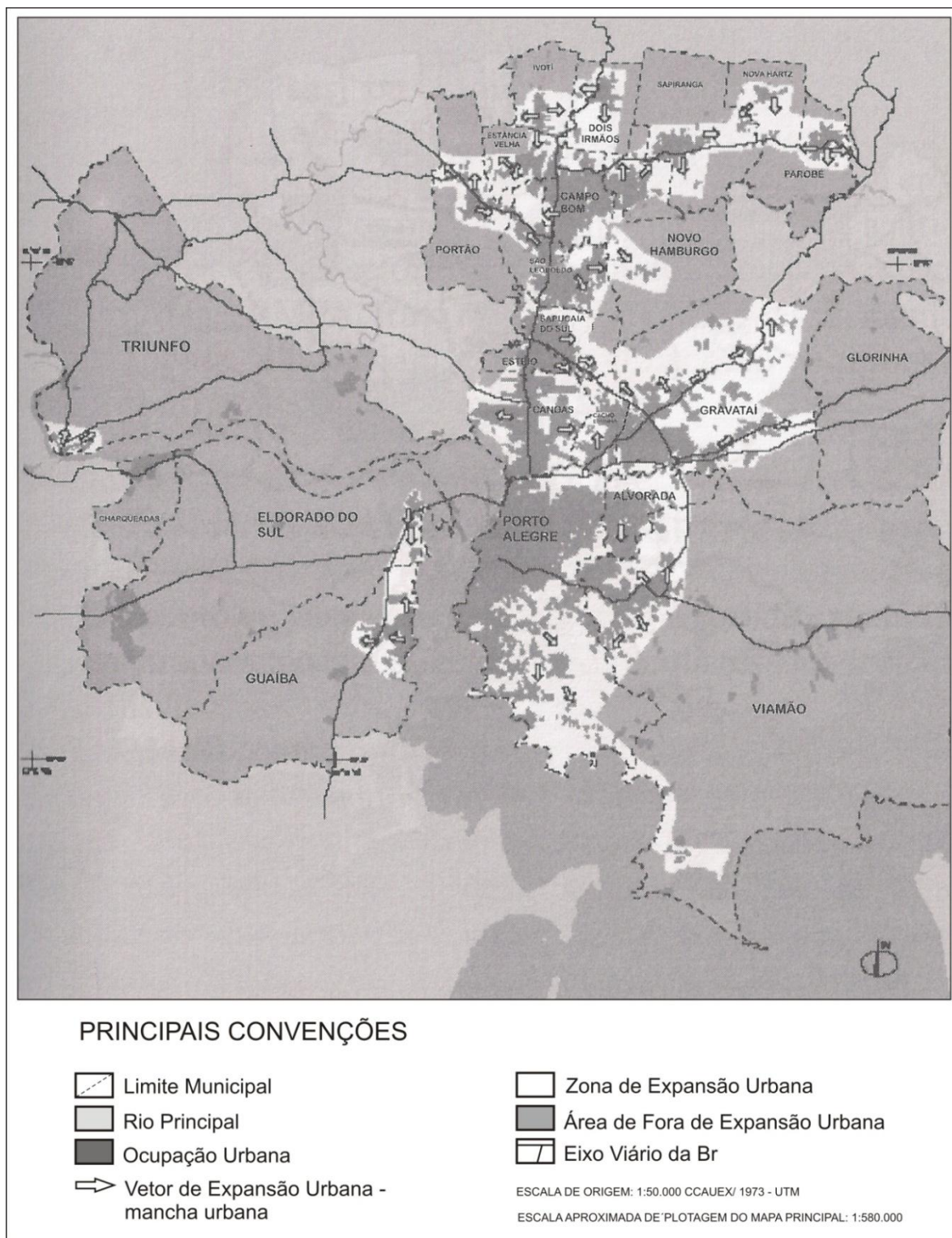


Figura 1 - Mancha Urbana da RMPA

Fonte: SCUSSEL, 2002, p. 49. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

A concentração entorna do urbano persiste nas décadas seguintes em Porto Alegre, contudo, a partir da década de 1990, começa a aflorar novas características no município. Uma delas é o deslocamento de boa parte da população de alta renda, dos grandes centros urbanos, para as áreas rurais próximas. Esta população busca a “tranquilidade”, a segurança e as melhores condições de vida dos espaços rurais, fugindo dos problemas urbanos, sem estar tão afastado deste. Também nesse espaço temos a proliferação de pequenos e de microestabelecimentos rurais destinados ao lazer e não podemos deixar de registrar a permanência de estabelecimentos onde a produção rural tem predomínio. Assim no rural de Porto Alegre acabam surgindo novas características e novas atividades, com uma grande diversidade de situações, interesses e atores envolvidos.

Tais situações delineiam determinadas características a Porto Alegre. A mancha urbana, apresentada por Scussel (2002), ilustrada pela FIG. 1, indica algumas dessas características. Nela é apresentado espacialmente o resultado da metropolização e da urbanização na RMPA. A situação retrata o ano de 1997, e nela é possível verificar tendências de desenvolvimento e expansão dessa mancha por espaço menos habitados, como é o caso da zona sul do município de Porto Alegre. Espaço esse, reconhecidamente caracterizado por chácaras e sítios de forte relação com o rural. Nessa figura, fica evidente que a cidade de Porto Alegre se estende por quase todo município e, as áreas que não fazem parte do urbano estão em processo de incorporação à malha urbana.

Nesse contexto, Kozenieski *et al.* (2007) traz um exemplo de um espaço rural que se modificou, é o caso do bairro Vila Nova em Porto Alegre. Nesse bairro, reconhecidamente rural, em que historicamente se produzia hortifrutigranjeiros, percebemos hoje que está em meio a um processo de reestruturação fundiária. Esse bairro, antigo pólo de produção rural, hoje caracteriza-se por uma forte função residencial. Essa transformação na qual o Bairro Vila Nova passou não ocorreu em outros espaços rurais da capital gaúcha, assim sendo, alguns espaços rurais se mantiveram com produção de gêneros agrícolas, com grande destaque para a zona sul do município. Alguns espaços não se transformaram totalmente em espaços urbanos.

Cabe, por fim, ressaltar que o Município de Porto Alegre³ (FIG. 2), capital do Estado do Rio Grande do Sul, está situado ao sul do Brasil onde atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com uma população de 1.436.123 habitantes⁴, sendo a décima primeira cidade mais populosa do Brasil. No que se refere à

³ No apêndice A e B encontram-se, respectivamente, os mapas dos bairros e das vias de circulação do município.

⁴ Fonte: IBGE. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>>. Acesso em: 05 set. 2009.

economia, o Produto Interno Bruto (PIB) do município é de aproximadamente 27 bilhões de Reais⁵, desde grande parte é gerada pelo setor de serviço que representa aproximadamente 86,87% do total. O restante do PIB município está dividido entre o setor industrial e o agropecuário que, respectivamente, são responsáveis por 13,07% e por 0,06% do PIB.



Figura 2 - Localização da Área de Estudo

Fonte: HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre. 2008. Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

⁵ Fonte: IBGE; Diretoria de Pesquisas; Coordenação de Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2007.

O DELINEAR DA PESQUISA

Em meio a todo esse quadro de transformação e reestruturação dos espaços e das atividades rurais, onde ora os espaços rurais são incorporados à cidade e ora são transformados em um rural com novas atividades e com a presença de novos grupos sociais, surgem alguns questionamentos que orientam esta pesquisa:

- ✓ Por que alguns espaços rurais resistem mesmo havendo uma tendência de transformação tão evidente?
- ✓ Quais são as consequências da legislação municipal de Porto Alegre junto ao rural?
- ✓ Os agricultores que, historicamente produzem no município de Porto Alegre, estão adaptados as novas interações econômica, políticas e culturais, propiciadas pelas novas dinâmicas entre a cidade e o campo?
- ✓ A manutenção está relacionada à adaptação, por parte dos agricultores, as novas dinâmicas com a cidade?

Estes questionamentos suscitam diferentes tópicos e possibilidades de pesquisa. Contudo, optamos na presente pesquisa, por analisar a agricultura⁶ como objeto de estudo, frente ao fenômeno de extinção dos espaços destinados a essas atividades, em uma metrópole. Utilizando como recorte espacial o município de Porto Alegre, através dos agricultores que atualmente produzem no município. Frente a essas escolhas, os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral:

Compreender os principais elementos econômicos, políticos e culturais mantenedores dos espaços destinados a agricultura, em grandes centros urbanos, frente à extinção e incorporação desses espaços à cidade. Utilizando-se da visão dos agricultores localizados no município de Porto Alegre/RS.

Objetivos Específicos:

- ✓ *Caracterizar a ocupação territorial do município de Porto Alegre;*
- ✓ *Demonstrar as atividades agrícolas em Porto Alegre/RS sob ponto de vista das*

⁶ Compreendida em consonância a definição de Suzuki (2009), “(...) conjunto principal de atividades, relativas aos cultivos e aos sistemas criatórios, presentes no campo, conforme se convencionou nos estudos de Geografia da Agricultura.” (p. 241).

características produtivas e da localização espacial;

- ✓ *Avaliar a influência do planejamento urbano municipal frente as transformações territoriais, enfatizando o Plano Diretor;*
- ✓ *Evidenciar as práticas econômicas, políticas e culturais, que persistem e buscar as razões desta manutenção;*

Escolher como objeto de estudo a agricultura em uma metrópole, pode parecer contraditório devido às fortes relações desenvolvidas em meio a esses centros com as atividades e as relações urbanas. Contudo, em muitas delas encontramos espaços rurais que não se transformaram inteiramente em espaços urbanos, e determinadas práticas sociais mantêm-se, como ocorre no caso de Porto Alegre/RS. Contudo, estudar essa temática pode auxiliar no melhor entendimento dessa atividade econômica nas proximidades de grandes centros urbanos contribuindo para a ciência geográfica e para possíveis políticas públicas.

PERCURSOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA

A realização de uma pesquisa envolve discussões e decisões em vários momentos do percurso investigativos. Essas determinações passam pela escolha do objeto de estudo, das questões norteadoras e, em outras, pela decisão dos caminhos, das operações mentais e técnicas utilizadas no desenvolvimento da pesquisa. A presente investigação não se diferencia das demais nesse quesito, já que buscamos elementos para consolidar e estruturar a pesquisa, da mesma forma, que técnicas visam alcançar os objetivos propostos. Frente a isso, as decisões sobre o método utilizado, as metodologias desenvolvidas e as técnicas que amparam a pesquisa, tornam-se imprescindíveis.

Especialmente sobre o método, podemos considerá-lo como um elemento de grande importância na constituição da pesquisa. Esse é concebido de diferentes formas frente às distintas correntes filosóficas. As divergências passam essencialmente pelas visões diferenciadas, por vezes antagônicas, de cada corrente filosóficas e, não podemos deixar de frisar, os debates entre os quais questiona-se a utilização de um determinado método junto a pesquisa. Onde esse limita ou abre caminhos para a investigação.

Sobre a compreensão do que é o método, Sposito (2004) concebe que “(...) *como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua investigação.*” (p. 24). Para ele o método não pode ser abordado do ponto

de vista disciplinar.

Frente às divergências, Gil (2008) busca uma definição. *“Pode-se definir o método como o caminho para chegar a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento.”* (p. 8). Esse autor classifica os métodos como “métodos que propiciam bases lógicas” e “métodos que indicam os meios técnicos da investigação”. Os primeiros são *“(...) métodos desenvolvidos com grande grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.”* (p. 9). O outro representa os processos de obtenção, processamento e validação dos dados na pesquisa. Gil, ressalta ainda que, determinadas grandes teorias, subordinam-se a outras que sugerem normas e procedimentos, podendo ser designadas, também, como métodos.

A escolha do método em determinada investigação passa pela concepção filosófica do pesquisador, da mesma forma através do objeto de estudo escolhido, assim como o fenômeno analisado e as concepções destinadas a ele. Na presente pesquisa, que tem como objeto de estudo a agricultura em Porto Alegre e a busca da compreensão do fenômeno da extinção nos espaços destinados à agricultura, parte-se do entendimento que o objeto e o fenômeno estudado são, historicamente, determinados e compõem-se de estruturas econômicas, ideológicas e jurídico-políticas. Tal proposição visa trazer à tona características da vida em sociedade, da sua evolução histórica e as práticas sociais dos homens.

Frente a esse contexto, no qual a pesquisa interage com as concepções filosóficas, evidentes ou não, com olhar do pesquisador e das escolhas do objeto como do fenômeno de estudo. Orientamos nossa pesquisa próxima a concepção filosófica do materialismo histórico. Da mesma forma, está sob a base lógica do materialismo dialético, concepção na qual compreende que:

O universo seria formado de matéria em movimento, numa evolução que vai atingindo níveis sucessivos, até o último nível; tudo está, pois, em processo, tudo está engajado num desenvolvimento histórico. A dialética não defini apenas a marcha do espírito humano na aquisição de conhecimentos, mas é tida como a própria essência da sociedade e do universo. (QUEIROZ, 1978, p. 270).

Outro ponto importante a ser considerado é que, nessa concepção, torna-se impossível analisarmos objetos e/ou fenômenos de forma isolada, pois nada está separado de forma absoluta. Os objetos e fenômenos estão sempre em relação uns com os outros.

O universo não é uma associação fortuita de objetos ou de fenômenos, que possa ser desmembrada tranquilamente; pelo contrário, objetos e fenômenos estão organicamente ligados (como organicamente ligados estão matéria e pensamento), dependem uns dos outros e se condicionam reciprocamente. Nenhum fenômeno do universo pode ser compreendido isoladamente, destacado do meio em que surgiu e ao qual se liga, numa posição que lhe é específica e que também se transforma.

Estes fenômenos (e também a matéria), estão constantemente em movimento e transformação; constantemente algo nasce e se desenvolve, constantemente algo se desagrega e se modifica. (QUEIROZ, 1978, p. 271)

Desse modo, buscamos compreender a agricultura que é desenvolvida atualmente em Porto Alegre de forma relacional ao fenômeno da extinção dos espaços destinados a essa prática. As manutenções do rural e de suas atividades estão em movimento e, em transformação constante, culminando ou não em novas formas sócio-espaciais.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos propostos para essa pesquisa foram inspirados junto à proposição de Triviños (2008) para pesquisas na linha da dialética. Cada etapa desenvolvida é composta por diferentes formas de obtenção e análise de informações relevantes à investigação. Esses passos metodológicos estão interligados, apresentando uma sequência de procedimentos. Cabe salientar, que houve a concomitância de muitas atividades junto à realização da investigação, ou seja, a pesquisa não foi desenvolvida de forma linear, e sim com a sobreposição de algumas etapas.

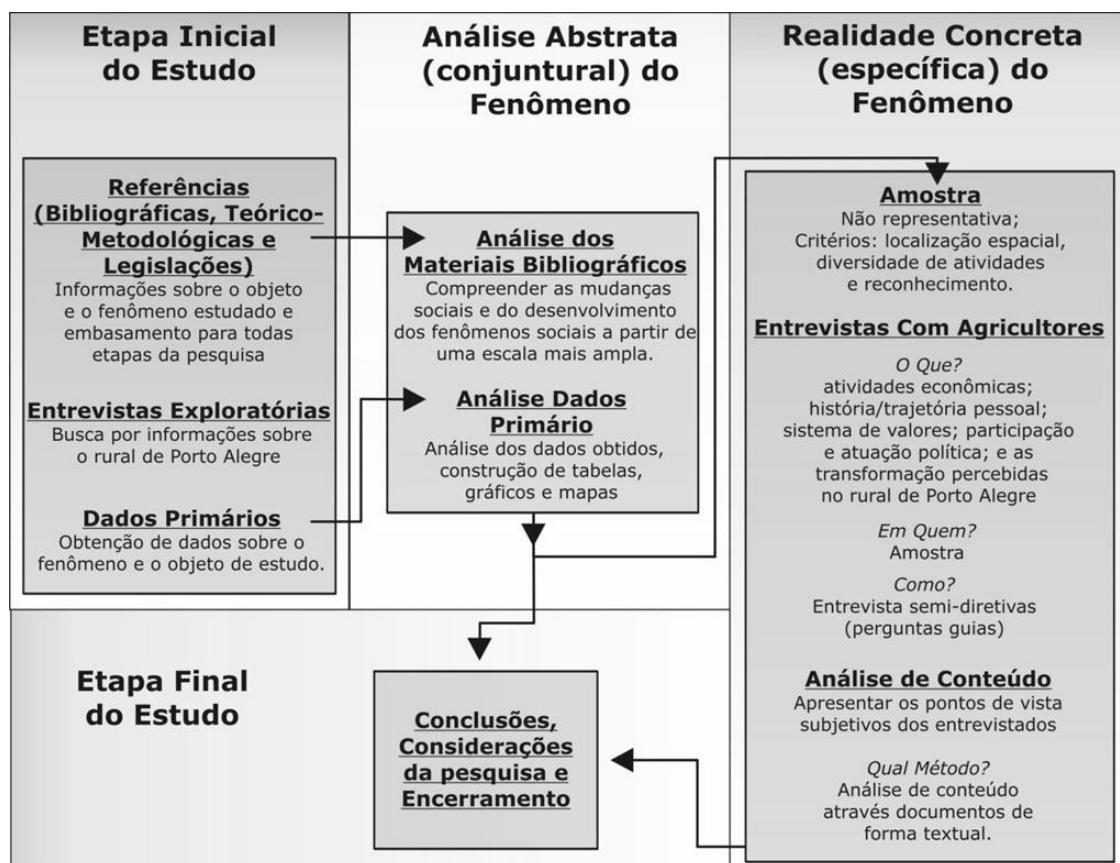


Figura 3 – Etapas dos Procedimentos Metodológicos

Fonte: Elaborado por Everton de Moraes Kozenieski.

Nesse contexto, a pesquisa está dividida em quatro etapas metodológicas descritas a seguir. Essas etapas apresentam uma determinada processualidade que, frente ao percurso investigativo da pesquisa, é expressa através da FIG. 3.

Etapa Inicial do Estudo

Nessa primeira etapa, busca-se a “contemplanção viva” do fenômeno (sensações, percepções, representações), ou seja, procura-se estabelecer a singularidade do objeto e do fenômeno de estudo, de que esses existem, e que são diferentes de outros fenômenos. Identificam-se as primeiras características da agricultura em Porto Alegre. A situação apresenta-se como ela é, o que representa, o seu significado para existência da sociedade. Realizam-se as primeiras reuniões de materiais, de informações, fundamentalmente através de observações e análises de documentos (dispositivos legais, diretrizes, dados estatísticos etc.). Nessa etapa defini-se a pesquisa busca-se o aporte teórico metodológico e levanta-se as hipóteses que guiarão o estudo. Essa etapa é operacionalizada através de:

Referências – Busca por informações de diferentes dimensões para o embasamento da pesquisa; procura por informações e estudos referentes à área em questão; busca por pesquisas com problemática e propostas similares de análise a nossa proposta; procurar por referências teóricas e conceituais, a fim de melhor compreender as dinâmicas na área de estudo e de seus processos; busca de referências metodológicas, com o objetivo de organizar a pesquisa do ponto de vista operacional; informar-se as legislações que incidem de forma direta no rural de Porto Alegre dando ênfase aos planos diretores, tendo em vista, importante participação junto ao planejamento territorial do município.

Entrevistas Exploratórias – Entrevistas desenvolvidas com o intuito de melhor compreender o objeto e o fenômeno estudado, no qual buscou-se revelar aspectos velados, encontrar hipóteses sobre as idéias, reflexões e alternativas de trabalho. As entrevistas exploratórias ocorreram de forma aberta e flexível junto aos representantes de instituições que atuam em Porto Alegre. Os entrevistados foram: a Prefeitura, através do Centro Agrícola Demonstrativos (CAD) da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e representante da Secretaria do Planejamento; a Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); o Sindicato Rural Patronal de Porto Alegre; as *Centrais* de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS); e a Associação dos Caminhos

Rurais de Porto Alegre.

Coleta de Dados Primários – Obtenção de dados referentes ao município de Porto Alegre especialmente os alusivos à agricultura e outras demandas da pesquisa. Consulta aos dados primários produzidos através de Institutos de Pesquisa e outras instituições atuantes no município, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Emater/RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Ceasa/RS, Sindicato Rural Patronal de Porto Alegre e Associação dos Caminhos Rurais. Cabe destacar que não foram disponibilizados todos os dados solicitados para essa pesquisa.

Análise Abstrata (conjuntural) do Fenômeno

Nesse segundo momento, busca-se penetrar na dimensão abstrata do fenômeno. Observam-se elementos ou partes que o integram. Estabelecem-se as relações sócio-históricas do fenômeno. Determinam-se os traços quantitativos do fenômeno. Nessa etapa, será processada uma análise do objeto e do fenômeno estudado em uma escala ampla, referente ao município de Porto Alegre, em busca de suas características gerais. Será destacado os elementos econômicos e políticos que influenciaram historicamente a atual configuração territorial sob a ênfase das materialidades em sua processualidade histórica. Nessa etapa da pesquisa, serão analisados os dados estatísticos e as informações obtidas na etapa anterior, a fim de caracterizar a agricultura e a extinção de espaços destinados a essa atividade. A etapa é operacionalizada da seguinte forma:

Análise dos Materiais Bibliográficos - Análise com a finalidade de compreender as mudanças sociais e do desenvolvimento dos fenômenos sociais, a partir dos traços gerais em um escala ampla. Enfatizou-se a configuração territorial do município a partir de uma visão histórica, apresentando a expansão urbana ao longo do tempo. Buscou-se também analisar o planejamento urbano incidente sobre o município de Porto Alegre, buscando compreender suas características, suas diretrizes, e suas consequências para a manutenção das atividades agrícolas.

Análise dos Dados Primários – Análise das informações obtidas na etapa de coleta de dados primários com a finalidade de caracterizar a agricultura e o fenômeno de sua

extinção nos espaços destinados a ela no município de Porto Alegre. Para tanto, observou-se as características econômicas, populacionais e as referentes à distribuição das atividades agrícolas desenvolvidas no município. As informações obtidas foram compiladas, comparadas e expressas através da apresentação de dados de forma literal, de gráficos, de tabelas e de mapas. Cabe destacar que os mapas temáticos elaborados na pesquisas foram desenvolvidos sob as bases cartográficas utilizadas junto ao Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre⁷ disponibilizadas pelo Laboratório de Geoprocessamento (LabGeo⁸) do Centro de Ecologia da Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essas bases encontram-se em nível de detalhe compatível com a escala 1:15.000 sob o datum SAD69.

A Realidade Concreta (específica) do Fenômeno

Essa etapa visa estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, seu fundamento, sua realidade, seu conteúdo e sua forma. Significa também identificar o que nele é singular e geral, o necessário e o contingente. Para compreender o objeto e o fenômeno estudado e, atingir a realidade concreta destes, realizou-se observações e coletas de informações, junto a alguns agricultores que permanecem nas atividades produtivas do município. A análise de tais informações permite compreender suas dinâmicas próprias e suas relações com os processos averiguados em escala municipal. Assim, buscamos caracterizar as unidades produtivas para compreender as transformações nos quais o município foi palco junto à atividade agrícola, em uma escala de análise mais restrita. Pretende-se também enfatizar como esses atores se vêm frente a essas dinâmicas mais gerais, como se relacionam com esses novos elementos e como esses são percebidos. Em síntese, busca-se compreender a construção das materialidades constituídas historicamente frente aos agricultores familiares do município, da mesma forma que as imaterialidades cotidianas em sua relação com o rural.

Amostra – Busca indicar uma amostra de produtores rurais para a realização das entrevistas com agricultores. Sendo necessária essa amostragem devido à impossibilidade de tempo para a obtenção e análise de informações com o universo. Também pelas características das entrevistas propostas e, a forma de análise das informações geradas através delas. Portanto, utilizaremos uma amostra não representativa da população total, onde a

⁷ HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre. 2008.

⁸ As bases cartográficas estão disponíveis em: <<http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

definição e seleção dos agricultores obedeceram três critérios: *localização espacial*⁹, objetiva entrevistar agricultores localizados em diferentes pontos do município; *diversidade de atividades*, entrevistas a agricultores que realizam diferentes atividades produtivas e comerciais; *reconhecimento*, busca por agricultores que destacam-se devido a sua produtividade, representatividade ou reconhecimento junto aos demais. Buscou-se selecionar agricultores com diferentes perfis. A escolha dos entrevistados foi amparada nas informações obtidas junto às instituições atuantes no rural de Porto Alegre, nos dados apresentados da etapa anterior dessa pesquisa (Análise abstrata (conjuntural) do fenômeno) e através de indicações de outros agricultores. No total, foram escolhidos dez (10) agricultores para a realização das entrevistas.

Entrevistas com Agricultores – Nessa etapa de obtenção de informações foram entrevistados apenas uma determinada amostra¹⁰ de agricultores. Optamos por usar as entrevistas como instrumento para obter as informações. Essas consistem em uma forma de interação na qual, o entrevistado exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma determinada situação, através de indagações proposta pelo entrevistador, e onde o entrevistador tem, além do papel de inquiri, a função de facilitador da entrevista, através de perguntas abertas e da percepção das reações do entrevistado, aumentando o grau de autenticidade e de profundidade da entrevista.

Entre as diferentes formas de entrevistas optamos pelas semi-diretivas. Esta consiste em questionamentos que não são inteiramente abertos e tão pouco são encaminhados por um grande número de perguntas precisas. Conforme afirma Quivy e Campnhoudt (2003), o entrevistador deve

Tanto quanto possível, “deixará andar” o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-à simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível. (p. 192-193)

Essa metodologia permite ao pesquisador ter um elevado grau de profundidade nos elementos de análise recolhidos, além disso, permite também a obtenção de testemunhos e de interpretações por parte dos entrevistados respeitando, assim, sua linguagem e suas categorias mentais. Tais possibilidades são possíveis devido a flexibilidade e a pouca diretividade

⁹ O mapa contendo a localização dos estabelecimentos rurais dos agricultores entrevistados encontra-se no Apêndice C.

¹⁰ A forma de escolha da amostra está especificada no procedimento anterior.

presente neste método. (QUIVY; CAMPNHOUDT, 2003)

Desta forma, as informações foram obtidas a partir de entrevistas semi-diretivas, conduzidas através de um conjunto de questões-guia, que foram registradas a partir de gravações de áudio. Nessas entrevistas foram enfatizados alguns temas expressos nas questões-guia¹¹. As principais informações que foram buscadas são: as *atividades econômicas* - características produtivas, formas de produção, comercialização realizados junto aos estabelecimentos rurais¹²; a *história/trajetória pessoal* - relação dos agricultores com as atividades rurais ao longo de suas vidas; o *sistema de valores* - a percepção, o que representa ser um agricultor no contexto porto-alegrense; a *participação e atuação política* - participação e importância dessa atividade em sua vida; e, por fim, as *transformação percebidas no rural de Porto Alegre* - a visão dos agricultores frente as transformações no das quais Porto Alegre vem sendo palco, suas percepções sobre esses fenômenos e suas projeções sobre o futuro do rural no município.

Optou-se por não divulgar os nomes dos agricultores entrevistados. Tal decisão busca proteger suas identidades evitando, dessa forma, situações embaraçosas na quais eles podem ser envolvidos, devido as informações expostas durante as entrevistas. Contudo, para fins de diferenciação das falas, identificamos os agricultores através de letras, ou seja, os dez entrevistados estão designados, respectivamente, como: A, B, C, D, E, F, G, H, I e J.

Análise de Conteúdo - Analisa-se as informações obtidas na etapa de entrevistas com agricultores e tem por finalidade apresentar os pontos de vista subjetivos dos entrevistados sob relações com relação ao rural. A referida análise partirá da transcrição íntegra das gravações de áudio, respeitando o vocabulário, o estilo das respostas e as eventuais contradições da fala dos entrevistados. A transcrição será seguida da análise do conteúdo, onde as falas serão categorizadas e enquadradas em definições operacionais adotados nessa pesquisa para, dessa forma, evidenciar os elementos relevantes ao trabalho. As categorias utilizadas são: perfil dos agricultores, atividades econômicas, relações políticas, elementos culturais e percepção das transformações.

A análise de conteúdo constitui-se como um método que apresenta rigor e profundidade. A partir dele é possível, também, a análise, entre outras possibilidades, das ideologias, dos valores, das representações e das aspirações dos entrevistados. Bem como as transformações, a análise de estratégias, do que está em jogo num conflito, dos componentes

¹¹ O modelo base das questões-guia utilizadas nas entrevistas encontra-se no Apêndice D.

¹² O termo “estabelecimentos rurais” é empregado, nessa pesquisa, com sinônimo de propriedades rurais.

de uma situação problemática, das interpretações de um acontecimento, das relações latentes a uma decisão e do impacto de uma medida. (QUIVY; CAMPNHOUDT, 2003)

Etapa Final do Estudo

Momento final da pesquisa, no qual se buscou analisar as informações obtidas ao longo da pesquisa, compará-las e avaliá-las. Momento final de caracterização do objeto e fenômeno estudado, verificando-se tais hipóteses. É um momento da investigação que tende a estabelecer a realidade concreta do fenômeno.

OS PRÓXIMOS CAPÍTULOS

No trilhar dos percursos investigativos gerou-se um conjunto de informações, análises e resultados, como consequência da efetivação da pesquisa e da aplicação dos procedimentos anteriormente descritos. A fim de estruturar essas informações obtidas junto à pesquisa e melhor explicitar o trabalho realizado, foram estruturados cinco capítulos, descritos a seguir:

O primeiro capítulo, “Referencial Teórico”, apresentaremos alguns marcos teóricos que orientaram a pesquisa e possibilitaram a compreensão da proposta de estudo. Para tanto, partimos da compreensão que a análise das atividades agrícolas realizadas no município pode ser amparada frente a uma abordagem territorial. Assim, o conceito de “território” é detalhado. Da mesma forma, buscamos nas perspectivas teóricas da “relação cidade-campo” e do “rural”, fundamentos para compreender das dinâmicas junto ao município.

No capítulo “Ocupação Territorial de Porto Alegre” buscamos demonstrar a produção e a expansão das materialidades urbanas junto ao município, destacando os espaços em que há atividades rurais. Destacamos a produção sócio-espacial ocorrida em Porto Alegre em diferentes momentos históricos da capital.

No terceiro tópico, “A produção Agrícola de Porto Alegre”, buscamos enfatizar as características atuais da agricultura e das atividades rurais que são realizadas no município. Enfatiza-se a dimensão econômica dessas atividades, da mesma forma, que as características fundiárias, produtivas e de localização espacial dessas práticas.

No Quarto, “O Planejamento Municipal”, analisa-se as transformações do planejamento urbano municipal através de suas deliberações em diferentes planos diretores. Busca-se compreender o papel delegado as atividades agrícolas junto ao seu planejamento e,

evidenciar as ações de incentivo e desincentivo a essas atividades.

Por fim, no capítulo “Os Agricultores e Suas Práticas: Territorialidades e Percepções das Transformações” enfatiza-se o perfil dos entrevistados, com destaque às atividades produtivas realizadas por eles. Buscar-se-á, também, caracterizar as relações econômicas, políticas e culturais desenvolvidas cotidianamente, além de registrar suas relações com a agricultura e as transformações percebidas em Porto Alegre.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Frente à proposta desenvolvida dessa pesquisa, que tem por objetivo compreender os principais elementos econômicos, políticos e culturais mantenedores dos espaços destinados a agricultura frente ao fenômeno de extinção dos espaços destinados as atividades agrícolas. Optamos por alguns marcos teóricos a fim de orientar a pesquisa e possibilitar a compreensão da proposta de estudo.

Para tanto, partimos da compreensão que as atividades agrícolas realizados no município pode ser amparadas frente a uma abordagem territorial. Esse elemento conceitual “(...) orienta e facilita o entendimento do movimento, das contradições, ou, do que estamos denominando de tempos e territórios, contemplando desigualdades e diferenças.” (SAQUET, 2006, p. 76). Nessa abordagem os aspectos econômicos, políticos e também os relativos à cultura, ganham importância em uma visão integradora. Em que as materialidades e as imaterialidades são destacadas.

Também consideramos importante a compreensão de que a agricultura que é desenvolvida em Porto Alegre está inserida em um contexto metropolitano, no qual processos de urbanização e de integração com a cidade tornam-se mais efetivos. Nesse sentido, buscamos nas perspectivas teóricas da relação cidade-campo, fundamentos para compreender essa dinâmica junto ao município. Da mesma forma, buscamos na definição conceitual de rural apoio para as análises realizadas. Compreendendo essa perspectiva teórica não apenas como um espaço singular com atividades agrícolas, mas sim dinâmico com interligação com o urbano e com suas práticas econômicas, políticas e culturais.

Desse modo, acreditamos que esses elementos teóricos dão condições para compreender nosso objeto de estudo, a agricultura, frente ao fenômeno de extinção dos espaços rurais. Tais elementos teóricos dão condições, em nossa proposta, para análise de dinâmicas econômicas, políticas e culturais, em diferentes escalas de análise e frente às transformações temporais.

1.1. O TERRITÓRIO

As primeiras referências do que hoje conhecemos como o conceito de território remonta as Cidades-Estado da Grécia clássica onde essa palavra designava originalmente os distritos que circundavam uma cidade e sobre os quais esta tinha jurisdição. O termo deriva do Latim “terra” (*terra*) e “pertencente a” (*torium*), referia-se a força política do Estado, que

como em qualquer conotação para esse termo tem uma ligação com relações de poder. As análises iniciais sob a tutela dessa definição estavam alicerçadas nas relações de poder estabelecido pelo Estado-Nação.

Contemporaneamente esse conceito modificou-se, incorporando novas perspectivas para dar conta da diversidade de situações do presente. Entre outros elementos, ampliou-se entre as análises a concepção para com as relações de poder, incorporando também à multidimensionalidade das relações sociais, não restringindo, desta forma, apenas a ação do Estado-Nação. Dentre as diferentes abordagens, destacaremos algumas propostas de autores brasileiros que tem no território a concentração de seus estudos e dotam esse conceito de novos elementos.

Marcelo Lopez de Souza é um destes autores que trazem novas contribuições para este conceito. Suas análises visam o território de forma a destacar a apropriação física do espaço, sob uma visão das ações políticas dos grupos que o controlam, e também cultural, no sentido de reconhecer a formação de territórios em disputas de diferentes grupos culturais. De certa forma, nessa perspectiva visa-se compreender quem domina ou influencia e como domina ou influencia determinado espaço. Para esse autor *“O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.”* (SOUZA, 1995, p. 78). Para ele, o território sempre é

(...) campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (p. 86)

Os territórios podem, dessa forma, abranger distintas escalas espaciais e temporais, não sendo necessariamente estáveis, fixos. Eles podem se apresentar de forma contínua ou descontínua, podendo também se inter-relacionar.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diferentes escalas, as mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacionalmente (p. ex., a áreas formadas pelo conjunto de países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81)

Assim o que dá características, o que diferencia um território de outro, é a territorialidade, que é entendida como um tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço. Dessa forma,

Mais Produtivo seria, por conseguinte, encarar a territorialidade à semelhança de outros substantivos como brasilidade, sexualidade e tantos outros mais. A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse a pouco,

relações de poder espacialmente delimitados e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades dinâmicas etc.: para exemplificar, territórios contínuos e territórios singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontínua. (SOUZA, 1995, p. 99)

Este autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros, que podem ser temporários ou permanentes.

Rogério Haesbaert é outro autor que contribui com as discussões sobre o território. Ele reconhece, junto a esse conceito, relações de dominação e apropriação. Buscando conciliar aspectos objetivos e subjetivos junto a construção e afirmação dos territórios. Dessa forma, esse conceito não está apenas envolto sob uma perspectiva de apropriação, de domínio físico, mas também numa visão, onde a identificação simbólica está presente. A proposta teórica de Haesbaert enfatiza, também, o movimento do território, as ações de construção e reconstrução das relações territoriais, além da multidimensionalidades de relação territoriais nos quais os indivíduos, ou grupos, pode interagir.

Para ele, o território faz referência tanto ao um sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder em sentido simbólico, de apropriação. Dessa forma,

(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essas relações variam muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. (HAESBAERT, 2006, p. 121)

A idéia de apropriação e de domínio está presente em suas obras, onde as distingue. A apropriação é marcada pelo vivido, tendo um caráter assim muito mais simbólico, de valor de uso. Já o domínio é marcado pelo concreto, o funcional e é vinculado ao valor de troca.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se de um contínuo que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBAERT, 2004, p. 95-96)

No que diz respeito à territorialidade, Haesbaert se contrapõe à concepção adotada por Souza. Com a alegação de que pode-se perder, dessa forma, a riqueza, a possibilidade de análises com maior complexidade.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é “algo abstrato”, como diz Souza, mas não no sentido que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos Judeus. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território. (HAESBAERT, 2005, p. 6789)

A territorialidade, dessa forma, congrega uma dimensão estritamente política, e diz respeito também às relações econômicas e culturais. Pois, como afirma Sack (1986), “(..) *está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar*” (citado por HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Assim os grupos constroem e desconstróem territórios, se definem através deles, do tempo e do espaço, criam seus laços de identidade, que tem na apropriação de territórios os marcos de orientação de suas práticas e ações. Assim, cabe fazer menção ao conceito de territorialização que é compreendido

(...) como o conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade (...). (HAESBAERT, 2006, p. 45).

Associada a esse conceito, tem-se os processos de desterritorialização e reterritorialização. Estes compreendidos, respectivamente, como o movimento de desconstrução e reconstrução, a partir de indivíduos e grupos sociais, de forma espontânea ou forçada, através da territorialização. Cabe destacar, que há uma reciprocidade entre esses movimentos, pois um processo de desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica pode implicar, e geralmente implica, em uma reterritorialização em outra escala.

Para Haesbaert (2006), no espaço metropolitano esses processos ganham destaque, pois permite a reprodução e a criação de territórios por grupos específicos. Para ele, o mundo moderno desenha um circuito de poder que delinea complexas territorialidades, permite a vivência de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistência e ambigüidades, que nos confrontamos em diversas escalas e contexto espaciais.

O espaço metropolitano é extremamente enfático na medida em que revela as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos à espacialidade, onde possibilidades vivência podem ser experimentadas em múltiplos territórios, em diversas prática e idéias. Incorporando sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, de forma não sobrepostas, congregando-os em uma dinâmica comum

(...) o espaço metropolitano se constitui em um território complexo onde se mesclam e se separam diversas identidades. Vimos também que se trata de um espaço multiapropriado, onde as contínuas e intermitentes renovações geram um complicado fluxo de deslocamentos. Se o espaço é, como concebemos a princípio, fonte e condição indispensável para a constituição de determinados grupos, é natural que haja neste espaço constantes disputas, avanços e recuos que constituirão os termos necessários em que serão reproduzidas as dinâmicas do ambiente metropolitano. (HAESBAERT, 2006, p. 96)

O espaço metropolitano enquanto *locus* de múltiplos territórios e territorialidades apresenta um conjunto de embates, de disputas, de tensões, que condicionam um conjunto de mobilidades. Onde a disputas por territórios se dão a partir de diferentes intencionalidades para determinados espaços.

Marcos Saquet é outro autor que trabalha com o conceito de território. Para ele, que tem em temas como o desenvolvimento territorial as bases de sua pesquisa, esse conceito tem um caráter político bem desenvolvido, objetivando a valorização do saberes locais, em favor da justiça social, da preservação da natureza, da distribuição de riquezas, da autonomia.

O território, em seu ponto de vista, é concebido em três planos inseparáveis: como conceito de orientação teórica-metodologia, capaz de dar contas das dinâmicas e processos que ocorrem no Brasil; como objeto de estudo e componente do real; como espaço de organização política, mobilização, luta e atuação em programas e projetos de desenvolvimento. Neste sentido, esse conceito é ao mesmo tempo um ato reflexivo, do pensar (idéia), e inerente ao real (material). Ele também é considerado como um produto e como uma condição sócio-espacial. (SAQUET; SENHORINI, 2008)

Os principais elementos constituintes do território, nessa concepção, são: relações de poder em sua multidimensionalidade; natureza exterior ao homem: solo, clima, vegetação, fauna, hidrografia; as identidades culturais e/ou as identidades mais gerais, ocorridas no âmbito das relações sociais políticas e econômicas; o movimento mais geral, ou seja, o movimento sempre constante do tempo e do espaço em unidade universal; processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; as redes de circulação e comunicação, traduzidas através de nós, redes e malhas. (SAQUET; SENHORINI, 2008) Cabe, a nosso juízo, detalhar estes aspectos constituintes do conceito de território.

Para Saquet, uma pesquisa da ciência geográfica pode ser orientada de várias formas. Sua proposta parte da tríade tempo-espaço-território, na qual ambas as categorias de análise são distintas. Destacando especialmente o espaço e o território, partimos da consideração que ambos são dotados de conteúdos distintos e são indissociáveis. “*Há para nós, uma relação de unidade entre espaço e território, porém, correspondem a dois níveis e processos sócio-espaciais distintos de nossas vidas cotidianas e dois conceitos diferentes no pensamento científico.*” (SAQUET, 2009, p.76)

Neste sentido, espaço e território são categorias analíticas em igualdade de relações, sem sobreposição. A diferenciação entre eles está evidente em três processos, ontologicamente distintos:

(...) a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo

campos de força econômicos, políticos e culturais ([i] materiais) como miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) (...). (SAQUET, 2009, p. 82)

O espaço e o território estão intrinsecamente relacionados com o conjunto de relações da sociedade. O território, assim, é resultado e condição das relações sociais. Tal consideração está balizada na concepção de que as relações de poder estão presentes em todas as interações sociais. Neste sentido, processos sociais efetivam relações de poder, constituindo território. Esses territórios existentes são bases para transformação ou construções de outros territórios, pois novas relações sócio-espaciais estão amparadas nas relações já existentes.

Ao mesmo tempo, as relações de poder estão presentes em um jogo contínuo de dominação e submissão, de controle *do* e *no* espaço geográfico, de indivíduos, no processo de apropriação e domínio social, concomitantemente. As relações sociais, de influência, símbolos, dominação etc. caracterizam e condicionam nossa vida cotidiana, tanto no *estar fixo* como no *estar em mobilidade*. (SAQUET, 2007, p. 129)

Os processos sociais apresentam-se de forma multidimensional sob forças econômicas, políticas e culturais, onde, em uma determinada situação, uma dentre essas forças se sobrepõem as demais. O território, frente a isso, apresenta-se de forma inerente à vida em sociedade. Cabe também destacar que o território é inerente a natureza. Pois as relações sociais estão atreladas as relações com a natureza. Frente a isso, o homem é a síntese entre essas duas dimensões, pois ele é um ser biológico e social, significando, dessa forma, natureza e sociedade ao mesmo tempo.

Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, construindo o território. (SAQUET, 2009, p. 87)

Ainda sobre as forças sociais, podemos destacar que elas, com suas formas multidimensionais, configuram-se de forma material e imaterial. Tendo em vista, que em nossa vida cotidiana a matéria e a idéia estão em movimento e em unidade, além de ambas estarem presentes no processo de reprodução do capital. “*A apropriação, o controle político e as relações simbólicas são processos ligados ao capital. A rotação de capital também é envolvida em signos, significados e forças políticas.*” (SAQUET, 2007, p.130)

Ocorre, em nossa vida diária (...) uma unidade (na relação) concreta-abstrata, ou seja, em outros termos, a subjetividade é objetiva e a objetividade é subjetiva. A primeira, é cultural, simbólica, imaginária, pensamento e tem uma objetivação. A segunda, a objetividade, também é pensada, abstrata, representada. Uma está na outra e são, a um só tempo, (i) materiais. (SAQUET, 2007, p. 171)

Nesse ponto, a identidade tem um papel importante frente ao território, pois ela é constituída pela subjetivação de determinados elementos pelos dos indivíduos. Cabe, portanto, fazer algumas considerações sobre esse conceito. A identidade pode ser compreendida como o sentimento individual ou coletivo de pertencimento a algo, a alguma coisa, podendo se referir tanto a pessoas, como aos objetos. O sentimento de pertencimento implica em um movimento de semelhanças ou de igualdade, de buscas dos iguais. As identidades podem ser construídas por elementos culturais ou também, conjuntamente, ou não, por outras mais gerais, ocorridas no âmbito das relações sociais, políticas e econômicas. Vinculadas a tais noções, as identidades podem ter no território o fundamento de sua criação, contudo em outras situações, os grupos sociais, através de suas identidades têm a capacidade de formar seus próprios territórios.

Sobre as relações sócio-espaciais, cabe frisar, também que cotidianamente realizamos interações com diferentes conteúdos em distintas escalas geográficas. Cada indivíduo, ou grupo social, pode relacionar-se em diferentes territórios e também em diferentes dimensões escalares.

Na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições), públicas, privadas e não-governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações e bairros ou localidades rurais, até grandes organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. Há diferenças culturais e políticas e desigualdades econômicas entre as famílias e unidades produtivas (urbanas e rurais), bem como traços comuns entre pessoas, famílias, associações, empresas etc.. (SAQUET, 2009, p. 84)

Como salientamos anteriormente, outro ponto importante, nessa concepção de território, é a relação com o tempo. Na perspectiva de Saquet o tempo é uno, fluxo e (i)materialidade. Há um movimento do território no tempo e do tempo no território, de forma indissociável. Sob tal perspectiva há diferentes significados conferidos ao tempo, esses remetem ao tempo histórico e ao tempo coexistente. Na primeira concepção o tempo tem um caráter histórico, processual, refletindo permanências e mudanças, mais ou menos duradouras. Na segunda, o tempo tem contornos relacionais, ou seja, o passado e o presente podem estar sendo vividos no mesmo instante por diferentes indivíduos, indicando temporalidades distintas. Estas concepções sobre o tempo são concebidas conjuntamente ao território

(...) o estudo do território pode ser centrado no processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças e permanências ocorridas) conjugado ao tempo coexistente (tempo lento e rápido, e a multiescalaridade), pois essa relação está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território, considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais. (SAQUET, 2007, p. 130-131)

Frente ao conjunto de características mencionadas, podemos enfatizar duas concepções indispensáveis a definição de território: a territorialidade e a territorialização. Partindo da noção que um determinado processo social, relações de dominação entre indivíduo, objetos e relações, pode cristaliza-se, estamos diante da formação de uma territorialidade. Assim,

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. (SAQUET, 2009, p. 87)

Nesse sentido, todas as atividades que efetivamos, frente a diferentes forças sociais, configuram uma territorialidade. *“A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar (...)”* (SAQUET, 2007, p. 129). As territorialidades manifestam-se de forma múltipla, tendo em vista a complexidade social.

Nessa mesma direção, tendo em vista que os processos sociais não são essencialmente estáticos, podemos indicar que as mudanças em determinadas forças sociais promovem rearranjos de poder junto às relações. Tais movimentos promovem processos de rearranjos com os territórios, tais dinâmicas são denominadas de territorialização, em outras palavras, o movimento de construção de territórios. Como afirmamos anteriormente, o movimento é dado ao longo do tempo, nesse sentido, a construção (territorialização), a desconstrução (desterritorialização) e reconstrução (reterritorialização) de territórios é marcada pela processualidade. As redes têm um papel fundamental junta a esse processo, pois é ela que qualifica a territorialização, dá a ela a mobilidade, o movimento.

Na territorialização há localização, forma espaciais, relações e interações, fluxos e redes, movimento. As redes são múltiplas e articuladas envolvendo e sendo envolvidas por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas, lugares. Os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade. As redes são um componente do território, desde sua formações tribais, imperiais, passando pelas feudais até as capitalísticas. É claro que, atualmente, as redes são mais intensas, complexas, heterogenias, velozes e têm novos significados. (SAQUET, 2007, p. 160)

Diante das concepções basilares mencionadas, podemos considerar que o conceito de território está profundamente ligado a territorialização e a territorialidade, como indica Saquet

(...) no próprio movimento de circulação e reprodução do capital, há territorialidade e territorialização. O território é resultado e determinante desta unidade, inscrevendo-se num campo de forças, de relações socioespaciais. O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou

seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. (2007, p.127)

Neste contexto, o território constitui-se como

(...) resultado do processo de territorialização. Ou seja, o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através das atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico. (SAQUET, 2006, p. 62)

A abordagem relacional, processual e (i)material, proposta por Saquet, ressalta, assim, os aspectos econômicos, políticos e também os relativos à cultura, em uma visão integradora, na qual as materialidades e as imaterialidades são destacadas. Consoante a essa proposta, utilizaremos a abordagem territorial para dar cabo dos objetivos propostos nesta pesquisa. Tal abordagem, assim, possibilita “(...) *Orienta e facilita o entendimento do movimento, das contradições, ou, do que estamos denominando de tempos e territórios, contemplando desigualdades e diferenças.*” (SAQUET, 2006, p. 76).

1.2. A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

Ao estudarmos o rural e suas diferentes características, colocamo-nos frente a um desafio, tendo em vista que cada espaço apresenta-se de forma diferenciada. Tanto no que se refere ao que é produzido, ao conteúdo das relações sociais e culturais, às dinâmicas econômicas internas e externas, à relação com o global, e não podemos deixar de lado, a relação que esse imprime junto à cidade. Assim podemos considerar que cada espaço apresenta determinadas características únicas pela convergência que elementos locais, conjuntamente com tendências e influências conjunturais. O rural, assim, apresenta um envolvimento intenso com as dinâmicas externas da mesma forma com as peculiaridades locais.

Como aponta Queiroz, “(...) *o meio rural não pode ser nunca estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade.*” (QUEIROZ, 1978, p. 51). Para que possamos compreender as dinâmicas presentes no campo, devemos nos remeter, também, às dinâmicas sociais exteriores ao meio rural, assim como devemos evidenciar as relações que o campo em questão desempenha frente à cidade.

Tanto o campo como a cidade apresentaram diferentes características ao longo da

história. Estas diferenças marcam relações distintas entre ambos, onde em determinados momentos o campo apresenta maior influência junto a esta relação, em outros períodos, a cidade apresenta características dominantes. A relação em ambos pode ser estudada em diferentes escala junto à sociedade. Queiroz (1978), por exemplo, tomando como ponto de vista uma escala mais ampla entre as relações do urbano com o rural, indica que podemos reconhecer três tipos essenciais de sociedade globais: sociedade tribal, sociedade agrária e sociedade urbana. Cabe salientar que dependendo da sociedade em questão, assim como o momento histórico, haverá combinações diversas entre os três tipos, onde processos de predominâncias e de mudança serão configurados de formas diferenciadas.

(...) admitimos que em nenhuma sociedade o tipo “puro” será encontrado, (...) admitimos a coexistência de vários tipos numa mesma sociedade global, interligados por processos dinâmicos que dão ao todo fisionomia que lhe é própria. Como corolário, cada sociedade global terá, assim, fisionomias específicas em cada um de seus momentos históricos. (QUEIROZ, 1978, p. 50)

A primeira forma, a sociedade tribal, apresenta contornos mais primários no que se refere à organização social. Nela “(...) *inexiste a divergência rural-urbana, em que os grupos sociais são de pequena envergadura, em que a divisão social do trabalho é fraca e que não existe a concentração urbana.*” (QUEIROZ, 1978, p. 47). Estas sociedades são indiferenciadas no que se refere ao rural e ao urbano.

As sociedades agrárias têm como característica principal o papel que o meio rural desempenha como base de produção de riquezas. Nesta sociedade, evidentemente, há internamente diferenças entre o meio rural e o meio urbano. Nessa forma de organização social,

(...) existe já a cidade como centro político-administrativo que organiza e domina o meio rural, porém por outro lado é inteiramente dominada e delimitada por este, já que dele depende estreitamente no que toca ao abastecimento; não podendo ultrapassar demograficamente os limites por este imposto, a cidade é essencialmente consumidora dos produtos do campo (...) (QUEIROZ, 1978, p. 47-48)

A sociedade urbana, por sua vez, seria aquela em que a produção de riqueza tem expressividade no meio urbano.

(...) é aquela em que, devido ao desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção geral e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário através das máquinas, impondo ao meio rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica; a cidade pode então crescer demograficamente de maneira por assim dizer ilimitada, pois seu abastecimento depende antes de mais nada do desenvolvimento tecnológico. (QUEIROZ, 1978, p. 48)

Na sociedade urbana, reconhecida também pela autora com sociedade industrial, os centros urbanos têm grande importância. Neles o número de pessoas que trabalham nas indústrias e nos setor de serviços representam grande parcela frente à população trabalhadora

do campo. Cabe ressaltar, que na sociedade urbana não apenas a concentração de riquezas está nas cidades, mas, também, a população majoritariamente se concentra nos centros urbanos.

Lefebvre, autor que tem suas análises pautadas nos fenômenos urbanos, destaca o importante papel que a relação cidade-campo tem no contexto social. Para esse autor, o processo de industrialização tem um forte papel na constituição das características da sociedade moderna e, por conseguinte, nas atuais dinâmicas da relação entre o campo e a cidade. Para ele, devido a este fato, a industrialização deve ser o ponto de partida para as reflexões sobre a nossa época.

Contudo, antes de apontar as transformações que este processo proporcionou tanto à cidade, ao campo e a relação entre ambos, cabe destacar os antecedentes históricos. Pois,

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. (LEFEBVRE, 2008, p. 51)

A cidade, portanto, transforma-se ativamente pela ação de diferentes grupos e pessoas que compõem a sociedade. Desta forma, podemos considerar que a cidade é um produto social. “(...) *houve na história uma produção de cidades assim com houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis*” (LEFEBVRE, 2008, p. 53).

A construção das primeiras cidades (e do urbano) está intimamente relacionada com a sedentarização de várias aldeias e tribos nômades em determinados espaços. Tal fato possibilitou o acréscimo de estruturas sociais, base para a ampliação da divisão do trabalho.

A separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, com a divisão dos trabalhos conforme os sexos e as idades (divisão biológica do trabalho), com a organização do trabalho segundo os instrumentos e as habilidades (divisão técnica). A divisão social do trabalho entre cidade e campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual. (LEFEBVRE, 2008, p. 36)

A consolidação da divisão do trabalho, que deu origem a duas realidades distintas, construiu uma cisão da totalidade. A partir de tal fato, propicia-se a constituição de relações sociais próprias e instituem a relação entre estas distintas realidades. Estas separações, conjuntamente com esta relação, conduzem a sociedade com predominâncias rurais ou urbanas.

Lefebvre indica que a definição de cidade e de urbanos não são sinônimos, e a partir

disto distinguindo-os. A cidade, para ele, “(...) *pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico.*” (SOBARZO, 2006, p. 59), enquanto que o urbano é concebido como “*à morfologia social, realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.*” (SOBARZO, 2006, p. 59) Essa distinção entre a cidade e o urbano, pode ser transposta para definirmos o campo e o rural, mesmo que essa analogia na atualidade apresente problemas.

Para Lefebvre é possível compreender o fenômeno urbano e a relação cidade-campo a partir da periodização do tempo histórico. Tais distintas formas de produção do campo e da cidade estão amparados nos modos de produção (asiático, escravista, feudal, capitalista e socialista)

(...) cada modo de producción ha “producido” (no como una cosa cualquiera, sino como algo fundamental) un tipo de ciudad que “lo refleja” de forma inmediata (visible y legible sobre el propio terreno) al dar forma a las relaciones sociales más abstractas, jurídicas, políticas e ideológicas.” (LEFEBVRE, 1976, p. 30).

Estes diferentes momentos históricos podem ser compreendidos entre eras distintas, representando diferentes domínios e fases críticas. São elas: a era agrária, a era industrial e a era urbana. Na era agrária, conforme aponta Sobarzo (2006), “(...) *existia uma clara divisão entre a cidade e campo baseada na divisão do trabalho, sendo possível considerar as cidades como obras pela prevalência do valor de uso sobre o valor da troca, dos costumes dos habitantes sobre a produção.*” (p. 57). Algumas civilizações alcançaram grande desenvolvimento econômico, elaborando uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição de mercadorias, que, por sua vez, constituía parte do regime político vigente. A cidade, de forma geral, administrava a produção, entretanto dependia inteiramente do campo para seu abastecimento.

Na idade média, esse cenário começa a mudar de características. Aos poucos prevalece o caráter comercial da cidade e esta passa a sediar um importante processo de acumulação de riqueza, conhecimento, técnica e obras, tornando-se centros da vida social e política. O passo seguinte na ampliação da divisão do trabalho foi à separação entre a produção e o comércio com o surgimento da classe dos comerciantes e com a expansão do comércio para além da vizinhança próxima a cidade. (MARQUES, 2002)

Nessa primeira era, “*La agraria (producción agrícola, vida rural, sociedad campesina), que, habiendo dominado durante mucho tiempo, pasa a ser subordinada. ¿Por qué? Por una realidad urbana, impulsada al principio por el comercio y la industria*” (LEFEBVRE, 1976, p. 96). A cidade passa a assumir o papel prioritário na relação,

influenciando diretamente o sentido da produção no campo, bem como, sua forma de organização do trabalho.

Ao passar do tempo, com a consolidação da produção industrial, o advento do capitalismo concorrencial e com a formação de uma burguesia especificamente industrial, surge à era industrial. Nela o processo de industrialização, caracteriza-se por ser o motor das transformações sociais, generalizando a troca e o comércio, fazendo desaparecer elementos que até então se faziam presentes, como o valor dos costumes. Inicialmente a realidade industrial nega a cidade, pois o solo se transforma em mercadoria – que se compra e se vende – desaparecendo a cidade como obra. Tal fato, longe de significar o desaparecimento da realidade urbana significa a sua generalização, já que a industrialização nega a cidade existente e a reconstrói numa escala muito maior, a escala da sociedade inteira. (SOBARZO, 2006).

Nesse sentido, o processo de industrialização foi o motor de grandes transformações sociais. Atrelado a ele outro processo, a urbanização, intensifica-se.

Temos à nossa frente um *duplo processo* ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social, Os dois “aspectos”, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe historicamente um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto no que a industrialização não produz apenas empresa (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimento diversos*, centro bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 2008, p. 16)

Em meio a este duplo processo, a realidade transforma-se de modo significativo, apresentando-se de uma forma nunca vista. A cidade ao mesmo tempo implode sobre si, adquirindo novas fisionomias, e explode em direção ao campo, desconstruindo e reconstruindo suas dinâmicas. Assumindo definitivamente o papel central junto à relação e ampliando o processo de urbanização.

Na era industrial, se verifica a “absorção” do campo pela cidade (localização das primeiras indústrias, obtenção de matérias-primas, migração) e a “explosão” da cidade no campo (extensão do tecido urbano, invasão do campo pela tecnologia, modo de vida e símbolos da cidade, expansão da troca e da mercadoria). (SOBARZO, 2006, p. 61)

A implosão e explosão da cidade acentuam significativamente a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano

Mas ao mesmo tempo que a industrialização corrói a cidade, a coloca num novo patamar, fazendo-a explodir. A metáfora da implosão-explosão retrata esse processo, no qual a cidade, em função da industrialização, concentra (pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios, idéias) e projeta fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.). A cidade

leva tudo para ela e o explode numa dimensão nunca vista: junto à concentração urbana e ao êxodo rural se produz a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano. (SOBARZO, 2006, p. 58)

O campo torna-se o receptáculo da expansão da cidade, espaço outrora destinados à produção de alimentos, passam a ser destinados a moradia, entre outras finalidades. Fica evidente que a relação da cidade e do campo transforma-se. Nesta transformação, o tecido urbano tem importante participação, pois é esse que conduz a cidade, através de diversas redes, a sua ampliação.

Por *tejido urbano* no se entiende, de manera estrecha, la parte construida de las ciudades, sino el conjunto de manifestaciones del predominio de la ciudad sobre el campo. Desde esa perspectiva, una residencia secundaria, una autopista, un supermercado en pleno campo forma parte del tejido urbano. Más o menos denso, más o menos compacto y activo, solamente escapan a su influencia las regiones estancadas o decadentes, limitadas a la “naturaleza”. (LEFEBVRE, 1976, p. 10)

O tecido urbano não é caracterizado apenas por sua extensão material (rodovias, redes de energia elétrica, água, esgoto, etc), mas, também, por um sistema de valores.

Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistema de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que deixaram de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres urbanos (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFEBVRE, 2008, p. 19)

Tal processo, com grande potencial de transformação, na qual a cidade implode e explode pode ser evidenciada a partir do município de Porto Alegre em sua dinâmica econômica. Até meados da década 1930, o estado do Rio Grande do Sul caracterizava-se fundamentalmente por ser uma região primário-exportadora, onde a presença industrial era pequena. Porto Alegre tinha, nesse contexto, uma função secundária como é assinalado por Alonso e Bandeira (1988)

O papel de Porto Alegre dentro dessa rede urbana sofreu profundas mutações, pois, até aproximadamente 1860, a Capital desempenhava função econômica secundária no Estado, o qual tinha então em Pelotas e Rio Grande — centros diretamente ligados à produção e à comercialização do charque — seus pólos mais expressivos (Singer, 1977, cap. 4). A partir dessa época, no entanto, a Capital assumiu, paulatinamente, a condição de centro mais importante devido à sua condição de porto fluvial, o que fazia com que se centralizasse o processo de comercialização da produção das áreas coloniais. (p. 5)

Uma série de transformações, tanto na estrutura como na distribuição das atividades econômicas do Rio Grande do Sul, conduziram Porto Alegre para o caminho da industrialização e urbanização

O Estado deixou de ser fundamentalmente uma região primário-exportadora voltada

para o mercado interno (Souza, 1973), característica predominante até os anos 30, evoluindo para uma situação na qual a indústria passou, progressivamente, a ganhar peso no produto social. Essa mudança influenciou, de forma decisiva, o processo de estruturação da rede urbana gaúcha, fazendo com que se consolidassem os principais centros manufatureiros que já despontavam desde o final do século passado, com destaque para Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Caxias do Sul. (ALONSO; BANDEIRA, 1988, p. 5)

O município de Porto Alegre consolida-se, a partir de então, como um centro urbano-industrial com forte inscrição regional. Com tais características econômicas, a antiga estrutura urbana existente sofre transformações.

Porto Alegre começou a afirmar sua hegemonia em termos industriais já a partir das últimas décadas do século passado. Essa ascensão da Capital enquanto centro manufatureiro esteve intimamente ligada à sua relação com as regiões coloniais do Nordeste do Rio Grande do Sul. (...). Em 1907, de acordo com o levantamento feito pelo Centro Industrial do Brasil (1909), localizavam-se em Porto Alegre 36,9% dos estabelecimentos industriais do Estado, concentrando 31,5% do número total de operários. Esses estabelecimentos respondiam, no entanto, por apenas 23,3% do valor da produção, posto que a participação da Capital era pouco expressiva ou, até mesmo, nula em alguns daqueles que eram, na época, os principais segmentos da indústria do Estado, a exemplo da produção de charque, vinhos e banha. (ALONSO; BANDEIRA, 1988, p. 05- 06)

Porto Alegre, dentro desse contexto, foi o grande ponto de recepção de migrantes de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, assim como de outras localidades. A cidade cresceu do ponto de vista econômico e territorial, mas também podemos considerar o seu crescimento demográfico.

Tal dimensão demográfica pode ser observada a partir dos dados de população do município (GRÁF. 2). A partir deles podemos observar que a população residente em Porto Alegre cresceu de forma vertiginosa entre o período de 1900 a 1980, passando 73.474 habitantes para 1.125.477 habitantes. Somente entre o período de 1940 a 1980 observa-se um acréscimo de 853.245 novos moradores na capital do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, por todo esse percurso assumiu novas características econômicas, o que acarretou uma forte transformação da estrutura urbana existente. A cidade teve que se adequar as novas exigências das atividades econômicas ali instaladas, além de incorporar um novo modo de viver provenientes dessas atividades. Assim podemos considerar que a industrialização e urbanização acarretaram na implosão da antiga cidade de Porto Alegre. Além disso, Porto Alegre explodiu em direção a áreas rurais do município e da própria região metropolitana. O tecido urbano em expansão deu suporte aos novos habitantes do município, dando origem a novas áreas residenciais, assim como, para novas atividades urbano-industriais.

Mientras que este aspecto del proceso global (industrialización y/o urbanización) sigue su evolución, la gran ciudad ha estallado, provocando una serie de protuberancias ambiguas, tales como: conjuntos residenciales, complejos

industriales, ciudad satélites, apenas diferentes de las zonas urbanizadas. (LEFEBVRE, 1976, p. 10)

Alonso e Bandeira (1988) em seus estudos apontam para a tendência de “desindustrialização” do município de Porto Alegre, entretanto a retração das atividades industriais não significa a retração do tecido urbano, ou uma “desurbanização”. Indica uma nova realidade social, pautada mais forte na presença do urbano.

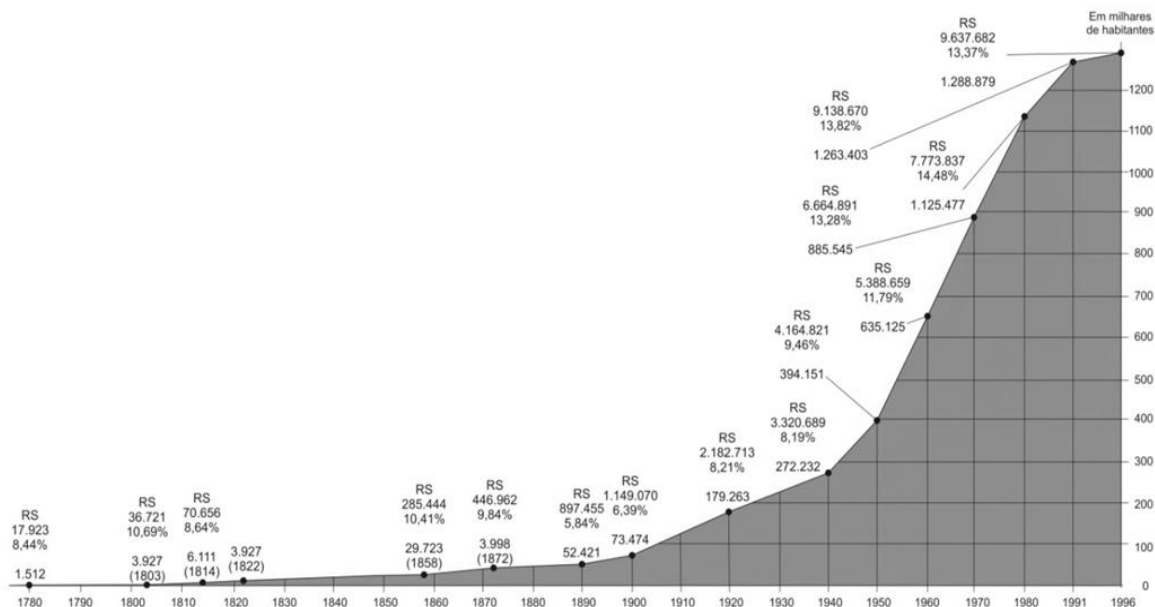


Gráfico 2 - Evolução do Crescimento da População de Porto Alegre

Fonte: MENEGAT *et al.*, 1998, p.102. Editado por Everton de Moraes Kozenieski.

Tais mudanças apresentadas por esses autores indicam a era urbana. Nela a realidade urbana impõe novas relações de produção, onde a problemática urbana apresenta-se em escala mundial, tal tendência indica a construção da sociedade urbana. Segundo Lefebvre (1976)

Lo urbano (abreviación de “sociedad urbana”) se define, pues, no como realidad consumada, situada en ele tiempo con desfase respecto de la realidad actual, sino, por el contrario, como horizonte y como virtualidad clasificadora. Se trata de lo *posible*, definido por una dirección, al término del recorrido que llega hasta él. Para alcanzar dicho posible, es decir, para realizarlo, es necesario primeramente evitar o abatir los obstáculos que actualmente lo hacen *inviable*. ¿El conocimiento teórico puede mantener en la abstracción dicho objeto virtual, objetivo de la acción? No. Desde este momento puede afirmarse que únicamente es abstracto en cuanto *abstracción científica*, es decir, legítima. (p. 23)

O urbano assim é uma virtualidade, uma tendência que se intensifica e transforma as dinâmicas do campo e do rural. Esses dois conceitos poderiam ser concebidos de forma análoga as noções de cidade e de urbano, sendo respectivamente a morfologia material e a morfologia social. Entretanto, definir desta forma, na era urbana, o campo e do rural

acarretaria problemas. Como é indicado por Sobarzo (2006),

Numa analogia arriscada, poderíamos pensar no campo e no rural. O campo poderia ser entendida como a base prático-sensível e o rural, a realidade social, mas logo nossa analogia perde sentido porque o urbano não se restringe à parcela da sociedade que mora na cidade. Para Lefebvre, o urbano, a “sociedade urbana”, é uma virtualidade que carrega a constituição de uma sociedade planetária, uma totalidade que modifica e transforma a agricultura e a indústria, mas que não faz com que elas desapareçam. (p. 61)

No que tange a relação entre o rural e o urbano, podemos considerar que a oposição entre essas duas realidades se modifica. *“A oposição “urbanidade-ruralidade” se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito.”* (LEFEBVRE, 2008, p. 75). Pois o urbano invade o rural, construindo, assim, conflito e transformações.

A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centro de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas. (LEFEBVRE, 2008, p. 74)

Na era urbana, o rural está cada vez mais contido no urbano, assim analisar a relação entre o urbano e o rural não parecer ser relevante frente a análise da relação cidade-campo. Sobre a relação cidade-campo, cabe destacar que essa separação se atenua, fato que não representa uma total edificação do campo, através da construção de casa, prédios, edifício. As atividades agrícolas permanecem, assim como o campo, entretanto a aproximação entre essas duas realidades representa a inclusão, dessas áreas de prática agrícola, nas racionalidades urbanas, na absorção das tecnologias e de sistemas de produção concebidos pela ciência. *“A construção do “urbano” supõe a superação dessa divisão, a sociedade urbana se estende planetariamente, mas sem supor o desaparecimento das atividades agrícolas; a cidade e campo permanecem, as relações se transformam e as formas ganham novos conteúdos.”* (SOBARZO, 2006, p. 61).

Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolve a oposição entre dois termos, sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que essa divisão não está nem superada entre a natureza e a sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual). Atualmente a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas forma urbanas. (LEFEBVRE, 2008, p. 75)

Assim para análise do rural é imprescindível compreender o papel das relações entre cidade-campo, as diferentes influências das centralidades do urbano e suas conseqüências, além da compreensão desses espaços frente a diferentes formas de interação com o tecido urbano e o global.

1.3. O RURAL EM QUESTÃO

A definição conceitual de rural, assim como outras concepções intelectuais, é historicamente constituída, apresentando diferentes conteúdos, formas explicativas, problemáticas e denominações para explicitar as diferenças no universo rural. Tais definições estão fortemente relacionadas com o período histórico de suas formulações, assim como o espaço a que faz menção e as concepções ideológicas de seus formuladores.

O rural, de forma geral, sempre foi identificado com um espaço de forte inscrição local, no qual historicamente temos um personagem, em especial, considerado o elemento central para sua definição. Esse personagem principal “(...) *deste mundo rural é o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída.*” (WANDERLEY, 2009, p. 207). As atividades econômicas e as práticas sociais desenvolvidas no rural têm forte relação com a atividade, que por excelência, é realizada pelos camponeses: a agrícola.

Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural. (WANDERLEY, 2009, p. 207)

O meio rural, com essas características mais tradicionais, definiu-se de forma antagonista ao universo urbano. Nesta perspectiva o campo representava a abrangência do rural, enquanto a cidade delimitava a forma de viver urbana. Ao longo do tempo, essa forte relação entre o camponês, a agricultura e as relações sociais estabelecidas no rural se modificam, apresentando, assim, novos conteúdos e novas dinâmicas.

Essas novas relações e características, que estão mais evidentes do rural, são resultados de processos ocorridos interna e externamente. Esta nova realidade dota o antigo rural com novos materialidades e imaterialidades, que são resultados de processos internos e externos. A esse respeito, Wanderley (2009) entende que

As transformações mais recentes do meio rural são o resultado de fatores externos e internos. No primeiro caso, trata-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural. (...) Internamente, o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade. (p. 212)

A referida autora ainda destaca, utilizando-se das palavras de Marsden e Murdoch (1993 e 1994), que as localidades rurais são cada vez mais percebidas como um

(...) lugar de confluência de distintos atores coletivos, que estabelecem entre si

relações sociais variadas e que passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local. Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc. (WANDERLEY, 2009, p. 215)

Cabe ressaltar que as transformações do rural não ocorrem de forma homogênea em todos os lugares. Estão presentes, em maior ou menor grau, dependendo dos conteúdos, das relações interiormente desenvolvidas e também pelas dinâmicas exteriores. Alguns espaços são mais dinâmicos, enquanto outros interagem de forma menos intensa com as novidades

No rural, no qual se estabelece diferentes visões sobre suas finalidades, podemos vislumbrar três posições principais com relação aos posicionamentos de seus habitantes, de acordo com Wanderley (2009). A primeira delas atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural. Esta é a visão prioritária dos agricultores que tem na agricultura e nas suas demais atividades, a base de seu sustento econômico e social, base das características mais tradicionais do rural. Uma segunda posição que vislumbra o rural, não como um espaço de produção, mas sim como um espaço de consumo.

(...) associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade(...). Assim, os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem espaços de consumo, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. (WANDERLEY, 2009, p. 215-216)

E por fim,

(...) uma terceira percepção também situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não. (WANDERLEY, 2009, p. 216)

O rural deixa de ser um espaço exclusivamente destinado à agricultura. Nele incorporam-se novas atividades econômicas com a presença de novos atores sociais. Despontam-se, desta forma, novas e distintas representações sobre este meio. Tal fato pode ser exemplificado através das diferentes representações e relações para com o rural que diferentes atores sociais podem apresentar. Neste sentido um morador da cidade, que busca nos espaços rurais lazer, um contato maior com a natureza e a fuga do agitado cotidiano da cidade. Tem suas concepções flagrantemente diferenciadas de um agricultor que pratica a agricultura com alta quimificação e formas produtivas convencionais. A chegada de novos moradores, de novas visões e compreensões do rural podem implicar também numa disputa material, pelos espaços disponíveis, e numa disputa simbólica, sobre as representações e gestão desses espaços.

Frente a esse conjunto de novas características, diferentes abordagens configuram-se a fim de interpretar esse fenômeno. De acordo com Rua (2006), podemos identificar pelos menos duas formas de interpretação dessas transformações. A primeira explicação traz a idéia da “urbanização do rural”. Essa concepção está baseada na tendência de transformação total do rural em urbano, na qual, em algumas posições, o rural desaparecerá e se tornará urbano.

A “urbanização do rural” pode ser relacionada à idéia de *continuum*, em que haveria graus distintos de urbanização do território. A visão desses autores é marcada por uma certa teleologia em que, para alguns, o destino inexorável do rural é desaparecer, tornando-se urbano. (RUA, 2006, p. 90)

Essa perspectiva pode ser considerada como numa abordagem mais clássica. Rua (2006) considera as obras de Ianni, Graziano da Silva, Milton Santos e, parcialmente, Lefébvre como pertencentes a esse grupo. Cabe ressaltar que diferentes autores poderiam estar integrados a esta perspectiva, além disso, a conjugação das influências da cidade sobre o campo, as intensidade e as conformações, apresentam-se diversificadamente conforme a abordagem escolhida

A segunda vertente destacada é aquela que sustenta a formação das novas ruralidades frente às transformações mais recentes do rural. Nesta abordagem, há a possibilidade de convivência, num mesmo espaço, da cultura rural com a cultura urbana. Os autores que atentam para essa perspectiva, apesar da diversidade de análises, defendem a ênfase no rural, ou seja, o rural é o protagonista de suas transformações. Os principais autores desta tendência são: Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider. (RUA, 2006)

Diversos autores buscam definir as novas ruralidades. Medeiros (2006) está pode ser entendida “(...) *como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano.*” (p. 04). As novas ruralidades representam novidades frente às transformações do rural, da mesma forma podem representar adaptações. Essas não somente as novas dinâmicas econômicas, como a presença de outras atividades além da agrícola. Podem representar a manifestação e afirmação de elementos simbólicos, a partir do resgate de elementos tradicionais, ou mesmo o aflorar de reações de resistência à mudança, com manifestações de valorização de territorialidades e identidades. O rural não deixa de ser rural, transforma-se

Medeiros (2006) considera ainda que

A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sócio-cultural presente reflexo daquela herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade

destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas. (p. 04)

Segundo Wanderley (2009), as novas ruralidades caracterizam o novo mundo rural, ou seja, o conjunto de novas dinâmicas e processos, trazidas por novos atores sociais ao campo que, por fim, constroem uma nova realidade em meio ao mundo rural.

No Brasil na atualidade, sob amparo dos discursos de desenvolvimento rural sustentável, a ambiência daquela hegemonia globalizada impulsiona processos nacionais de compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural. Esse passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológicos e culturais). (MOREIRA, 2005, p. 38)

Rua (2006) traz à discussão uma abordagem híbridas para as transformações do rural, a que ele denomina de Urbanidades no Rural¹³. Essa perspectiva analítica está próxima a segunda perspectiva teórica, pois dota de valor o rural. Contudo, em sua análise busca conciliar essa abordagem com idéias de Lefebvre.

Essa proposição está centrada em três grandes marcos, que dialogam com as duas perspectivas teóricas que explicitamos: primeiramente, nas argumentações das novas ruralidades a alguns excessos, em algumas análises, no sentido de enfatizar exageradamente o rural na relação com o urbano, *“O urbano parece-nos realmente dominante, na relação assimétrica entre o urbano e rural e a maioria dos autores integrados a esta vertente não enfatiza este fato, fundamentalmente na construção de territorialidades.”* (RUA, 2006, p.94); o rural, e em especial as suas transformações, devem ser pensadas em duas escalas distintas de atuação, uma mais ampla *“(…) na qual uma urbanização difusa, ideológica e comportamental domina o espaço, e uma escala mais restrita que permite soluções (“leituras”) particulares dos movimentos mais gerais, processados localmente (sem enfatizar demasiadamente o poder da ação local)”* (RUA, 2006, p.94); Por fim, o rural é marcado por um hibridismo, devido a multiterritorialidade e a multiescalariedade *“(…) às múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais (e produzidas por eles), juntamente com as diferentes escalaridades da ação, marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, fruto da interação entre o urbano e o rural, como já vimos.”* (RUA, 2006, p. 94)

¹³ “(…) o termo “urbanidades” não tem o mesmo sentido de “urbanidade” usado, por exemplo, nas diversas obras de Marx e Lefebvre ou por Levy (1999, p. 200), todos referindo-se a qualidades do urbano e, quase sempre, das cidades. Urbanidades no rural foi inspirado na obra de Pouille e Gorgeu (1997), sem respeito à sua concepção original – *urbanité rurale*.” (RUA, 2006, p. 100)

Nessa abordagem o escalariadade é importante. Cabe a nosso juízo enfatizar a argumentação e a articulação dessa proposição analítica

O território “urbanizado”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e o geral/global aparecem integrados pelas escalas da ação. (RUA, 2006, p. 99)

As urbanidades no rural constituem-se através da ressignificação do rural. Essas transformações são um novo olhar do urbano sobre o rural, (re)apresentando-o com um “novo rural”. *“Este, concebido, primordialmente, na cidade, como uma nova mercadoria, comporta a face “natural” da natureza e porta uma virtualidade, que se torna real. Virtual e real se confundem nas recriações que as novas representações do rural carregam.”* (RUA, 2006, p. 95). São constituídas também por leituras particulares dos habitantes do rural,

(...) percebe-se que a ressignificação do rural não é fruto apenas de criações urbanas, mas também das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes “rurais” e “urbanos”, usados, estrategicamente, como discursos e reivindicações predominantes, de acordo com o momento vivido pelos agentes sociais locais, em que situações de inferiorização (frente aos urbanos) e de reivindicação de direitos (...) (RUA, 2006, p. 95)

Nessas circunstâncias, Rua (2006) compreende que os atores sociais no rural, sejam eles novos ou antigos, vivenciam múltiplas territorialidades. Essas novas territorialidades têm, por vezes, forte relação com elementos urbanos. Essas novas características cada vez mais configuradas junto ao rural constroem urbanidade. A crescente presença de urbanidades no rural configura um espaço híbrido não caracterizado essencialmente como rural e nem como urbano. Tal fato evidencia-se na dificuldade de definições normativas para esses espaços definidos como híbridos.

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido resultado dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. (RUA, 2006, p. 95)

Tendo em vista o conjunto de transformações no qual o rural vem sendo o protagonista, não cabe defini-lo como um espaço exclusivamente agrícola, apesar desse ser um importante elemento em sua composição. Contudo, ele caracteriza-se como um espaço marcado por menos mediações do que o espaço urbano. Apresenta relações sociais próprias, no qual há maior ou menor intensidade dos laços e relações, dependendo sobretudo de como os grupos sociais que sobre ele atuam se relacionam com a terra, podendo implicar questões

de territorialidade e sentimento de localidade. Frente a todas as transformações ocorridas, seja ela a marcante presença do urbano no rural, as novas dinâmicas cidade-campo, ou mesmo a diversificação em critérios econômicos, sociais e culturais, podemos definir o rural, em consonância a definição de espaço rural de Marques (2002),

(...) um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparece como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa. (p.109).

O rural, frente à (re)organização do espaço pelo capitalismo, vem transformando-se e ganhando em dinamicidade e diversidade em vários sentidos. Essas mudanças são constituídas em diferentes escalas de ação. Numa escala ampla há uma urbanização dominante, como uma virtuosidade em construção, um vir a ser. Essa urbanização tem caráter ideológico, como influência comportamental e de consumo. As dinâmicas junto a essa escala fazem-se presente na escala local.

Na escala local temos o rural presente com suas características mais tradicionais, permeado cada vez mais, por influências de escala mais ampla. Essas influências, essencialmente urbanas, constroem releituras do rural por seus próprios integrantes. Incorporam-se novos elementos produtivos, de comercialização, de consumo, de renda, de dinâmicas com a cidade, em outros. A urbanização se faz presente na escala local como a presença de urbanidades no rural. A presença dessas urbanidades não significa necessariamente a extinção do rural, podem representar um espaço híbrido, de convívio desses dois modos de vida, com a conformação de espaços híbridos. Contudo, a massiva presença de urbanidades pode extinguir o rural.

Desta forma, acreditamos que o rural configura-se como um espaço singular, no qual atividades tradicionais e mais recentes se encontram, é um espaço como territorialidades intensas, no qual cada vez mais vem incorporando elementos urbanos em sua constituição. A presença de urbanidades não significa o fim do rural, pode representar o convívio dessas duas espacialidades. Entretanto, a transformação com características intensa podem extinguir-la.

2. A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

O homem, ao passar da história, desenvolveu um conjunto ações, tecnologias e, entre outras, objetos materiais como resultados de seus processos sociais. Estas materialidades, que podem ser representadas por diversas obras (pontes, casas, plantações, cidades, etc.), marcam diferentes momentos históricos e evidenciam determinados eventos marcantes na qual a sociedade passou e, sob a qual futuras ações se baseiam.

No que tange especialmente os eventos, determinadas possibilidades que se efetivam em um dado tempo e espaço. Podem ser consideradas para que estes apresentem algumas peculiaridades. Segundo Santos (2004), os eventos podem ter origem em diferentes escalas geográficas, da mesma forma, que seus impactos podem abranger diferentes espaços. Os eventos podem ser naturais ou sociais, sendo respectivamente produzidos pela manifestação da energia natural ou pelo movimento da sociedade através da ação humana, da interação entre os homens e dos seus efeitos sobre os dados naturais. Os eventos sociais ou históricos, em especial, são originados por atores sociais que apresentam maior ou menor capacidade de ação. Dentre todos, podemos destacar o papel do Estado pela sua superioridade de ação sobre os demais, com o uso das normas públicas e a exclusividade do “uso legítimo da força”.

Assim, os eventos efetivam o processo social. Frente a esta constatação, podemos considerar que

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas. (SANTOS, 2004, p.140)

Um conjunto de processos sociais, representados por diversos eventos, constrói materialidades que conformam uma configuração territorial¹⁴. Assim, a materialidade presente atual representa um conjunto de eventos ocorridos em diferentes tempos. “*À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas. Cidades etc; verdadeiras próteses.*” (SANTOS, 2004, p.62)

Desta forma, podemos considerar que atuais configurações territoriais do município de Porto Alegre foram, e continuam sendo, influenciadas por ações, de caráter público e também privado, constituídas em diferentes tempos e espaços. Sejam elas, características

¹⁴ “(...) a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelo acréscimo que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais.” (SANTOS, 2004, p. 62).

produtivas (produção primária, industrial, comercial), localizacionais (equipamentos públicos, adensamento habitacional, concentração comercial, etc), entre outras questões possíveis no município.

No caso de Porto Alegre, podemos destacar o um grande acúmulo de acontecimentos que contribuíram para constituição do município e de suas atuais características, apesar deste, ser considerado um município relativamente recente, comparativamente com os primeiros núcleos habitacionais do início da colonização do Brasil. Levando em consideração a diversidade de elementos possíveis que podemos destacar na história do município, utilizaremos a periodização histórica proposta por Souza e Muller (2007) em suas pesquisas sobre a evolução urbana de Porto Alegre. Para estas autoras, podemos reconhecer a presença de cinco grandes momentos históricos para a capital, que são: a ocupação inicial do território, a chegada dos açorianos, a migração alemã e italiana, a industrialização e, por fim, a metropolização.

2.1. A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO

A ocupação inicial do território, do atual município de Porto Alegre, tem grande relação com as disputas territoriais entre Portugal e Espanha pelas terras ao sul da América e, da conseqüente formação do Rio Grande do Sul.

A primeira grande divisão proposta para o continente sul-americano foi o Tratado de Tordesilhas (1494). Neles as terras do Rio Grande do Sul pertenciam à coroa espanhola que, através dos jesuítas, ocupava a região, numa área limitada, ainda hoje conhecida como região das Missões. Portugal, através de um conjunto de incursões, tomou posse de vários pontos da costa do estado, culminando em 1860 na fundação da Colônia de Sacramento, localizada atualmente no Uruguai. A partir deste momento, o litoral do Rio Grande do Sul passou a ser intensamente percorrido em função da garantia da posse, ocupação, colonização e povoamento da Colônia de Sacramento, fato inédito até então. A referida ocupação era vital para os interesses portugueses e, por isso foi fortemente incentivada. No decorrer dos anos seqüentes, alguns acordos foram constituídos a fim de definir a situação das terras ao sul do Brasil, ao passo que o Rio Grande do Sul passou definitivamente ao controle da coroa Portuguesa. (PORTO ALEGRE, 2009a)

Do ponto de vista da ocupação européia no estado, podemos considerar que os primeiros núcleos estáveis foram as Reduções Jesuíticas. Neles, por volta de 1626, iniciou-se a catequização e o aldeamento dos indígenas Guaranis principalmente no oeste do estado nas

proximidades do rio Uruguai. Entre muitas ações desenvolvidas nas missões, cabe destacar a introdução a produção do gado pelo Padre Cristovão de Mendoza Orelano em 1634, sendo que o gado, após uma série de disputas e conflitos, culminando na extinção das missões, ficou solto e reproduziu-se de forma natural pelo estado.

A presença deste gado “Orelhano”¹⁵ colocou o Continente de São Pedro do Rio Grande, atual Estado do Rio Grande do Sul, como o maior celeiro de gado livre da América do Sul. Tal quantidade de gado livre atraiu um grande número de tropeiros e propiciou uma nova atividade econômica nesta região. Segundo as palavras de Spalding,

Representava, esse gado bovino e cavalariço, principalmente o bovino, a maior riqueza da época, verdadeiro ouro-ambulante que atraía grande número de tropeiros, isto é: bandeirantes e predadores de índios, que, abandonando os antigos misteres dedicaram-se ao transporte de tropas para os mercados de Laguna e, sobretudo, de Sorocaba. (SPALDING, 1967, p. 15-16)

Nos trajetos de transporte do gado desenvolveu-se uma nova forma de ocupação territorial no Rio Grande do Sul, pois para dar cabo do transporte das tropas, uma série de estruturas foram criadas e consolidadas.

E, com isso, foram criadas estradas, formando “estâncias” – os pousos necessários ao descanso – e fundando “povos” ao longo dessas vias de penetração. A maioria desses “povos” reunidos nas “estâncias” dos tropeiros transformaram-se em vilas e cidades, que se costuma denominar “cidades do gado”. Nessas condições estão Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Osório (antiga Conceição do Arroio) e, entre outras, Porto Alegre. (SPALDING, 1967, p. 15-16)

Assim, a história do município de Porto Alegre inicia com forte influência da atividade de transporte do gado para outras regiões do Brasil. Conjuntamente com a intenção de Portugal, de firmar a posse dos territórios ao sul do Brasil. Não é ao acaso, que o primeiro a estabelecer-se nas terras do atual município de Porto Alegre foi Jerônimo de Ornelas Menezes e Vanconcelos, integrante de umas das tropas que cassavam gado e que abandonou esta atividade para estabelecer sua “estância” nos “campos de Viamão”.

Cabe ressaltar, que a coroa Portuguesa considerava as terras onde Ornelas se instalou como não habitadas e de sua posse. Entretanto, as terras na qual Ornelas estabeleceu-se outrora fora ocupada por tribos indígenas.

A encantadora gleba de terra em que repousam, atualmente, o município de Porto Alegre, foi, como todos os recantos do Rio Grande do Sul e do Brasil, antes de nela penetrarem os brancos europeus, terra virgem habitada por grupos de silvícolas, todos, pelo menos ultimamente, isto é: antes das penetrações portuguesas, do grande grupo indígena Guarani. (SPALDING, 1967, p. 13)

Ornelas fixou-se em 1732 em Porto Alegre e teve em 1740 o direito das terras

¹⁵ Sem dono, remanescentes e descendentes dos introduzidos pelos jesuítas. (SPALDING, 1967). Gado “Solto” ou “Braviu” são outras duas designações referentes ao gado livre no Rio Grande do Sul.

concedidas pela corroa. A sede de sua Sesmaria localiza-se no Morro Santana, atualmente nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, escolhida por sua posição estratégica em relação ao controle e defesa de suas terras. O núcleo colonizador inicial contava com mais ou menos cem almas. Destas sua família e sua “gente”; genros, parentes e agregados. Ergueram-se casas, não somente no Morro Santana, pois seus agregados instalaram-se nas margens da Lagoa de Viamão¹⁶ próximo a foz do Arroio Dilúvio.

A sesmaria de Jerônimo de Ornelas estendia-se do Morro Santana a Lagoa de Viamão, nas proximidades do Arroio Dilúvio até o Rio Gravataí. No que hoje é o território do Município de Porto Alegre instalaram-se também a sesmaria de Sebastião Francisco Chaves e a Dionísio Rodrigues Mendes, cuja sede de sua sesmaria deu origem ao bairro Belém Velho (1745) e Belém Novo (1867-1880), a partir da migração do bairro Belém Velho devido às dificuldades pela falta de água e de transportes.

No momento de ocupação territorial do município o povoado com maior envergadura nas proximidades era Viamão. Esta localidade vizinha as terras de Ornelas tinha contato com Laguna, importante centro urbano do contexto regional da época, e outras cidades através de caminhos pelo continente. Este fato impulsionou a criação do Porto de Viamão¹⁷ nas proximidades de onde se instalaram as “gentes” de Ornelas. Este porto possibilitava o contato através da navegação com Rio Grande e outras cidades brasileiras, constituindo-se como uma rota alternativa. Este pequeno ancoradouro contava com uma boa localização geográfica, fator decisivo para a aceleração do desenvolvimento daquele povoado.

Em 1752, Jerônimo de Ornelas deixou Porto Alegre, pois suas terras foram desapropriadas para a instalação dos casais açorianos. Antes disto,

(...) já boa parte de sua sesmaria do Morro de Santana-Lagoa do Viamão, havia sido por ele vendida a Inácio Francisco, Miguel Braz e outros, além do que, logo de início vendera a Dionísio Rodrigues Mendes, fundador do povoamento de Belém, com porto no local denominado Ponta do Dionísio. (SPALDING, 1967, p. 26)

2.2. A CHEGADA DOS AÇORIANOS

A chegada dos casais açorianos marca um novo capítulo na história da ocupação territorial do município de Porto Alegre. Iniciou-se no ano de 1751 e prosseguiu até 1752 totalizando, neste período, a chegada de cerca de 300 pessoas que se fixaram nas proximidades do antigo Porto de Viamão, atualmente nas dependências dos bairros: Centro,

¹⁶ Antigo nome do Lago Guaíba.

¹⁷ Este ancoradouro mudou diversas vezes de nome, já foi denominado de Porto D’Ornelas (1740) e Porto do Dionísio (1745).

Praia de Belas, Azenha Cidade Baixa, Moinho de Ventos, entre outros.

Essas famílias açorianas que se radicaram em Porto do Dorneles, modificando-lhe a feição, eram agricultores de modo geral. Mas também quase todos conheciam a “arte de criar”, o trato com o bovino, com o equino, o asinino, o ovino e o suíno. (SPALDING, 1967, p. 30)

Com a chegada dos açorianos houve a ampliação do contingente populacional, pois em 1775 o povoado já era a terceira maior do continente de São Pedro, ficando atrás apenas de Viamão e Rio Grande. A dinâmica economia local também se modificou, principalmente, com a introdução da produção de trigo por parte dos açorianos, o auge produtivo desta cultura foi alcançado em 1816 com grande parte da produção exportada. Cabe ressaltar que os açorianos não foram os primeiros a introduzir a agricultura na região, pois os povos Guaranis já desenvolviam atividades produtivas, da mesma forma que as “gentes” de Ornelas produziam alimentos e mantinham criações de animais. Entretanto, os açorianos constituíram um novo sistema produtivo, segundo registros de Auguste Saint Hilaire em 1820,

Nas chácaras, junto às casas, havia um pomar cercado de valas profundas, protegidas por um renque de bromeliáceas (...). Nesses pomares, geralmente muito grandes, plantavam-se laranjeiras, pessegueiros, parreiras, legumes, entre os quais podiam ser encontrados chicórias, cebola, mostarda, nabo, aipo, couve, brócolo, couve-flor e algumas flores. (METZ, 2002, p.18)

As transformações que foram vivenciadas em Porto Alegre, neste período, foram marcantes. Spalding a este respeito ratifica a importância dos açorianos neste processo,

Se, pois, Jerônimo de Ornelas foi o Pioneiro, o criador do povoado, somente com os casais açorianos se formou a consciência da formação de uma nova vila que seria, vinte anos mais tarde, a Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, Capital da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1967, p.43)

Souza e Muller consideram em suas análises que o “*crescimento considerável de Porto Alegre, que no período passa de um povoado a um núcleo estruturado, deveu-se fundamentalmente às suas funções mais dinâmicas: a comercial e portuária.*” (2007, p. 48). Tal crescimento soma-se as novas atribuições delegadas ao núcleo, pois 1773 o povoado torna-se capital da Província, sem antes ter sido elevada ao posto de vila. Tal escolha foi amparada pela posição geográfica e estratégica da mesma. Dessa forma, o povoado cresceu em importância ao longo dos anos seqüentes.

2.3. A MIGRAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA

A terceira fase sugerida por Souza e Muller (2007) é amparada por uma nova dinâmica econômica regional presentes no Rio Grande do Sul. A fase referida estende-se de 1820 a 1890 e é marcada pela migração alemã (iniciada em 1824) e italiana (iniciada em

1875) para o Rio Grande do Sul.

Apesar da grande influência à dinâmica no município, os imigrantes alemães e italianos que chegaram ao estado não se estabeleceram diretamente em Porto Alegre. A eles foram destinadas terras ao longo de afluentes do lago Guaíba como Rio dos Sinos, Caí e o conjunto Jacuí/Taquari, onde hoje estão cidades como Novo Hamburgo e São Leopoldo. Também a estes migrantes destinaram-se terras para além destes rios, na encosta do planalto, onde encontramos, entre outras, a cidade de Caxias do Sul.

A incorporação destas regiões foi de grande importância econômica para o Rio Grande do Sul principalmente pelo estabelecimento de uma agricultura diversificada com mão-de-obra livre. A produção econômica destas novas regiões também foi vital para Porto Alegre e seu respectivo crescimento, já que a comercialização da produção destas regiões concentrou-se no município devido, principalmente, a posição estratégica do porto. Cabe ressaltar que o escoamento da produção era realizado, essencialmente, pelos rios que deságuam formando o Lago Guaíba. Desta forma, “*Estabeleceu-se, assim, sob o comando do porto de Porto Alegre e de seus comerciantes, a coleta de produção, a sua exportação, bem como a importação dos bens requeridos pelas novas populações e sua vida econômica e social.*” (SOUZA; MULLER, 2007, p. 55).

Porto Alegre lida também, neste período, com um crescimento populacional significativo, passando de 12 mil para 52 mil¹⁸ habitantes. Evidencia-se também o desenvolvimento e a diversificação de seus estabelecimentos comerciais e “pré-industriais”, como por exemplo, dos artesãos. No final deste período, para Souza e Muller (2007)

(...) estava composto, portanto, um mercado suficientemente amplo que permite a transformações dos métodos de produção artesanal existentes em uma produção industrial propriamente dita, ou então a fundação de novas empresas industriais para o atendimento do mercado regional. (p. 57)

Cabe desacatar ainda, que apesar de pouco expressiva, houve uma re-migração das novas regiões habitadas em direção a Porto Alegre. Estes novos habitantes da capital contribuíram para a diversificação econômica e cultural do município. Neste sentido, podemos destacar o papel dos migrantes alemães, que influenciaram na construção das futuras indústrias da capital, e os migrantes italianos que se dedicaram a agricultura na zona sul do município, dando origem a bairros como Vila Nova.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que outros grupos étnicos contribuíram ao desenvolvimento social e cultural de Porto Alegre. Nesse sentido, podemos citar a população negra e os migrantes judeus, pois ambos instalaram junto ao central da cidade. Na

¹⁸ Singer, p.154 citado por Souza e Muller, 2007.

fase seguinte, os movimentos migratórios intensificam-se ampliando a presença de grupos sociais e culturais distintos.

2.4. A INDUSTRIALIZAÇÃO

O quarto período, de 1890 a 1945, caracterizou-se pelo amplo desenvolvimento industrial ocorrido em Porto Alegre. Este fenômeno, ocorrido também nos demais grandes centros urbanos brasileiros, trouxe conseqüências marcantes nas dinâmicas sociais e populacionais, internas e externas ao município, da mesma forma que propiciou transformações nas infra-estruturas da cidade e também, de uma forma mais ampla, a fisionomia do município.

O processo de industrialização e as transformações econômicas em Porto Alegre tiveram uma forte impulsão conjuntural. Para Souza e Muller (2007),

O desenvolvimento industrial em Porto Alegre não se deu, entretanto, somente à existência de um mercado consumidor relativamente amplo. Veio juntar-se a ele o estrangulamento da importação de produtos manufaturados durante as duas guerras mundiais, que forçaram a aceitação inicial do produto nacional e proporcionaram-lhe, assim, tempo para se firmar no conceito da população e, *ipso facto*, no mercado. (p. 75)

O desenvolvimento industrial das cidades brasileiras teve forte ligação também com as características do mercado consumidor abastecidas por elas. Assim,

Porto Alegre sobrepôs-se às demais cidades rio-grandenses pelo tamanho e vigor de suas *hinterland*. Assim como São Paulo sobrepor-se-ia em nível nacional às demais cidades brasileiras por ter contado na época de sua expansão industrial com um mercado consumidor consideravelmente maior que outra cidade brasileira. (SOUZA; MULLER, 2007, p. 76)

Desta forma, junto ao contexto do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre começou a afirmar sua hegemonia em termos industriais já a partir das últimas décadas do século passado. Essa ascensão da Capital enquanto centro manufatureiro esteve intimamente ligada à sua relação com as regiões coloniais do Nordeste do Rio Grande do Sul. As áreas coloniais constituíram o elo inicial de um processo de acumulação de capitais na esfera comercial, que viabilizou, em grande parte, a industrialização do Estado. (ALONSO; BANDEIRA, 1988, p. 5)

A dimensão conjuntural brasileira, as dinâmicas econômicas anteriormente estabelecidas, principalmente com as regiões coloniais, além das demais ligações econômicas desenvolvidas pela capital, foram preponderantes para Porto Alegre firma-se como o grande centro industrial do Rio Grande do Sul. A nova condição econômica produziu transformações na cidade, pois houve remodelação das infra-estruturas de transportes e sanitárias, surgem novos bairros e, não podemos deixar de destacar, a grande expansão demográfica durante o período.

No que tange as infra-estruturas de transporte, neste período, há uma clara ênfase para o transporte rodoviário em âmbito regional e interno na cidade. Assim, estabelecem-se ligações terrestres entre Porto Alegre e os municípios vizinhos.

Em nível regional, no governo Flores da Cunha (1930-1937) foram implementadas as primeiras rodovias pavimentadas, fazendo as ligações entre Porto Alegre e São Leopoldo, Porto Alegre e Gravataí e daí a Tramandaí. No período foi feita, ainda, a ligação por terra até São Paulo. (SOUZA; MULLER, 2007, p.79)

Internamente podemos destacar um grande conjunto de projetos e obras viárias que consistiam basicamente no remodelamento e ampliação de vias existentes, além da criação de novas avenidas na cidade. De todas as obras, destaca-se a construção da Avenida Farrapos que, conjuntamente com sua extensão a BR-116, concentrou a implantação industrial e habitacional nos anos seguintes. Consolidando, futuramente a Região Metropolitana. Iniciou-se, neste período, políticas de cunho sanitárias. Estas consistiram, além da ampliação das vias, na canalização dos esgotos na região central da cidade e na retificação de arroios, como o Dilúvio e o Arroio Cascata.

Parte deste processo de “limpeza” da cidade caracterizou-se pela retirada de cortiços e um conjunto de populações de baixa renda do entorno dos locais das obras e, da localização central da capital, sob o lema “Remover para promover”. Por conseguinte, temos o reassentamento dessas populações em porções pouco habitadas do município, a ampliação de espaços destinados à habitação e a constituição de novos bairros, em Porto Alegre.

Procedeu-se a uma radical alteração da cartografia da cidade, que através do ideário de modernização promoveu de um lado a incorporação de setores considerados deteriorados e ausentes de urbanização e, de outro, criou áreas que, de forma contraditória ao suposto ideário, permaneceram um longo período com profundas ausências de infra-estruturas urbanas. (GAMALHO, 2009, p. 49)

De todos, podemos destacar a construção do bairro Restinga¹⁹, por este estar localizado na porção sul do município, longe do local “origem” das populações e num espaço, naquele momento, sem infra-estruturas básicas. A “sanitarização” da cidade permaneceu por mais algumas décadas chegando ao próximo período.

Por fim, não podemos deixar de destacar o grande aumento do contingente populacional do município. Esta transformação está associada a um intenso processo de êxodo rural do interior do Rio Grande do Sul, pela transformação da estrutura fundiária e da economia. E em contrapartida pelas novas e atraentes dinâmicas econômicas que o município dispunha. Como afirma Souza e Muller (2007), junto “*Ao surto industrial, associa-se um*

¹⁹ As transferências para a Restinga iniciaram em 1966 e prosseguiram por várias décadas levando uma grande contingente para este novo espaço habitacional. O Bairro é um dos mais populosos da capital, conta com 53.764 residentes, segundo o Censo Demográfico de 2000.

significativo incremento populacional na cidade de Porto Alegre, confirmando os pressupostos da lei geral do crescimento urbano, de que aos acréscimos de função correspondem acréscimos de população.” (p. 76).

A população do município em um período de cinquenta anos, de 1890 a 1940, teve o acréscimo de 219.811 habitantes, passando de pouco mais de 50 mil para aproximadamente 272 mil habitantes. Neste período, Porto Alegre presenciou o aumento de sua participação na contagem populacional do Rio Grande do Sul, o município em 1890 representava 5,84% da população do estado, enquanto em 1840 chegou à marca de 8,19%. Tais dados reforçam o quão significativo foi o incremento populacional do município e quanto ele foi construído através das dinâmicas migratórias internas do estado.

As referidas transformações propiciaram a ampliação das áreas densamente ocupadas do município. Neste sentido, a instalação das indústrias condicionou a formação de bairros industriais e operários na capital, como é o caso do Bairro Navegante, e a ampliação populacional propiciou a criação de diversos bairros de cunho residencial, localizados na sua grande maioria junto aos eixos de maior circulação do município, ou seja, neste momento, na porção norte de Porto Alegre.

2.5. A METROPOLIZAÇÃO

O último período a ser destacado é a Metropolização. Este, que inicia em 1945 e mantém-se atualmente, é fortemente marcado pelo momento conjuntural vivido pelo Rio Grande do Sul, especialmente pelo momento de crise no setor primário, e pelas novas dinâmicas econômicas presentes em Porto Alegre, da mesma forma que as novas configurações no território do município.

No início deste período, as colônias formadas pelos migrantes italianos e alemães passam pelo esgotamento das formas produtivas, da mesma forma, a pecuária extensiva tradicional, desenvolvida na porção sul do estado, começa a entrar em decadência.

No que tange ao setor industrial, podemos destacar o crescimento das indústrias de caráter tradicional em Porto Alegre. Entretanto, conjuntamente, há a redução da participação no mercado nacional deste setor, considerando que no início do século XX a participação de Porto Alegre e de São Paulo eram praticamente idênticas e posteriormente a capital paulista concentrou significativamente a produção industrial nacional. A redução deveu-se pela dinamicidade, extensão do mercado consumidor e pelas características da indústria locais, propiciando a São Paulo a maior extensão.

Nas primeiras décadas deste período, há a construção de novas vias de interligação entre Porto Alegre e cidades vizinhas. Temos, por exemplo, a pavimentação da BR-116 e também consolidação da ligação de Porto Alegre com as demais regiões brasileiras através da BR-101. Apoiado nestas novas vias, o crescimento industrial de Porto Alegre ultrapassou os limites do município, expandindo-se para atual Região Metropolitana, e sustentou a expansão da mancha urbana em direção a estes municípios, conseqüentemente, houve a integração da cidade ao conjunto de municípios vizinhos.

Ao ser pavimentada a BR-116, a expansão industrial foi ao seu encaço, inclusive saindo dos limites urbanos de Porto Alegre, em direção ao norte por Niterói-Canoas-Esteio até Sapucaia do Sul, sendo acompanhada por considerável contingente de moradias populares. (SOUZA; MULLER, 2007, p.101)

Este período, frente às novas dinâmicas entre Porto Alegre e os município vizinho, é caracterizado pelo fenômeno da Metropolização. Enfim, “(...) a cidade não funcionava mais em sua circunscrição administrativa. Porto Alegre e seus municípios vizinhos passaram a formar um todo orgânico que reclamava iniciativas e soluções conjuntas: entrou-se na fase da formação metropolitana.” (SOUZA; MULLER, 2007, p. 101)

Frente a novas necessidades impostas, surge uma série de prerrogativas possibilitando o planejamento metropolitano, no qual podemos destacar: a formação institucional destas regiões, em especial, a Região Metropolitana de Porto Alegre; os planejamentos metropolitanos, como é o caso do transporte público; além da criação de fundações de gestão e de planejamento, no Rio Grande do Sul a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), Poe exemplo. O surgimento das instituições de planejamento metropolitano é acompanhado, num primeiro momento, por fundos para investimentos.

No que se refere especialmente ao planejamento municipal de Porto Alegre, podemos salientar a presença dos planos diretores. Esses instrumentos de planejamento tornaram-se, neste período, mais pormenorizados, apresentaram maior abrangência territorial e incorporaram novas preocupações, além das questões viárias. Esta atividade de planejamento foi incentivada frente às grandes transformações, em um curto espaço de tempo, pela qual o município passou.

As dinâmicas migratórias do estado intensificaram-se durante as últimas décadas do século passado, por conseguinte, Porto Alegre vivenciou uma ampliação populacional superior as décadas passadas. Em 1950 tínhamos pouco mais 394 mil habitantes que representavam 9,46% da total do estado, já em 1980 o contingente populacional passou de 1 milhão de habitantes representando 14,48%. A partir da década de 90 temos uma

desaceleração do crescimento populacional da capital, em 1991 aproximadamente 1,2 milhões de pessoas viviam em Porto Alegre e em 2000 estes valores chegaram à 1.360.590 habitantes. Entretanto a desaceleração populacional não representou a redução significativa da participação da capital no total populacional do estado, pois em 1991 representava 13,82% e em 2000 13,35%. As referidas características econômicas vivenciada pelo estado propiciaram a ampliação dos movimentos migratórios do campo não somente em direção a capital, mas também a áreas menos densamente habitadas, tanto no Rio Grande do Sul, como em outros estados²⁰.

Do ponto de vista econômico, podemos salientar, além da referida redução da participação da indústria, a ampliação e diversificação do setor terciário na região Metropolitana de Porto Alegre. Nestas atividades, entre todos os municípios da região, *“Neste, sim, a cidade de Porto Alegre teve grande preponderância sobre os demais município, seja nos diversos ramos comerciais ou financeiros.”* (SOUZA; MULLER, 2007, p. 102). A supremacia da capital fica evidente na prestação de serviços relacionados à saúde, ao lazer, a cultura, e também, com menor expressão, na educação e na pesquisa.

Recorrentes a diversas transformações ocorridas desde 1945, à expansão da mancha urbana direcionou-se para áreas periféricas da então cidade, tanto na direção norte-leste, como também na direção sul. A referida expansão deu-se em grande medida por ocupações irregulares e formação de vilas populares, por projetos habitacionais do poder público e projetos de construtoras do setor habitacional. Num primeiro momento a expansão intensificava-se na direção norte-leste, como aponta Souza e Muller (2007), *“A implantação de vilas populares se deu preferencialmente nos setores compreendidos entre a avenida Assis Brasil e seus prolongamentos e junto à avenida Bento Gonçalves, em direção ao município de Viamão e a cidade de Alvorada.”* (p. 101-102). A partir da década de 1990 começa a aflorar novas características em Porto Alegre, uma delas é o deslocamento de boa parte da população de alta renda da porção mais central da cidade, em direção a áreas rurais próximas, para os novos condomínios de luxo. Ocorre também a proliferação de loteamentos regulares e, principalmente, irregulares, dando conta das carências habitacionais das populações de baixa renda.

2.6. CONSIDERAÇÕES

²⁰ Estes movimentos migratórios configuram a expansão da fronteira agrícola.

Como observamos, ao passar da história do município, as características territoriais alteram-se drasticamente. Neste sentido, a FIG. 4²¹, a evolução urbana, vem retratar a expansão urbana do município de Porto Alegre ao longo de sua trajetória. Nela podemos aferir o quão dispare a dimensão territorial se configurou em Porto Alegre.

Os espaços “coloridos” no mapa, que indicam o ano de ocupação, representam a cidade em si, ou seja, zonas de ocupação destinadas a habitações, comércios e de usos industriais, cabe ressaltar que a figura retrata a expansão e não as características “internas” da ocupação. Os espaços em cor branca, por sua vez, representam zonas na qual a cidade não esta presente, estes se destinam a atividades agrícolas ou mesmo à de preservação ambiental, seja elas oficiais ou não.

A partir da ocupação inicial, ocorrida hoje na porção central do município, houve a expansão em direção as zonas periféricas destes espaços iniciais. Esse movimento persistiu ao longo do tempo e deu características radiocêntricas para a expansão da cidade de Porto Alegre, através das principais vias de circulação. As vias que tinham a direção norte e leste, caminhos que interligavam economicamente Porto Alegre com seus vizinhos, apresentavam maior dinamicidade e, portanto, apresentaram uma ocupação mais intensa. Como destaca Souza e Muller (2007), *“Este parece um ponto importante a ser retido: o sentido da expansão urbana é dado pelo ou pelos acessos de longo curso mais dinâmicos.”* (p. 102).

Já os caminhos para o sul, apresentaram uma expansão mais contida, principalmente por não apresentarem a mesma dinamicidade que as demais e, também, pelas barreiras físicas presentes em seus trajetos. A FIG. 5 retrata as características altimétricas e dos cursos d’água no município, a partir dela fica evidente o quanto o relevo barrou a expansão urbana na direção sul, dificultando a ocupação destes espaços acidentados, ou mesmo a passagem por estes obstáculos físicos, ainda mais considerando as características tecnológicas dos transportes em momentos históricos anteriores, com o uso, por exemplo, de veículos com tração animal.

A configuração territorial, desta forma, não se constituiu de forma homogênia, as diferentes formas de ocupação, da mesma forma, que os diferentes eventos, condicionaram a expansão para os moldes atuais e, por conseguinte, construindo as atuais características do município. De forma geral, podemos observar no norte o estabelecimento da cidade e de seus usos, enquanto na porção sul encontramos uma ocupação menos intensa e com uma expansão mais recente.

²¹ A FIG. 9, na página 75, retrata a configuração do uso e ocupação do solo no município de Porto Alegre, segundo o Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre (2008).

No que se refere especialmente à atividade agrícola, podemos destacar que estas estiveram, e estão, presentes em todos os momentos da história do município. Apresentaram diferentes características produtivas, foram modificando-se conforme novas influências e desenvolveram-se em diferentes espaços. Podemos considerar também, que os espaços que potencialmente podem ser destinados a esta atividade vem diminuindo gradativamente em todos os momentos históricos, em face da expansão da cidade de Porto Alegre. Cabe destacar, como exemplo deste fato, que em dado momento a agricultura era desenvolvida nas imediações no atual centro da capital pelos açorianos, enquanto hoje estão relegadas, principalmente, ao sul do município.

Os novos papéis administrativos e as atividades econômicas incorporadas por Porto Alegre justificam tais transformações, como bem ressalta Mertz (2002)

Porto Alegre foi um município essencialmente agrícola somente até 1835, quando extensas chácaras ocupavam a região além da delimitação da zona urbana. A sua condição de centro político e administrativo rapidamente alterou essa situação, passando a desenvolver uma economia predominantemente urbana comercial e industrial. Os produtos agrícolas necessários para a reprodução desse mercado em expansão passaram a vir dos municípios limítrofes, nos quais ampliação urbana se deu mais tardiamente. (p. 35–36).

Entretanto, esta atividade mantém-se em determinados espaços da capital. Neste sentido, para melhor compreendermos a manutenção destes espaços, cabe, portanto, analisar de forma minuciosa o papel que o planejamento municipal delegou a esta atividade, os incentivos ou as ausências destes para permanência desta prática. Compete também localizar onde estas práticas estão sendo desenvolvidas e quais são suas principais características.

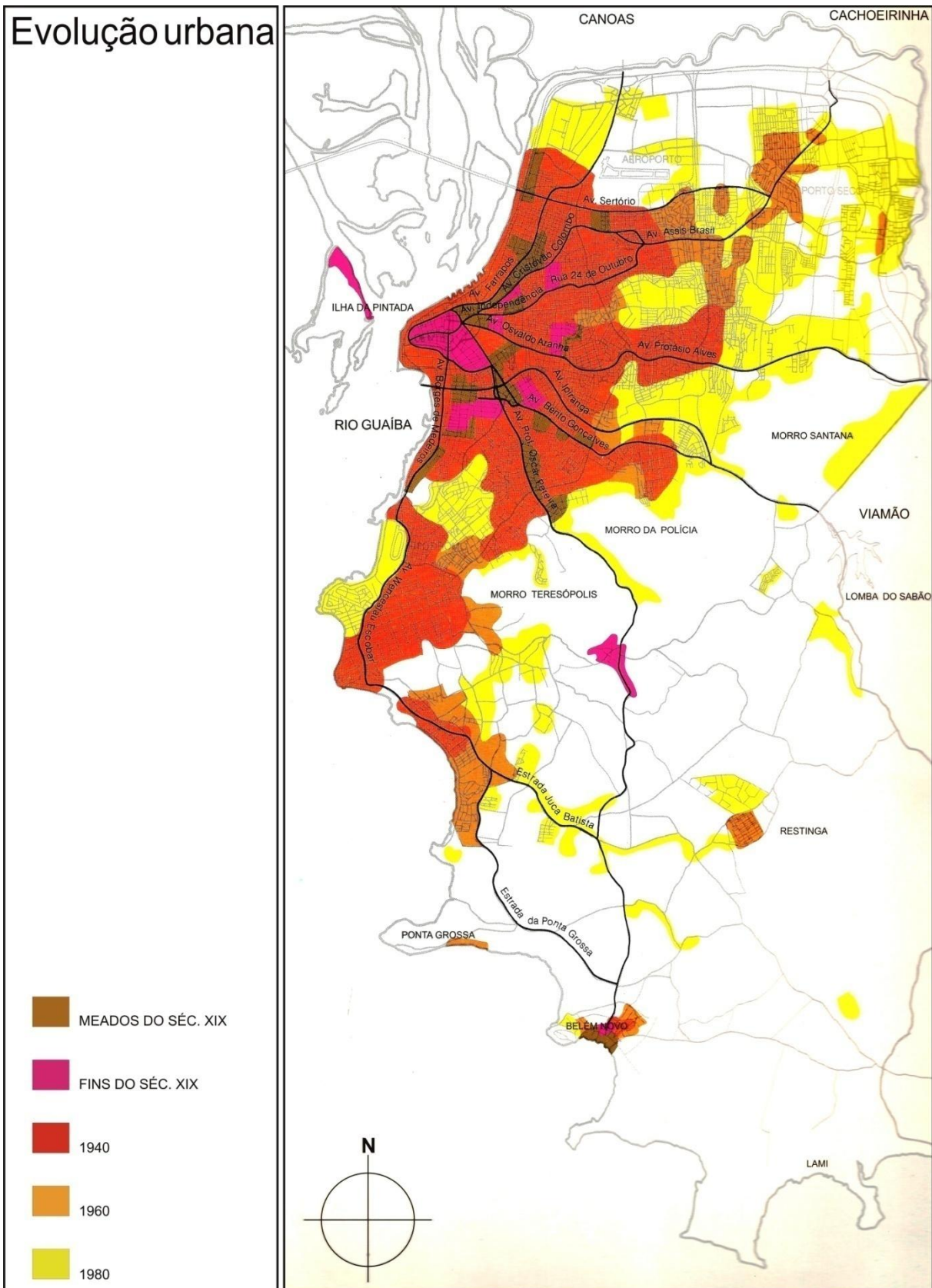


Figura 4 – Evolução Urbana até 1980

Fonte: PORTO ALEGRE, [1979], p. 3. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

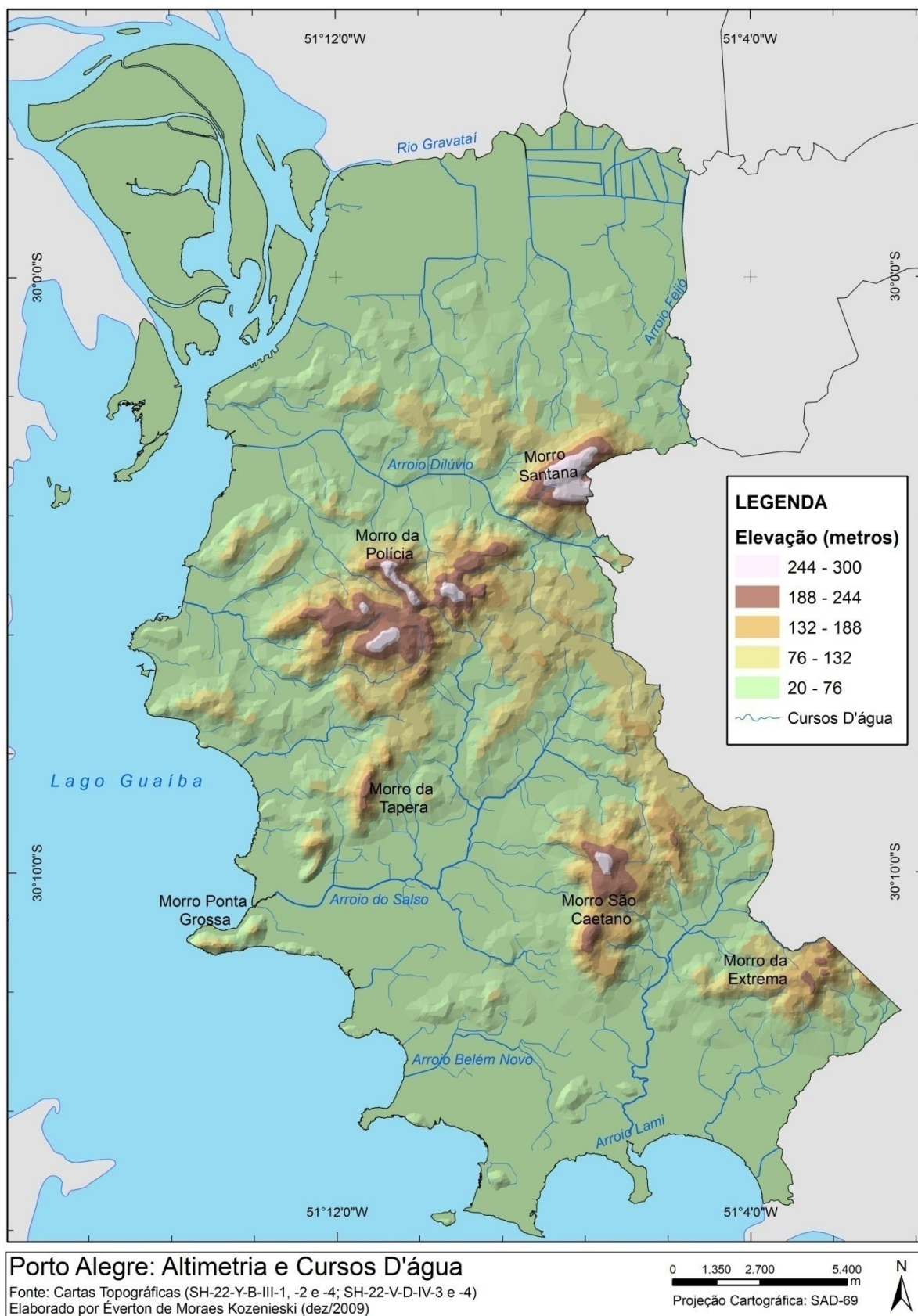


Figura 5 - Altimetria e Corpos D'água

Fonte: Cartas Topográficas (SH-22Y-B-III-1, -2; SH-22-V-D-IV-3 e -4). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

3. A AGRICULTURA EM PORTO ALEGRE

A agricultura é uma atividade que está presente em Porto Alegre mesmo antes da ocupação oficial do município. Essa prática transformou-se ao longo do tempo de forma significativa, tanto no que se refere aos produtos produzidos, quanto a importância econômica conferida a esses frente às demais, da mesma forma que sua localização espacial no contexto municipal. Essa atividade vem, marcadamente, perdendo espaço frente às novas dinâmicas econômicas desenvolvidas no município, expansão das atividades industriais e comerciais, da mesma forma, através da substituição por outras formas de usos e ocupações do solo.

Essa atividade, mesmo frente à tendência manifesta ao longo de décadas, mantém-se em alguns espaços da capital. Frente a essa constatação impõem-se alguns questionamentos: o que de fato é produzido em Porto Alegre? quantos são os estabelecimentos dedicados a esta atividade? onde se localizam? quais são suas dimensões? A resposta a esses questionamentos se faz complexa frente às próprias características do rural do município de Porto Alegre, conjuntamente as conseqüentes dificuldades encontradas com informações um tanto desconstruídas.

Como lembra Wanderley (2009), o rural é, cada vez mais, constituído e construído por diversos atores coletivos que estabelecem através de suas práticas diferentes visões sobre o rural. Da mesma forma, compreendendo que o espaço é concebido de diferentes formas por diferentes atores, buscaremos caracterizar o rural produtivo de Porto Alegre através de diferentes fontes de informações que, a partir de seus critérios, dimensionam de forma individualizada a atividade produtiva no município. Para tanto, utilizaremos as informações de instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS), Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

3.1 OS DADOS DO IBGE

O IBGE é uma fundação pública federal que tem por objetivo produzir dados estatísticos e outras diversas informações sobre o território brasileiro, em diferentes escalas administrativas. A atuação do IBGE se dá, entre outras, através de diferentes recenseamentos com temas, finalidades e metodologias distintas. Seus levantamentos de dados são de grande importância para a caracterização das diferentes localidades no Brasil, possibilitando o

diagnóstico de determinadas situações e servindo de subsídio para políticas públicas. Desta forma, o IBGE não atua diretamente na determinação do rural de Porto Alegre, entretanto, possibilita, através de suas informações, a caracterização destes espaços.

De todos os recenseamentos realizados pelo IBGE, gostaríamos de destacar dois deles, que são: o Censo Demográfico e o Censo Agropecuário. O Censo Demográfico, que é realizado no intervalo de 10 anos, teve sua última edição no ano de 2000. Esse tem o objetivo de levar dados populacionais na totalidade dos domicílios brasileiros. A partir do Censo Demográfico e de suas informações de cunho populacional podemos destacar, em nossa análise, a relação entre a população urbana e a rural.

Tais informações indicam que a população urbana de Porto Alegre corresponde praticamente ao total populacional pois, pouco mais de 97% da população residente total está situada nas áreas urbanas. Cabe destacar que os censos demográficos utilizam-se de critérios administrativos para definir rural e urbana, desta forma, o que consta como urbano²² é aquilo que é definido pela municipalidade, que no caso de Porto Alegre, durante o período do recenseamento, estava passando pela alteração de suas definições no Plano Diretor.

O Censo Agropecuário por sua vez, tem por objetivo levantar informações sobre estabelecimentos agropecuários, florestais e/ou aquícolas de todos os municípios brasileiros, desta forma, este levantamento representa uma caracterização detalhada da produção primária no Brasil. Através destes dados, que teve em 2006 sua última edição, podemos destacar as características fundiárias, o número de estabelecimento agropecuários, da mesma forma que os principais produtos produzidos no município e sua respectiva produção

O que diz respeito aos estabelecimentos rurais²³, conforme a TAB. 1, Porto Alegre contém um número significativo de estabelecimentos agropecuários, totalizando 341, comparativamente com alguns municípios limítrofes, contidos no mesmo contexto metropolitano, como Canoas (48) e Guaíba (396). Em sua grande maioria, estes estabelecimentos são conduzidos diretamente por produtores titulares das terras (305), outros 10 por produtor titular através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo, e, por fim, 18 estabelecimentos são conduzidos por administradores (18).

²² Para contabilização e classificação da população o IBGE utiliza-se de oito classes de localização que podem ser urbana (Áreas urbanizadas de cidades ou vilas, Áreas não-urbanizadas de cidades ou vilas e Áreas urbanas isoladas) e rural (Aglomerado de extensão urbana, Povoado, Núcleo, Outros aglomerados e Área rural exceto aglomerado). Para maiores informações consultar IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

²³ “Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária (...)”. (IBGE, conceitos Censo. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>)

Relacionada a esta características, temos a presença de, respectivamente 18, 1 e 17 estabelecimentos agropecuários que constam no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ). Estas características indicam a presença de poucas unidades produtivas sob a perspectiva de uma agricultura empresarial, da mesma forma, encontramos muitas propriedades agropecuárias sob a égide de uma agricultura de cunho familiar. Estes estabelecimentos, no total, apresentam área de 9231 hectares que em sua grande maioria, apresentam uma estrutura fundiária com pequenas propriedades praticamente não superiores a 100 hectares.

Grupos de Área Total	Número de Estabelecimentos
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1
De 0,1 a menos de 0,2 ha	2
De 0,2 a menos de 0,5 ha	7
De 0,5 a menos de 1 ha	10
De 1 a menos de 2 ha	19
De 2 a menos de 3 ha	42
De 3 a menos de 4 ha	20
De 4 a menos de 5 ha	21
De 5 a menos de 10 ha	64
De 10 a menos de 20 ha	65
De 20 a menos de 50 ha	48
De 50 a menos de 100 ha	22
De 100 a menos de 200 ha	9
De 200 a menos de 500 ha	7
De 500 a menos de 1000 ha	-
De 1000 a menos de 2500 ha	1
De 2500 ha e mais	-
Produtor sem área	3
Total	341

Tabela 1 - Estabelecimentos Agropecuários e Suas Respetivas Áreas

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

No que tange a produção agropecuária, podemos destacar a diversidade da produção agrícola do município (TAB. 2), na qual os gêneros da horticultura, das lavouras permanentes e da pecuária, ganham relevância no cenário municipal. Com relação aos produtos agropecuários mais comumente cultivados, temos a presença marcante da mandioca, em 69 estabelecimentos agropecuários, e da pecuária de bovinos (145 estabelecimentos) e eqüinos (116 estabelecimentos). Outros cultivos em menor proporção merecem destaque: como couve, rúcula, beterraba, brócolis, rabanete, cenoura, salsa, cana forrageira, e pêsego. Já com relação aos produtos com maior quantidade produzida podemos realçar a importância do arroz, cana-de-açúcar, cenoura, tomate e as aves, da mesma forma que os já citados bovinos, mandioca, pêsego, alface, brócolis e couve. Tais fatos demonstram que determinados produtos são amplamente produzidos em Porto Alegre como, por exemplo, a mandioca, contudo alguns produtos, como o arroz, apresentam expressiva produção concentrada em poucos

estabelecimentos.

	LAVOURA PERMANENTE ¹			LAVOURA TEMPORÁRIA		
	Produtos	Número de Estabelecimentos	Produção (toneladas)	Produtos	Número de Estabelecimentos	Produção (toneladas)
	Abóbora, moranga, jerimum	14	49			
	Alho	2	X			
	Amendoim em casca	2	X			
	Arroz em casca	4	2416			
	Aveia branca em grão	6	49			
	Batata-inglesa	3	1			
	Cana-de-açúcar	22	413			
	Cebola	3	1			
	Ervilha em grão	4	1			
	Fava em grão	1	X			
	Feijão preto em grão	15	6			
	Feijão de cor em grão	1	X			
	Feijão fradinho em grão	2	X			
	Feijão verde	1	X			
	Fumo em folha seca	1	X			
	Mandioca (aipim, macaxeira)	69	540			
	Melancia	10	42			
	Melão	21	192			
	Milho em grão	16	39			
	Tomate rasteiro (industrial)	3	4			
	Forrageiras para corte	10	139			
	Cana forrageira	32	490			
	Milho forrageiro	12	55			
	Sorgo forrageiro	1	X			
	Acerola	1	X			
	Ameixa	18	67			
	Amora (fruto)	1	X			
	Banana	2	X			
	Caqui	1	-			
	Figo	4	7			
	Goiaba	3	18			
	Jabuticaba	1	-			
	Laranja	9	47			
	Nectarina	4	20			
	Nêspera	1	X			
	Pera	3	81			
	Pêssego	30	390			
	Romã	1	X			
	Tangerina, bergamota, mexerica	7	24			
	Uva (mesa)	11	27			
	Uva (vinho ou suco)	6	28			

	PECUÁRIA ²			* - SILVICULTURA		** - FLORICULTURA	
	Produtos	Número de Estabelecimentos	Produção (cabeças)	Produtos	Número de Estabelecimentos	Produtos	Número de Estabelecimentos
	Bovinos	145	5794	Flores e folhagens para corte	13		
	Bubalinos	6	237	Gramas	9		
	Equinos	116	1224	Plantas ornamentais em vaso	7		
	Asininos	1	X	Mudas de plantas ornamentais	10		
	Muares	1	X	Plantas, flores, folhagens medicinais	4		
	Caprinos	15	215				
	Ovinos	46	1280				
	Suínos	52	4115				
	Aves	85	36289				
	Outras aves	63	33096				

	* ³		
	Produtos	Número de Estabelecimentos	Pés cortados (mil árvores)
	Acácia negra	2	-
	Eucalipto	14	2
	Pinheiro americano	2	-

Porto Alegre: Principais Produtos Agropecuários	
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006	
Editado por Éverton de Moraes Kozenieski (dez/2009)	

Tabela 2 – Porto Alegre: Produtos Agropecuários Censo Agropecuário (2006)

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

De uma forma geral, as informações advindas do IBGE retratam minuciosamente a situação dos estabelecimentos rurais de Porto Alegre. Entretanto estes dados sofrem críticas

com relação a algumas de suas características. Especialmente o que tange a definição de rural adotada junto ao Censo Demográfico, a adoção de critérios que são em grande medida construídos politicamente, e também com relação à amostra realizada para o Censo Agropecuário e a possível não identificação de algumas peculiaridades.

3.2. OS REGISTROS DO INCRA

O INCRA é uma autarquia federal criada²⁴ com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Desta forma, essa instituição constitui-se com a incumbência, entre outras funções, de registrar os imóveis rurais brasileiros.

Esses imóveis registrados ficam contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) que serve de base para a arrecadação dos Impostos Territoriais Rurais, através da Fazenda Nacional, e a partir deles podemos analisar a estrutura fundiária de determinado território. Cabe destacar ainda que o INCRA tem a função de emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Este documento é indispensável para transações imobiliárias, como compra e venda de imóveis rurais, e para tomada de empréstimos junto aos bancos. Por meio dele, os órgãos oficiais confirmam que o imóvel está cadastrado do SNCR.

No que tange as informações referentes à estrutura fundiária de Porto Alegre, segundo o INCRA (TAB. 3), há 1393 imóveis registrados no SNCR. Esses em sua grande maioria, representam imóveis com áreas inferiores a 20 hectares e menores que 1 módulo fiscal para o município. A área ocupada por estes imóveis equivale a 192,33703 Km², ou seja, pouco mais de 38% da área total do município de Porto Alegre²⁵. Segundo estas informações, a área definida com “rural de Porto Alegre” é extensa e expressiva.

Número de Módulos Fiscais (ha)	Área dos Imóveis (ha)	Número de Imóveis	Área (ha)
Até 1	Até 5	801	1489,9100
Maior que 1 até 4	Maior de 5 até 20	408	4208,4903
Maior que 4 até 15	Maior de 20 até 75	146	5481,2000
Maior que 15	Maior que 75	38	8054,1000
Total		1393	19233,7003

Tabela 3 - Porto Alegre: Estrutura Fundiária Segundo INCRA

FONTE: INCRA . Sistema Nacional de Cadastro Rural (2009). Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

²⁴ Através do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

²⁵ O município de Porto Alegre tem uma área total de 497 Km².

As informações providas do INCRA destoam significativamente dos dados produzidos pelo IBGE, tais diferenças podem estar associadas às características do SNCR. Este é composto por dados declaratórios e que sua atualização ou correção dependem diferentemente das informações prestadas pelos proprietários de imóveis rurais, e que para Porto Alegre, com a transformação de toda a área do município em urbana, causou um acúmulo de informações desencontradas ou que deixaram de ser registradas como rural.

3.3. A COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA/RS

A Ceasa/RS²⁶ consiste em conjunto de diferentes estruturas com a finalidade de promover a comercialização de produtos agropecuários por diferentes empresas e produtores que nela operam. Está em funcionamento desde 1973 com a transferência dos usuários do antigo Mercado da Praia de Belas para as dependências da Ceasa/RS, é atualmente considerada a grande central distribuidora de hortigranjeiros do Rio Grande do Sul pois, cerca de 35% do total consumido no Estado são comercializados pelas empresas e produtores que nela atuam. (CEASA/RS, 2009)

A Ceasa/RS não é uma instituição que atua diretamente na definição do espaço rural de Porto Alegre, tão pouco visa construir dados estatísticos com finalidades de planejamento e gestão, contudo caracteriza-se por ser um grande palco de comercialização dos produtos cultivados e, desta forma, reflete a produção e comercialização de gêneros agrícolas no município. Neste sentido, gostaríamos de destacar duas informações obtidas junto a esta instituição com relevância na área de estudo. São elas: o volume de produtos comercializados, assim como a localização em Porto Alegre da produção comercializada na Ceasa/RS.

No que diz respeito o volume de produtos comercializados (TAB. 4) podemos destacar a grande participação da venda de ovos, aproximadamente 16% do total em quilos, além da destacada presença do abacaxi pérola, mamão formosa, alface, sendo cada um destes produtos responsável entre 7 % e 8,45% do total. Cabe destacar também, com menor expressão, a presença do mamão amazonas, rabanete (molho), melancia, melão (diversas variedades), beterraba (molho), tomate (diversas variedades) e cenoura.

²⁶ Sociedade de economia mista por ações, tendo capital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (a quem cabe a gestão, através da Secretaria da Agricultura) e Prefeitura Municipal de Porto Alegre. (CEASA/RS, 2009)

Produtos	Total (Quilos)	Produtos	Total (Quilos)
Abacate Comum	2502	Mamão Amazonas (Papaia)*	319408
Abacate Especial	2380	Mamão Formosa*	396517
Abacaxi Caiena (Hawai)*	32460	Mandioca	450
Abacaxi Perola*	447104	Manga*	55706
Abobora	2720	Maracujá Azedo	4000
Abobrinha Italiana	7030	Melancia	270000
Abobrinha Tronco	8240	Melão Carvalho	40369
Acerola	375	Melão Comum (Gaúcho)	223324
Agrião	29537	Melão Espanhol	19435
Aipo Salso	603	Melão Surise/Prince	66341
Alface	379267	Mogango	4800
Alface Americana	2400	Moranga Cabotta, Preta	30060
Alho Nacional*	794	Moranga Comum	2180
Alho Porro	294	Morango	3267
Almeirão/Radice	6058	Mostarda	15888
Ameixa Nacional Amarela	1958	Nabo	306
Ameixa Nacional Roxa	25674	Nabo Comprido	13000
Arroz Embalado	7170	Nabo Redondo	18576
Banana Caturra/Nanica*	3228	Nectarina	10323
Banana Prata/Catarina*	1104	Nêspera - RS	1900
Batata Branca Lisa*	29750	Ovo Branco	687898
Batata Doce	119280	Ovo Codorna	9641
Berinjela	82410	Ovo Vermelho	194515
Beterraba	33038	Pepino Salada	39696
Beterraba Molho	188806	Pêra Nacional*	10134
Brócolis	106280	Pêssego Nacional	40489
Brócolis Híbrido	32394	Pimenta	175
Caqui Chocolate	1260	Pimentão	74790
Caqui Fuyu	1044	Pimentão Vermelho	450
Caqui Manteiga	25	Quiabo	3860
Carambola	175	Rabanete	51552
Cebola Nacional*	48000	Rabanete Molho	275160
Cenoura	162800	Repolho Roxo	20290
Cenoura Molho	35467	Repolho Verde	28316
Cheiro Verde/Tempero	8856	Romã	30
Chicória/Escarola	8565	Rúcula	137708
Chuchu	760	Tangerina Montenegrina*	570
Couve	42489	Tomate Caqui (Gaúcho)*	34600
Couve Chinesa	8883	Tomate Caqui Longa Vida*	180150
Couve Flor	76752	Tomate Cereja	10746
Ervilha em Saco	1116	Tomate Paulista/Italiano*	7500
Ervilha Torta	100	Uva Comum de Mesa	5125
Espinafre	14610	Vagem	15384
Fava	1664	TOTAL	5287945
Feijão	900		
Figo Maduro	9878		
Figo Verde	8040		
Goiaba	22650		
Laranja Baia (Umbigo)*	300		
Laranja Valência*	1200		
Maça Fuji Comercial*	2205		
Maça Gala Embalada*	1764		

* - Produtos indicados como possivelmente não provenientes de Porto Alegre.

Porto Alegre: Produtos Comercializados da Ceasa/RS

Fonte: Ceasa/RS - Relatório Anual de Produtos em Quilos (2008)
Editado por Éverton de Moraes Kozenieski (dez/2009)

Tabela 4 - Porto Alegre: Produtos Comercializados na Ceasa/RS

FONTE: CEASA/RS. Relatório Anual de Produtos em Quilos (2008). Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Cabe ressaltar que estas informações são obtidas através do cadastro de fornecedores da Ceasa/RS. Esses produtores, por sua vez, têm o talão de agricultor originário de Porto Alegre, o que não representa necessariamente cultivos realizados no município. Tal fato fica evidente, como indica parte dos técnicos da Ceasa/RS, através de determinados produtos que

não são produzidos em Porto Alegre devido a fatores ambientais e sociais, como é o caso dos produtos indicados na tabela como possivelmente não provenientes de Porto Alegre. Esta situação fica explícita também através da não localização de alguns fornecedores lotados em Porto Alegre, que de fato não estão atualmente produzindo no município.

Cabe destacar, ao que se refere à distribuição espacial da produção (FIG. 6), que há presença de cultivos quase que exclusivamente ao sul do município, concentrada em dois focos principais, a primeira entre os bairros Vila Nova e Aberta dos Morros e a segunda entre os bairros Belém Novo, Lami e Lageado. Com relação à quantidade comercializada, podemos evidenciar que os agricultores do segundo foco de concentração apresentam maior volume de comercialização de seus produtos, com relação aos primeiros citados. Entre eles, internamente, há um relativo equilíbrio, pois as produções não destoam de forma substancial entre eles, salvo algumas exceções.

3.4. AS INFORMAÇÕES DA EMATER/RS

A Emater/RS é uma instituição que tem como foco de sua ação as unidades de produção da agricultura familiar, de maneira preferencial e prioritária. Além disso, busca desenvolver ações com públicos diferenciados como os remanescentes de quilombos, assentados de reforma agrária, indígenas e pescadores profissionais artesanais. A atuação da Emater/RS está condicionada à contratação, por parte das prefeituras, de seus serviços, fato que vem se perpetuando em Porto Alegre.

A atuação da Emater/RS está baseada em cinco funções básicas, que são: *Assistência Técnica*, a elaboração, acompanhamento e assessoria a projetos de beneficiamento, comercialização e agregação de valor aos produtos agrícolas; *Assessoria gerencial*, acompanhamento e apoio para a elaboração de políticas públicas para o rural; *Extensão Rural*, função, de caráter educativo e não formal, levando às populações conhecimentos nas diversas esferas da vida em sociedade, nas áreas de produção, organização, saneamento básico, saúde e nutrição, cultura, entre outras; *Coleta de Dados e Geração de Informações*, elaboração de informações sobre o “mundo rural” do Rio Grande do Sul; *Assessoria ao Planejamento*, atividades de elaboração de planos de ações que visem o desenvolvimento rural; e, por fim, *Classificação e Certificação de Produtos de Origem Vegetal*, com a elaboração de selo de qualidade de produtos agropecuários. (EMATER-ASCAR, 2007)

Entre todas as ações desenvolvidas pela Emater/RS, gostaríamos de destacar, num primeiro momento, a coleta de dados e a geração de informações propiciadas por essa

instituição. A partir destes dados, em especial a estimativa de produção agropecuária de Porto Alegre (TAB. 5), podemos destacar os cultivos de arroz, rabanete, rúcula e alface, como sendo os que mais se destinam áreas para sua produção. A área produtiva de Porto Alegre, nesta estimativa, totaliza 3016,25 ha, sem contar a produção de alguns gêneros animais, dentro os quais a produção de ovos e especialmente de carne bovina é intensa. No que se refere à quantidade produzida podemos evidenciar a ampla presença da mandioca (Aipim), berinjela, melão, pêssego, tomate paulista, rúcula e arroz, além da carne suína. Esses dados, que refletem o período de 2007, são elaborados a partir da assistência técnica e da extensão rural no convívio cotidiano com as populações beneficiárias.

Produtos	Área Cultivada (ha)	Produção (ano)	Produtos	Área Cultivada (ha)	Produção (ano)
Agrião	10	200000 dz	Melão	50	500 t
Aipim	50	500 t	Moranga	10	150 t
Alface	100	90000 dz	Morango	5	40
Almeirão (radiche)	30	90000 dz	Mudas plantas anuais	1	200000 un
Ameixa	15	150 t	Nabo	2	30 t
Arroz	500	2500000 t	Nectarina	15	150 t
Árvores e Arbustos	12	10000 un	Nêspera	6	48 t
Batata Doce	40	400 t	Nós Pecã	2	4 t
Berinjela	10	500 t	Ovos	50000 cab	35000 cx
Beterraba	20	300 t	Pepino	20	240 t
Brócolis	30	180000 dz	Pera	25	200 t
Caqui	4	100 t	Pêssego	50	600 t
Carne Bovina	1000	40 t	Pimentão	8	40 t
Carne de Peixes	4	200 t	Quiabo	2	8 t
Carne Suína	5000cab	600 t	Rabanete	200	2400 t
Cenoura	20	300 t	Repolho	10	200 t
Condimentos	2	4 t	Rosa	0,25	400 dz
Couve	30	240000 dz	Rúcula	200	1100000 dz
Couve-flor	10	200 t	Tempero Verde	2	20000 dz
Ervilha	10	50 t	Tomate Gaúcho	15	375 t
Espinafre	10	200000 dz	Tomate Paulista	25	500 t
Feijão	5	5 t	Uva	16	280 t
Figo	10	180 t	Vagem	10	60 t
Flor viva em vaso	3	10000 un			
Folhagens	3	5000 un			
Goiaba	6	120 t			
Laranja	8	100 t			
Leite	400	1000000 l			
Mel	500 colméias	20 t			

Porto Alegre: Produção Agropecuária - Emater
 Fonte: Emater - Pesquisa da Produção Municipal e Consumo - Estimativa 2007.
 Editado por Éverton de Moraes Kozenieski (dez/2009)

Tabela 5 - Porto Alegre: Produção Agropecuária – Emater/RS

FONTE: EMATER/RS. Pesquisa de Produção Municipal e Consumo – Estimativa de 2007. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Outra informação relevante diz respeito aos atendimentos realizados pela Emater/RS em Porto Alegre. No total, há 527 famílias que são atendidas no município, sendo estas compostas por agricultores familiares, remanescentes de quilombolas, pescadores artesanais e indígenas. A FIG. 7 demonstra a distribuição destes atendimentos, destacando as diferentes

categorias de atendimento, através dos bairros do município de Porto Alegre. A partir destas figuras, podemos observar que os atendimentos da Emater/RS estão localizados essencialmente na periferia das áreas mais urbanizadas do município, se concentrado essencialmente na porção sul e nas ilhas do Guaíba.

A FIG. 8 indica a situação dos atendimentos relacionados à agropecuária. Nessa categoria temos 186 famílias atendidas que estão distribuídas quase que exclusivamente ao sul de Porto Alegre, em bairros com menor grau de urbanização. A partir dela podemos observar destacar ainda duas grandes concentrações: a primeira delas nos bairros Vila Nova, Belém Velho e Aberta dos Morros e a outra, de maior envergadura, nos bairros Belém Novo, Lami e Lageado.

3.5. OS DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

O município, menor esfera administrativa da República Federativa do Brasil, é dotado de autonomia administrativa frente aos demais entes da federação e se constitui de certos órgãos políticos e administrativos. A administração municipal fica a cargo da Prefeitura, órgão pelo qual se manifesta o Poder Executivo do Município, centralizado na figura do Prefeito. Entre outras atribuições, é responsabilidade do prefeito nomear os secretários municipais, que o ajudam na administração da cidade; executar as leis aprovadas na Câmara dos Vereadores; preservar e melhorar a infra-estrutura da cidade; desenvolver planos e iniciativas que expressam a política de desenvolvimento econômico do Município.

Para dar cabo à administração e as funções delegadas à prefeitura municipal, o prefeito institui órgãos subordinados, como secretarias e departamentos, afim de melhor atender demandas municipais. As secretarias e os demais órgãos representam determinados setores e temáticas de grande relevância na dinâmica municipal. Estas assumem determinadas demandas, propõem e executam iniciativas a fim do desenvolvimento econômico e social do município.

Por vezes, determinadas temáticas, como é o caso da produção primária no município, perpassa questões envolvidas em diversos órgãos da administração municipal. Fato que propicia, em determinadas ocasiões, conforme o tema e as diferentes secretarias, uma atuação fragmentada e contraditória. As diversas ações dos órgãos municipais, em nossa temática de estudo, passam por questões como a definição do rural e sua atual extinção e por outras iniciativas que incentivam a atividade rural no município e por vezes desestimulam tais práticas. A ação destes órgãos também auxilia na caracterização do espaço produtivo do

município. Com base em tais características buscaremos destacar iniciativas três secretarias, tanto no que refere a ações desenvolvidas e também de propostas que delineiam atividade rural no município.

A Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) tem a competência de atuar nas áreas de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial. Cabe à SMIC, portanto, controlar e fiscalizar entrepostos, mercados e feiras livres, licenciar e controlar o comércio, e garantir a aplicação do código de defesa do consumidor mediando e fiscalizando as relações de consumo no município. Essa secretaria também tem a função de incentivar a produção agropecuária e constituir projetos de desenvolvimento rural em Porto Alegre. Especificamente ao que se refere ao desenvolvimento rural temos junto a SMIC a Divisão de Fomento Agropecuário, setor que trata das diretrizes e projetos voltados ao fomento das atividades agrícolas, pecuária e agroindustriais. Esta divisão também é responsável pela organização de eventos como, entre outros, a Festa do Pêssego, da Uva e da Ameixa, a Feira do Peixe e a Mostra Rural em comemoração à Semana do Agricultor. Vinculado a esta divisão temos o Centro Agrícola Demonstrativo (CAD), local em que estão centralizados questões relacionadas à tributação de imóveis rurais, aquisições de mudas frutíferas e ornamentais, orientações técnicas, entre outras atividades do centro. (PORTO ALEGRE, 2009b)

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) é o órgão responsável pela proteção do sistema natural e pelo controle da qualidade ambiental no município. Esta secretaria estrutura-se a fim de promover políticas de proteção ao ambiente e controle das atividades impactantes através da fiscalização e do licenciamento ambiental. A SMAM, por intermédio de suas atribuições, realizou o Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre que pretende “(...) *dar subsídios a técnicos, empreendedores e tomadores de decisão do setor público e do setor privado, objetivando um melhor planejamento do território e o licenciamento ambiental.*” (HASENACK et al, 2008, p. 9). Este diagnóstico destaca as características ambientais do município enfatizando as dimensões geológicas, solos, drenagem, vegetação/ocupação dos solos e paisagens.

Gostaríamos de destacar, neste estudo, os usos e ocupações do solo no município (FIG. 9). As áreas, para fins de classificação, em que a vegetação original foi alterada ou descaracterizada foram definidas como antrópicas, sendo classificadas como de usos urbanos ou rurais. Os usos rurais estão definidos em três categorias, que são: cultivos temporários, “(...) *principalmente diferentes tipos de grãos, pastagens plantadas e a produção de hortaliças, além de vários outros cultivos menos expressivos.*” (HASENACK et al, 2008, p.

68); cultivos permanentes, representados principalmente pelos cultivos de pêsego, ameixa e uva; cultivo florestal, “(...) é feito em pequenos talhões descontínuos e tem, provavelmente, um uso local com lenha, moirões para cercas e material para construção.” (HASENACK et al, 2008, p. 68).

No que tange a localização dos usos do solo, podemos destacar que aqueles que apresentam características rurais estão quase que exclusivamente localizados ao sul de Porto Alegre, a exceção dos cultivos nas ilhas e das plantações de arroz junto às várzeas próximas ao rio Gravataí. Estas últimas, em especial, apresentam parcelas contínuas, com grandes áreas e poucas divisões. Outro ponto de destaque relaciona-se as diferentes situações dos usos rurais frente ao uso urbano. A este respeito, podemos destacar junto a bairros como Vila Nova, Belém Velho e Restinga, situações nas quais os usos rurais são limítrofes aos usos urbanos, acarretando, provavelmente, situações de conflito (valorização imobiliária, esgotamento de recursos naturais, sociais, etc.). Contudo, em outras localidades mais ao sul do município, há um distanciamento entre estas distintas formas de usos do solo.

A Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR) é o órgão responsável pelo fomento as atividades turísticas no município através da realização de serviços de atendimento aos turistas, da divulgação dos atrativos de Porto Alegre, além da coordenação e do fomento a iniciativas que visem o desenvolvimento de atividades com finalidades turísticas. Dentre todas as atividades, esta secretaria desenvolve diversos roteiros turísticos, entre os quais, gostaríamos de destacar os Caminhos Rurais.

Essa iniciativa tem por objetivo promover o turismo na zona sul de Porto Alegre, reconhecida como espaço rural de diversas atividades e atrativos para o desenvolvimento do turismo. Esse roteiro busca apresentar uma porção desconhecido do município pela grande maioria da população, apresentando atrativos turísticos diversos, propiciando aos “urbanos” a aproximação junto a estes espaços desconhecidos e ao mesmo tempo próximos.

Por outro lado, busca propiciar a revitalização da zona sul através do incremento de renda aos agricultores e a valorização das práticas agrícolas desenvolvidas por esses através das visitas turísticas. Da mesma forma, busca propiciar novas alternativas de comercialização aos produtos rurais, seja através da venda direta durante a visita turística, ou mesmo através da compra personalizada, ou seja, o cliente busca comprar preferencialmente os produtos nos quais ele pode observar sua produção, em outros locais de venda (feiras, quiosques, festas).

Os atrativos dos Caminhos Rurais são diversos e estão localizados em diferentes pontos ao sul do município, conforme indica a FIG. 10. Ao que diz respeito aos atrativos, podemos salientar que estes são diversos e por vezes apresentam múltiplas características

entretanto, buscamos em síntese concentrar essas atividades em oito categorias, que são: *religioso*, atrativos voltados à religiosidade; *hospedagens e eventos*, locais para pernoites e espaços destinados a treinamentos empresariais ou outros tipos de eventos; *gastronomia*, restaurantes e estabelecimentos voltados a refeições; *comércio*, lojas especializadas em produtos coloniais, vinhos, flores e produtos esotéricos; *lazer*, atividades pedagógicas, pesque-pagues, balneários e espaços para esportes; *haras*, escolas de equitação e hospedarias para cavalos; *ambiental*, atividades de educação ambiental, ecoturismo e visitas a unidades de conservação; e por fim, *produção primária*, visitas aos estabelecimentos de produção orgânica de hortifrutigranjeiros, maioria dos atrativos nesta categoria, além de flores e plantas ornamentais, são as uvas e a produção de vinhos e plantas medicinais.

No que se refere à localização dos atrativos dos Caminhos Rurais, podemos constatar que há concentração de atrativos nas imediações do bairro Belém Velho. Tal fato está vinculado às potencialidades locais e, sobre tudo, pelos projetos turísticos antecedentes desenvolvidos no bairro. A esse respeito, a iniciativa pioneira de desenvolvimento turístico concebida pela Ascobev²⁷, proposta antecedente aos Caminhos Rurais, propiciou maior aceitação junto a proposta dos caminhos rurais.

Os atrativos estão também intensamente dispostos ao longo da Avenida Edgar Pires de Castro e nas imediações do bairro Lami, concentrando atividades diversas e especialmente a grande maioria dos atrativos com produção primária. Fato parecido ao ocorrido em Belém Velho sucedeu-se com os produtores agroecológicos do Lami, pois houve aproximação das associações de produtores agroecológicos com a proposta turística, facilitando a adesão, por parte dos produtores, à iniciativa dos Caminhos Rurais. Cabe ressaltar que qualquer estabelecimento localizado na zona sul de Porto Alegre pode solicitar a inscrição junto aos Caminhos Rurais, somente serão integrados a este roteiro após avaliação e aprovação pela SMTUR. Tal fato, conjuntamente com saída de alguns estabelecimentos, dota de dinamicidade o número total de estabelecimentos cadastrados.

3.6. CONSIDERAÇÕES

As diferentes informações obtidas junto as referidas instituições, denotam a dinâmica produtiva do espaço rural de Porto Alegre. Estas informações caracterizam-se, além das datas as quais fazem referência, por suas propostas metodológicas, conceituais e também com

²⁷ Associação Comunitária de Belém Velho.

relação ao público a qual faz menção. Tendo em vista tais características torna-se complexa a elaboração de comparações entre estas diferentes informações, fato que a nosso juízo não invalida tal proposição.

Com relação aos estabelecimentos agropecuários podemos constatar uma grande divergência de informações, especialmente sobre a área total com produção primária. O Censo Agropecuário indica a existência de 341 estabelecimentos agropecuários, enquanto que o INCRA informa a existência de 1393 imóveis rurais cadastrados. Tal divergência poderia estar relacionada à diferença conceitual, tendo em vista que um estabelecimento agropecuário do Censo Agropecuário pode conter vários imóveis rurais, desde que esses sejam contínuos e de mesmo proprietário. Entretanto, quando comparamos as informações referentes à área total de tais estabelecimentos, encontramos novamente divergências, pois para o Censo Agropecuário as áreas²⁸ dos estabelecimentos agropecuários equivalem a 9231 hectares, enquanto que o INCRA indica a existência de pouco mais de 19233 ha. As informações da Emater/RS também contribuem para a compreensão desta relação entre estabelecimentos agropecuários e área, considerando evidentemente o público restrito atendido por essa instituição. Para Emater/RS há 186 famílias atendidas e estima-se a existência de 3016,25 ha exclusivamente de produção²⁹, sem considerar a criação de alguns animais não indicados em tal levantamento estatístico.

Ao que se refere à estrutura fundiária, o INCRA indica a concentração de imóveis rurais na faixa que estende-se até 20 hectares, enquanto que o Censo Agropecuário remonta a faixa de vai de 1 a 50 hectares como de maior concentração de estabelecimentos. Ambos retratam uma estrutura com muitas pequenas propriedades praticamente não superiores a 5 módulos fiscais e a presença de poucas grandes propriedades rurais.

Ao que se refere aos cultivos realizados no município de Porto Alegre, podemos observar-los sob três perspectivas. A primeira, que diz respeito aos produtos mais cultivados, partindo de informações do Censo Agropecuário que indicam uma presença significativa de mandioca, bovinos e eqüinos, na grande maioria dos estabelecimentos rurais. Além de outras culturas que também são representativas como a couve, rúcula, beterraba, brócolis, rabanete, cenoura, salsa, cana e pêssego. Outra perspectiva faz menção aos cultivos que apresentam maior área de produção, tal informação, indicada pela Emater/RS, aponta para a carne bovina e arroz como os que mais dispõem áreas produtivas em Porto Alegre. Destaca-se também a

²⁸ Compreende a totalidade das terras que formam o estabelecimento, considerada a situação existente na data do Censo.

²⁹ O Censo Agropecuário e o INCRA consideraram que a área total contém outras, não exclusivamente destinadas aos cultivos, como as áreas de proteção permanente.

produção de leite, rabanete, rúcula e alface. Com exceção dos bovinos, os produtos que estão com maior representatividade frente aos estabelecimentos rurais não apresentam maiores áreas cultivadas. Este fato indica, como no caso do arroz, a concentração de determinados produtos em poucas propriedades.

Por fim, podemos analisar a atividade primária a partir das culturas com maior produção no município, ou seja, que apresentam maior quantidade produzida. A esse respeito, as informações da Emater/RS e do Censo Agropecuário contradizem-se em muitas situações, entretanto, sinalizam para maior produção de gêneros da horticultura, fruticultura e da criação animal. Os principais produtos, com relação à quantidade, são: arroz, alface e aves. Outros também se destacam, é o caso da berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cana forrageira, couve, mandioca, melão, pêssago, rabanete, rúcula, tomate e os suínos. Desses a grande maioria apresenta significativa participação comercial na Ceasa/RS, a exceção do arroz produzido diretamente por uma empresa; mandioca, provavelmente direcionada ao mercado local; pêssagos, comercializados em grandes quantidades na Festa do Pêssego e na venda direta ao consumidor; suínos, com a integração com agroindústrias; e, por fim, cana forrageira e cana-de-açúcar para alimentação essencialmente do gado.

Com base nessas informações, podemos categorizar os cultivos no município de Porto Alegre sob duas grandes situações. A primeira sob a óptica de uma agricultura empresarial, conduzida por empresas rurais representadas, entre outras, pela marcas Perdigão e Arroz Tio João. Essas se dedicam essencialmente a produção de arroz, animais e rações, conduzidas de forma própria ou através da integração com agricultores familiares. São representados por poucos estabelecimentos que, entretanto, atingem significativamente grandes quantidades de produção. A comercialização junto aos seus consumidores é conduzida por essas empresas diretamente, não passando, desta forma, pela Ceasa/RS ou mercados locais.

A segunda situação é caracterizada por uma agricultura desenvolvida através de produtores familiares, ou seja, estabelecimentos que são conduzidos e manejados de forma direta por seus proprietários, familiares e sócios. Os estabelecimentos rurais, geridos por esses agricultores, representam a grande maioria das propriedades rurais do município, apresentam tamanhos diversos, sendo em sua grande maioria pequenas propriedades. Esses agricultores, comparados a situação anterior, desenvolvem cultivos com grande diversidade entre eles, assim como internamente em seus estabelecimentos rurais. São cultivados hortifrutigranjeiros, de forma geral que são comercializados basicamente junto ao mercado local, através da Ceasa/RS, feiras, festa, entre outras situações.

Com relação à localização das atividades agrícolas no município, podemos considerar que os dados disponibilizados apresentam características comuns. Em especial, as informações disponibilizadas pela Emater/RS (FIG. 8), que se concentra na agricultura familiar, e do Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre (FIG. 9), voltada ao uso e ocupação do solo, demonstram que, de forma geral, há concomitância de atividades em determinadas localidades. Isto fica expresso pela presença agrícola em vários pontos ao sul do município e também pela concentração de estabelecimentos com atividades agrícolas em duas regiões de Porto Alegre, que são, por nós denominadas, sul, nas imediações dos bairros Belém Velho, Vila Nova e Aberta dos Morros; extremo sul, nos bairros Belém Novo, Lami e Lageado. Algumas divergências entre essas informações são perceptíveis, principalmente com relação ao norte do município, as margem do rio Gravataí. Provavelmente a atuação da Emater/RS não se configura nessa situação devido à agricultura empresarial desenvolvida nesta localidade.

Essas referidas informações demonstram também a incompatibilidade de usos urbanos com usos rurais, ou seja, espaços com forte concentração de atividades econômicas urbanas condicionam a não existência de atividades rurais. Essa situação evidencia a presença agrícola na porção periférica da cidade de Porto Alegre, encaixando-se como oposto da expansão urbana registrada.

As informações com relação à localização dos estabelecimentos rurais que comercializadas na Ceasa/RS (FIG. 6) e os que participam como atrativos de cunho turístico, representado pelos Caminhos Rurais (FIG. 10), compactuam com os dados da Emater/RS, demonstrando que ambas as estruturas apresentadas estão vinculadas à agricultura familiar. Isto fica evidente, pois as concentrações de ambas estão em localidades nos quais os atendimentos realizados pela Emater/RS também estão. Contudo, tanto o turismo quanto a Ceasa/RS não abarcam todas as situações da agricultura familiar em Porto Alegre, pois determinados espaços não constam nestas informações. É o caso de algumas situações presentes no Belém Novo e ao norte do município.

As informações representadas pelos atrativos vinculados a produção primária junto aos Caminhos Rurais e, principalmente, a Ceasa/RS apresentam estabelecimentos agrupados tanto na concentração sul como extremo sul, no decorrer da Avenida Edgar Pires de Castro. Outro ponto que podemos destacar, é que as atividades vinculadas ao turismo, mesmo compartilhando localizações próximas, não comercializam na Ceasa/RS, demonstrando que ambas as situações não são compatíveis. Fato alicerçado nas características das formas produtivas, pois o turismo está vinculado à produção de hortifrutigranjeiros agroecológicos e

de produtos com características diferenciadas, acarretando uma produção reduzida com maior valor agregado. Já a comercialização na Ceasa/RS exige maior produtividade executada através da produção com características convencionais com uso de insumos químicos. Assim, podemos considerar que junto à agricultura familiar existem diversas formas de produção e comercialização, representadas em partes por uma produção convencional, com a comercialização, entre outras, na Ceasa/RS; e a produção agroecológica, sem comercialização na Ceasa/RS, abertas ou não a visitação turística.

Com base no que aqui foi apresentado, podemos considerar que a agricultura está localizada em espaços não urbanos, fato que somado a dinâmica de expansão de uso do solo urbano diminuíram, com o tempo, as possibilidades de realização de práticas agrícolas no município. Esses espaços destinados a produção primária estão relegados a espaços periféricos às estruturas urbanas. De forma geral, os estabelecimentos rurais estão agrupados nas concentrações sul e extremo sul, apresentando em cada uma dessas situações relações distintas ao que se refere à vizinhança com outros usos relacionados à dinâmica urbana. Apesar da identificação de muitos estabelecimentos rurais destinados a agricultura, não é possível mensurar precisamente o número total e suas respectivas áreas, tendo em vista o conjunto de informações desconhecidas.

Cabe, a nosso juízo, frente às constatações aqui apresentadas, analisar o papel do planejamento municipal ao longo das últimas décadas. Como este foi conduzido, de que forma condicionaram, ou não, a atual configuração territorial, e também analisar como estes planejamentos contribuíram para a manutenção, ou não, dos espaços rurais em Porto Alegre.

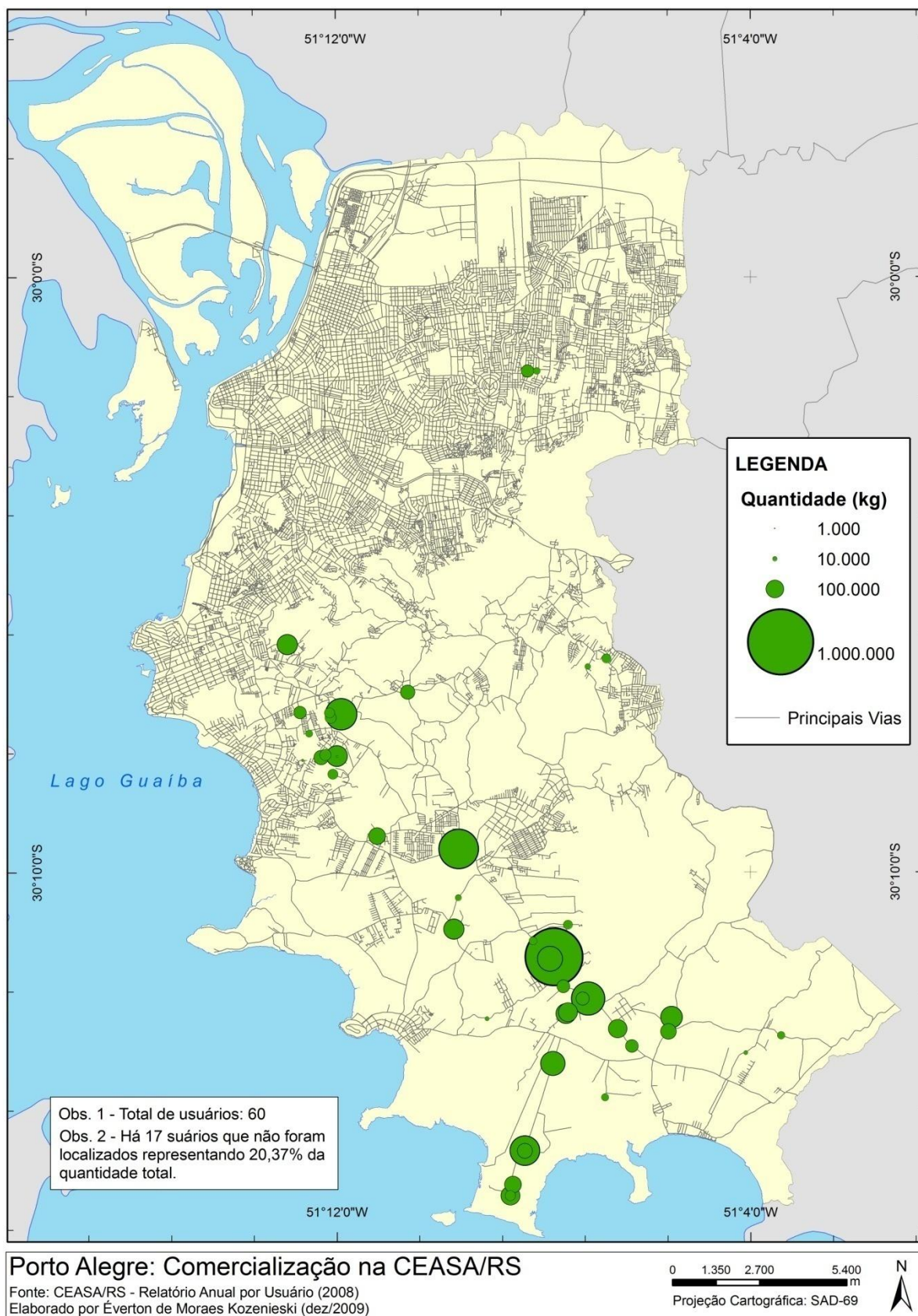


Figura 6 - Porto Alegre: Comercialização Ceasa/RS

FONTE: CEASA/RS. Relatório Anual por Usuário (2008). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

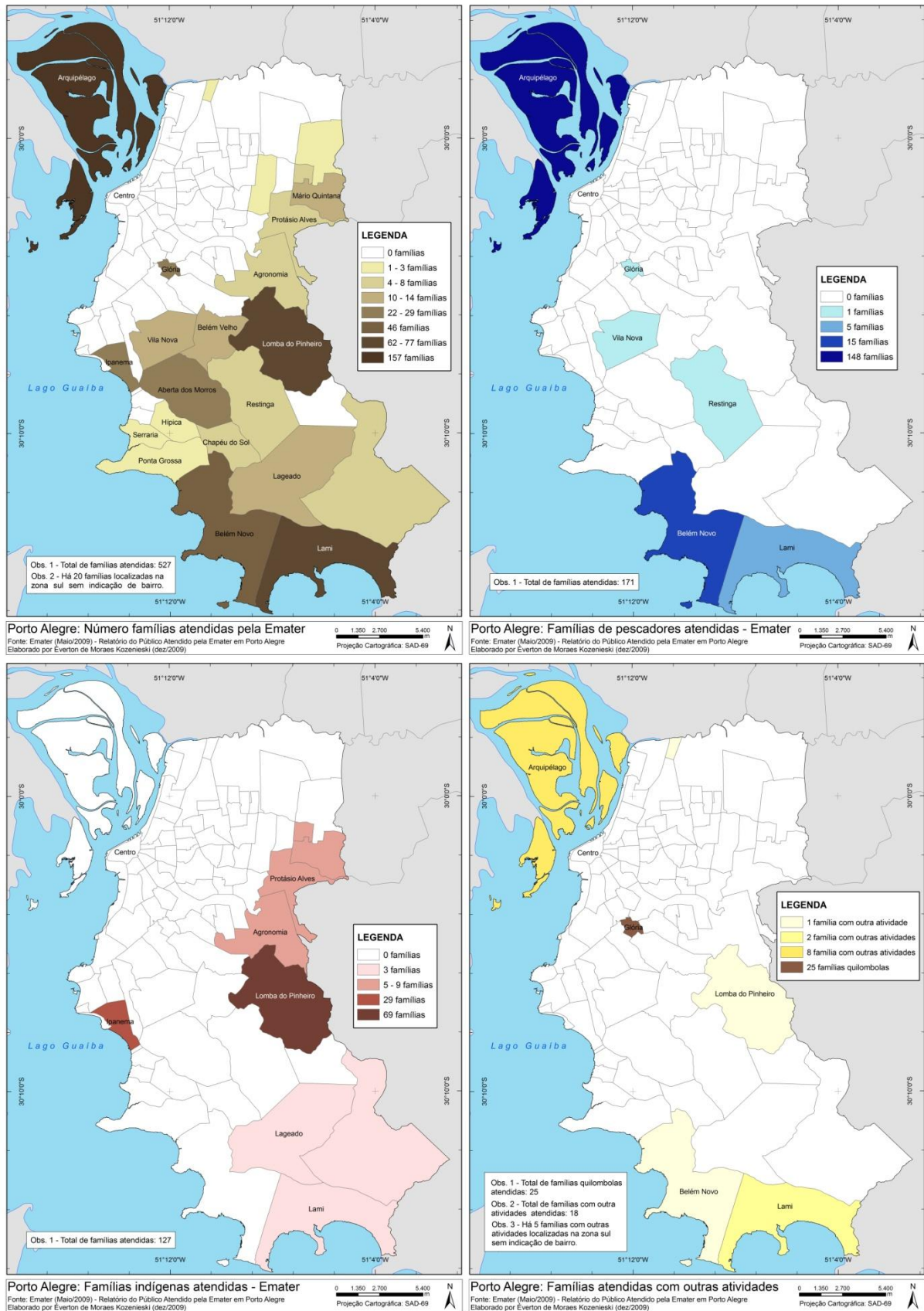


Figura 7 - Atendimentos Emater/RS

FONTE: EMATER/RS. Relatório do Público Atendido pela Emater/RS. Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.



Figura 8 - Porto Alegre: Famílias de Agricultores Atendidas – Emater/RS

FONTE: EMATER/RS. Relatório do Público Atendido pela Emater/RS. Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

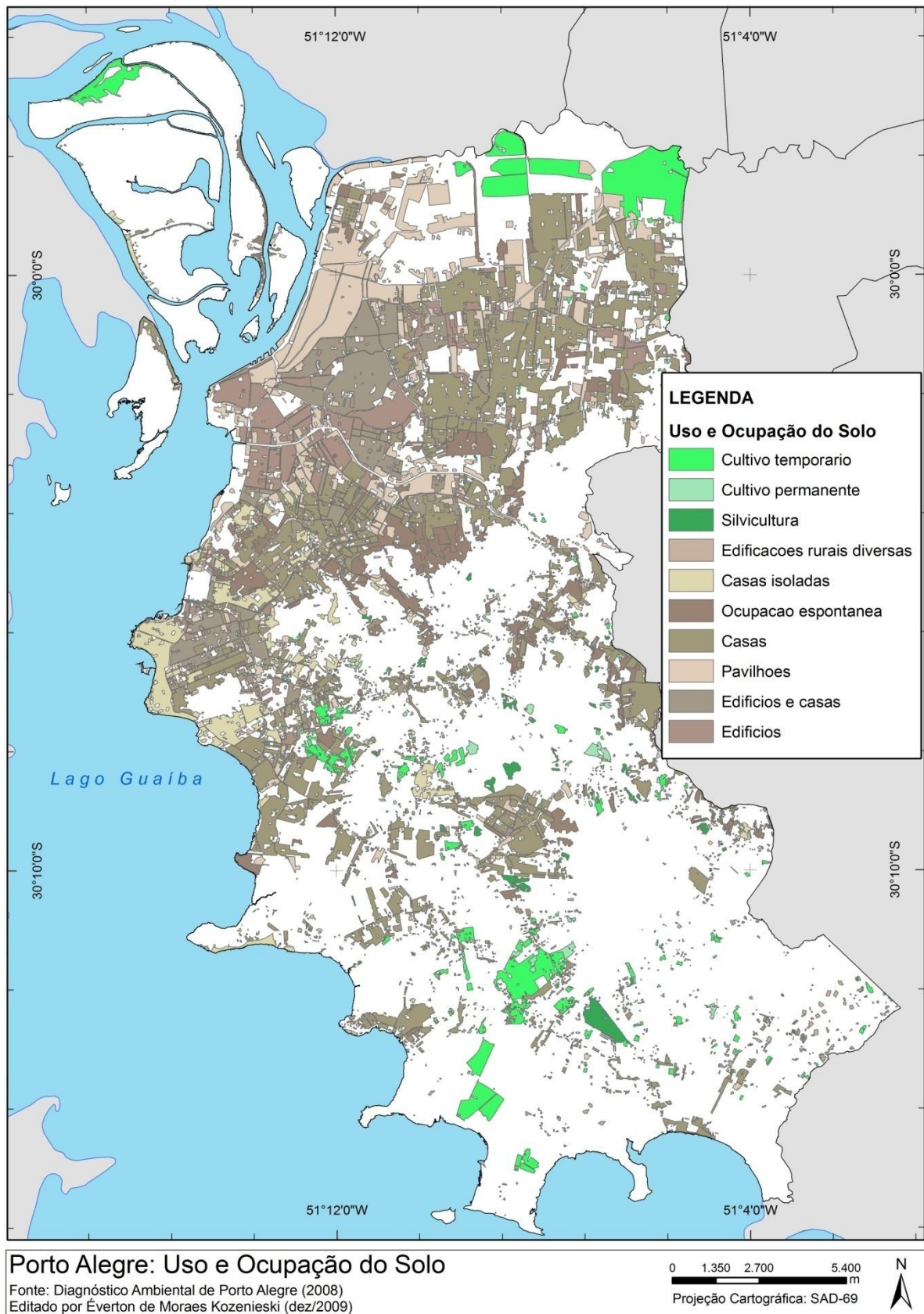


Figura 9 - Porto Alegre: Uso e Ocupação do Solo

FONTE: HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre. 2008.
 Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

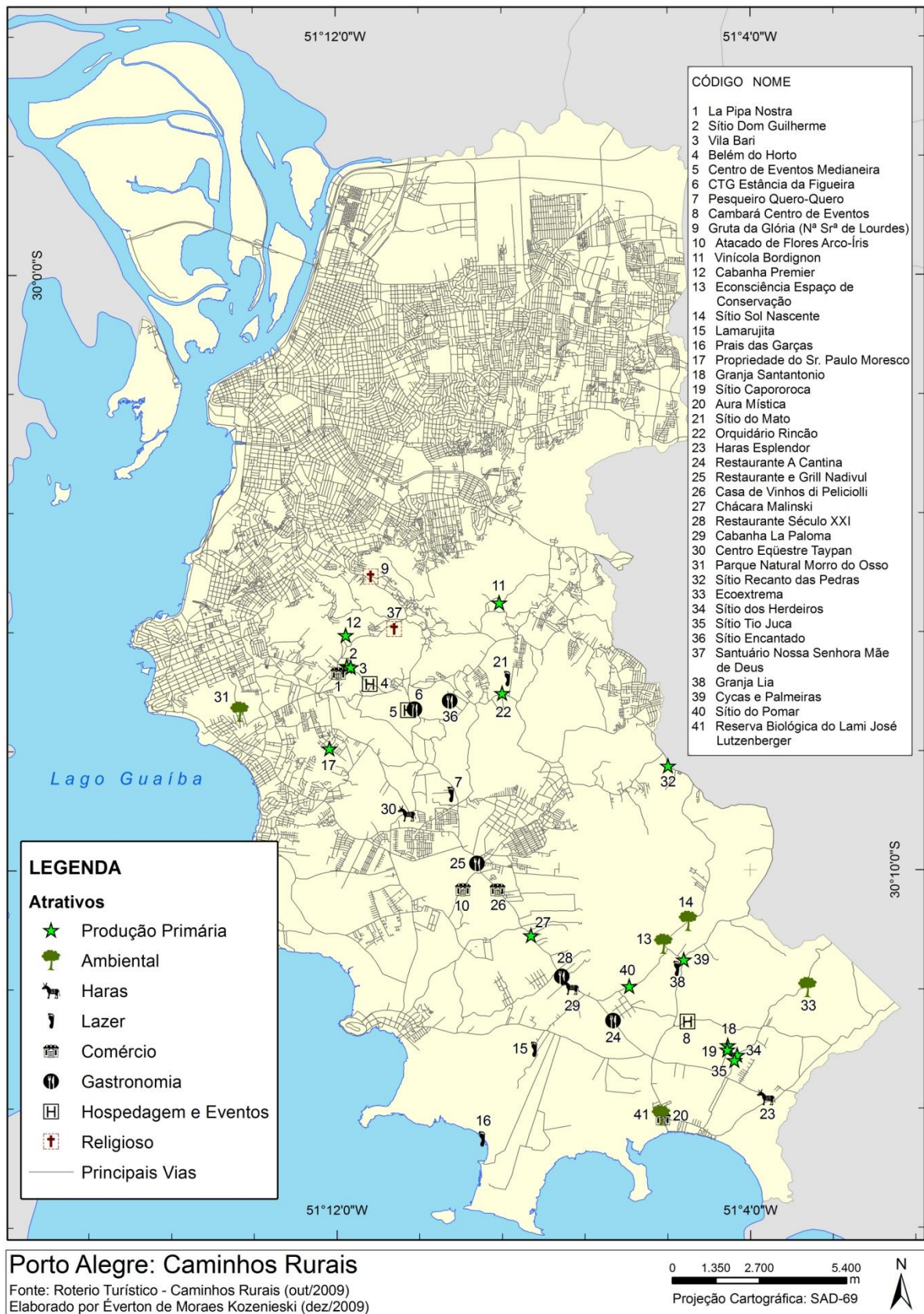


Figura 10 - Porto Alegre: Caminhos Rurais

FONTE: Roteiro Turístico dos Caminhos Rurais (2009). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

4. PLANEJAMENTO DE PORTO ALEGRE: ZONA URBANA E RURAL

O município de Porto Alegre, ao longo de décadas, foi palco de grandes transformações sob perspectivas econômicas, sociais, ambientais, populacionais, entre outras. Tais transformações foram acompanhadas por grandes preocupações por parte do poder público de gerir e controlar as “novidades”, da mesma forma, projetar as transformações para o futuro. Para tanto, Porto Alegre se utilizou de instrumentos de planejamento, e também de gestão para resolver suas demandas. Depositando conseqüentemente neles às concepções e as visões sobre o município e seu futuro, em diferentes momentos históricos.

Souza (2004) considera o planejamento e a gestão como conceitos distintos. Para ele planejar

(...) sempre remete ao *futuro*: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, *tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.* (p. 46)

Por conseguinte, a gestão “(...) remete ao *presente*: gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentes disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.*” (SOUZA, 2004, p. 46). Para esse autor, estes dois conceitos não são sinônimos ou mesmo intercambiáveis, são diferentes e complementares.

O planejamento e a gestão podem ser desenvolvidos em diferentes escalas geográficas com finalidades e abrangências diversas. Temos por exemplo, em nível: *internacional*, o planejamento econômico de multinacionais e de blocos econômicos supranacionais; *nacional*, as políticas públicas, as decisões e os processos que incidem diretamente na vida econômica, política, entre outras, da população; *regionais*, os planos de desenvolvimento regionais realizados por agências de desenvolvimento; *macrolocais*, os planos e os macrozoneamentos para regiões metropolitanas; *mesolocais*, que é referente a um único município, os respectivos planos diretores e demais planos específicos; *microlocais*, os detalhamentos dos planos diretores e outros possíveis projetos.

Em nossa pesquisa, atentaremos especialmente para a escala municipal e suas subdivisões, tendo em vista que esta escala é em primeiro lugar

(...) um recorte federativo, com importante grau de autonomia – o que significa atribuições e recursos próprios -; em segundo lugar, trata-se de uma escala política, ou seja, um território político por excelência, e constitui um distrito eleitoral formal para vereadores e prefeitos e informal para todas as outras eleições, com conseqüências importantes para a sociedade local e para o território; em terceiro, é no município que todos habitamos e exercer os nossos direitos, e deveres, da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos; onde

votamos e candidatos são votados. Também nele que são concretizadas as políticas públicas. (CASTRO, 2005, p. 135)

É neste recorte escalar que encontramos

(...) as notícias, os comentários e as impressões, as críticas e os sentimentos de satisfação ou de insatisfação com espaço onde vive, não apenas os veiculados pela imprensa escrita, falada e televisionada (...) mas também aqueles que “entram pelos poros” na rua, no táxi, nos transportes coletivos e nos lugares públicos em geral, definem uma “ambiência” envolvente e criadora de sentimentos de lugar. (SOUZA, 2004, p. 107)

Nesse recorte escolhido, temos significativas manifestações da política, como suas colocações, organizações e debates. Neles também é onde se aplicam determinadas políticas públicas, nos mais diversos setores (educação, habitação, economia, etc.), tendo em vista a autonomia que o município tem para determinadas práticas, incentivando-as ou desincentivando-as. É no âmbito municipal também, que se aplicam determinadas tributações como Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e, lugar onde está presente um instrumento básico para o planejamento municipal: o plano diretor.

Para Nygaard (2005), o tradicional plano diretor pode ser considerado como um instrumento mais completo que o Estado já teve a sua disposição para interferir na organização e no controle do espaço urbano. Nygaard ainda afirma que

A amplitude deste plano, os seus propósitos, o amplo instrumental normativo e indicativo que apresentava, e sua abrangência setorial, interferindo tanto no setor habitacional, de transportes, educacional, etc., quanto na própria reorganização administrativa da prefeitura, foi sendo conformado no Brasil de forma progressiva ao longo de décadas, acompanhando, tanto a formação e o crescimento das cidades brasileiras, quanto a ampliação e a diversidade das relações sociais, econômicas e políticas, que se refletiam na transformação dos interesses, funções e limitações do poder público. (2005, p. 25)

Os planos diretores apresentam características que são reflexo do momento histórico de sua criação, devido aos instrumentos, técnicas e teorias disponíveis à época. Da mesma forma são reflexos, maiores ou menos, da conjuntura política vivida no município, das concepções teóricas e técnicas escolhidas para sua elaboração e também das visões sobre o presente e o futuro, de que cidade temos e qual cidade queremos ter.

Em meio a todo contexto, em que o município é o *locus* de muitas ações, normatizações e ambiências, tendo depositado nos planos diretores, toda concepção de planejamento municipal e transformações sobre a cidade. Cabe, portanto, analisar mais atentamente os planos diretores de Porto Alegre e suas respectivas idéias sobre o município e suas delimitações para o rural.

4.1. PROJETO DE MELHORAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento e a preocupação com a evolução urbana em Porto Alegre iniciam em 1914 com o Projeto de Melhoramento e Orçamento de autoria de João Moreira Maciel. Neste período, Porto Alegre apresentava características populacionais e econômicas que se transformaram significativamente. Do ponto de vista populacional, houve um grande aumento dos habitantes do município em um curto período de tempo, entre 1900 e 1920, o crescimento populacional foi de 145%. A cidade também expandiu-se, antigos arraiais tornaram-se bairros, ocorrem também neste período o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais e a instalação de indústrias no município.

Todas essas transformações acompanhadas pela estruturas viárias e condições sanitárias precárias, criaram a necessidade de um planejamento urbano para Porto Alegre. Esse plano, segundo as palavras de Nygaard (2005), “(...) foi um trabalho sério, realístico, com princípios bem definidos, um marco na história do urbanismo de Porto Alegre e base para estudos e planos que se lhe seguira, apesar de não ter abrangido todo espaço urbano” (p. 127). Tanto para Paiva e Macedo, urbanistas com relevantes trabalhos nos seqüentes planejamentos municipais, consideram “(...) a proposta do arquiteto Maciel um trabalho tipicamente viário, sem apoio em um estudo socioeconômico da cidade. Tão pouco o consideram um plano diretor, diziam que para tanto lhe faltavam conteúdos como a distribuição da população e dos equipamentos comunitários.” (NYGAARD, 2005, p. 130).

A abertura da Avenida Borges de Medeiros e respectivo viaduto da Avenida Otávio Rocha, assim como a construção da Avenida Júlio de Castilhos constituíram para o desenvolvimento da cidade e foram as principais obras previstas e executadas pelo Poder Público Municipal deste projeto. (PORTO ALEGRE, [1979], p. 3)

4.2. ANTEPROJETO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

Depois de um longo período sem estudos urbanos para a cidade, Porto Alegre contratou o arquiteto Arnaldo Gladosch para realizar Plano Diretor para a cidade. Seu trabalho, iniciou-se em 1938 e perdurou até 1942, não foi concluído e acabou sendo considerado apenas estudos preliminares do plano diretor. Suas propostas foram apresentadas ao Conselho do Plano Diretor, fórum este, criado em 1939.

O Plano Gladosch, embora já destacasse a necessidade do "zoneamento" da cidade, resultou numa proposta essencialmente viária. Durante o período de atuação de Gladosch, três estudos chegaram a ser apresentados. (PORTO ALEGRE, 2009c). Para Paiva (1951), “O fato

de ter sido um estudo coordenado, um estudo de todo o conjunto urbano, de ter avançado sobre a visão viária, reformando conteúdos da cidade, a lógica, a simplicidade e as inovações propostas pelo esquema radial-perimetral proposto para a cidade” (p. 13-14 apud NYGAARD, 2005)

As críticas conferidas ao anteprojeto do plano diretor de Porto Alegre

(...) foram principalmente de natureza técnica: a ausência de pesquisas socioeconômica, a falta de conhecimento objetivo da cidade, a ênfase quase única aos aspectos viários, a ausência de uma análise das atividades urbanas e da conseqüente ausência de um *zoneamento*, o caráter superficial de muitas das soluções, a inexequibilidade financeira das mesmas e a ausência de uma orientação teórica firme e definitiva. (NYGAARD, 2005, p. 149)

As indicações de Gladosch contemplaram uma proposta viária para Porto Alegre, além de um planejamento para todo o conjunto urbano do município deste período. Nessa proposta, da mesma forma que no projeto de Maciel, não houve uma preocupação clara com o planejamento em áreas não urbanas do município.

4.3. O PLANO DIRETOR DE 1959

Em 1959 é apresentado o primeiro Plano Diretor do município de Porto Alegre. Este pode ser considerado o resultado de todo o esforço intelectual iniciado desde a década de 30. Desta forma, foi um marco para o planejamento da cidade. Coordenado pelo Engenheiro Civil e Urbanista Edvaldo Ruy Pereira Paiva para contribuir de maneira decisiva para a formação da visão espacial da cidade. (NYGAARD, 2005)

O Plano foi instituído através da Lei 2046 de 1959 e acabou entrando em vigor em 1961 após a aprovação da Lei 2330. Inicialmente o espaço completado no plano diretor representava a área mais habitada, na época, do município. Posteriormente a legislação urbanística foi sendo estendida para outros espaços. Foram criadas, desta forma, as extensões A, B, C e D³⁰, conforme exemplifica a FIG. 11. (PORTO ALEGRE, 2009c)

Consta neste plano à distribuição das atividades consideradas fundamentais para cidades (habitação, indústria, comércio e agricultura), estando elas distribuídas em zonas. O zoneamento “(...) expressava para os autores uma concepção ideal de futura ordem urbana, que esperavam fosse alcançado pela continuidade do processo histórico de organização espacial da cidade, ajudado pelos dispositivos disciplinadores agora definidos de uso e ocupação do solo e distribuição da densidade.” (NYGAARD, 2005, p. 189). Cabe ressaltar que Porto Alegre vivia um momento de crescimento demográfico muito intenso, alcançando

³⁰ A prefeitura sustou sua implementação.

uma média de 4,9% ao ano. Constavam também neste planejamento os espaços verdes, outras áreas de uso coletivo e a estruturação da rede viária

Este plano diretor delimita espacialmente a zona rural do município, espaço este destinado à produção agrícola, apesar de não regulamentá-lo. Tal fato é justificado pela atenção dada, principalmente, à parte central da cidade e posteriormente a outras áreas que constam como extensões. Cabe ressaltar ainda, que parte da zona sul definida como “Zona Extensiva” não obteve planejamento pormenorizado.

4.4. PRIMEIRO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Em 1979 o chamado 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) entra em vigor. Ele surge como uma revisão do antigo Plano Diretor, que já estava em vigor há 20 anos, a fim de resolver problemas como: a excessiva quantidade de leis e resoluções, entre outras normas, dispersas no âmbito do município, que foram consolidadas em um único texto legal; a desatualização das informações e do planejamento pré-existente; a crescente preocupação ambiental; a adequação ao Plano de Desenvolvimento Metropolitano de 1973; as mudanças econômicas e sociais; além da evolução das técnicas e recursos para o planejamento. (NYGAARD, 2005)

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano,

(...) pela primeira vez o planejamento atingiu toda a área municipal, definido-se as zonas urbana e rural, com a primeira sendo dividida em partes de uso intensivo e extensivo. Também como novidade, o 1º PDDU introduziu, ainda que de forma bastante restrita, a participação comunitária no processo de planejamento. (PORTO ALEGRE, 2009c)

Nele foi proposto um zoneamento de uso do solo, além de uma divisão territorial para o município, que aparecem em síntese na FIG. 12. Pela proposta, a área urbana de uso intensivo foi estendida fisicamente sobre a parte em que a legislação anterior havia definido como urbana, a zona urbana intensiva

(...) foi dividida em setores denominados de Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs), classificados segundo tendências de uso e ocupação do solo. Assim, o regime urbanístico e os dispositivos de controle das edificações foram definidos como consequência da ocupação prevista para cada setor (Unidades Territoriais Residenciais, Mistas, de Comércio/ Serviços e Industriais). Também foram criadas as chamadas Unidades Territoriais Funcionais para áreas de natureza especial e que deveriam, por esta razão, contar com um regime urbanístico próprio (valor histórico cultural, de valor paisagístico etc). (PORTO ALEGRE, 2009c)

Enquanto que a zona rural manteve-se inalterada frente a este plano, segundo as palavras de Nygaard (2005), o PDDU pode ser considerado

“(…) determinista, pois engendrou promessas para melhorar a qualidade de vida

fundamentalmente via reordenação do espaço físico; foi, também, autoritário, pois pretendia impor à sociedade idéias e concepções de ordem e de funcionamento, especialmente em relação ao espaço físico, rearranjando e reordenando idealmente parcelas do território e relações espaciais. (...) Além disso, foi um plano pretensioso, pois se propunha a resolver um conjunto de problemas cada vez mais amplo e diversificado, relativo aos mais diferentes campos disciplinares; pretendeu, ainda, se despolitizar, pois manteve sempre uma postura científica e tecnicista, colocando os planos à parte ou acima do processo social; mostrou-se também ineficaz, na medida em que não conseguiu dar conta da diversidade crescente dos problemas da cidade (...)"(p. 222)

O 1º PDDU permaneceu em vigor por 20 anos sendo o principal, neste período, instrumento do planejamento municipal.

4.5. PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL

Em 1999 foi aprovado a Lei Complementar 434 que coloca em ação o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) em Porto Alegre. Este novo planejamento municipal, até hoje em vigor, traz novas proposta para o município. Entre as novidades a que trouxe maior impacto aos produtores rurais do município foi à incorporação do conceito de que “tudo é cidade”. Adoção desse novo conceito decretou a extinção da zona rural do município e trouxe um conjunto de conseqüências. Esta ação foi justificada da seguinte forma:

O conceito de que **tudo é cidade**, reconhecendo a integralidade do Município em seu território e das relações desenvolvidas sobre o mesmo. Isto significa que o território é composto pelas Áreas Urbanas de Ocupação Intensiva e Ocupação Rarefeita. A Área Rural, hoje abrangendo morros reservados para a preservação natural, uma área junto ao Lami, o Parque do Delta do Jacuí e a Várzea do Gravataí ao norte do dique, passando à jurisdição do município, se incorpora ao conjunto de Estratégias que visam o desenvolvimento sustentável do todo. A responsabilização do poder local sobre todas as suas áreas, as quais concorrem com demandas e suprimentos ao centro urbano, aumentar a sua capacidade de formulações de respostas adequadas á sustentabilidade ambiental e social, uma vez que passa a considerar o todo com um sistema indissolúvel e que funciona complementar mente. (PORTO ALEGRE, 1999, p. 7)

Assim buscou-se incorporar ao planejamento e à tributação do poder público municipal todas as áreas do município, fato que trouxe conflitos e uma nova visão espacial da cidade. No que se refere à visão espacial, o território do município passou a ser dividido em Área de Ocupação Intensiva (AOI) e Área de Ocupação Rarefeita (AOR), conforme demonstra a FIG. 13.

A AOI constitui a área que, conciliada com a proteção do Patrimônio Ambiental, se caracteriza como prioritária para fins de urbanização e abrange, a área contínua definida como tal e outros núcleos intensivos isolados. Já a AOR é a área com características de baixa

densificação, em que predomina a proteção da flora, da fauna e demais elementos naturais, admitindo-se, para a sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária. (PORTO ALEGRE, 1999)

As referidas áreas de ocupação são divididas em Unidades de Estruturação Urbana, Macrozonas e Regiões de Gestão do Planejamento. As Unidades de Estruturação Urbana são módulos estruturadores do Modelo Espacial nos quais são definidos os regimes urbanísticos, são limitados pela malha viária básica. As macrozonas (FIG. 14), por sua vez, são definidas como conjuntos de Unidades de Estruturação Urbana com características peculiares quanto a aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais. E por fim, Regiões de Gestão do Planejamento consistem em divisões do território municipal com a finalidade da participação da população no planejamento municipal. (PORTO ALEGRE, 1999)

De todos os recortes propostos gostaríamos de destacar a Macrozona 8 – Cidade Rururbana, pois nela encontramos conforme o texto da lei

(...) área caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário, compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa. (PORTO ALEGRE, 2009d).

Nesta Macrozona reconhece-se no município a presença da produção primária mesclada com outros usos, apesar da referida extinção da zona rural. Esse reconhecimento também está presente nas justificativas do plano, pois

As atividades rurais, hoje em grande parte desenvolvidas na Área Extensiva, assim como as áreas de preservação, passam a contar com políticas municipais de incentivo, inclusive tributário, para atender aos objetivos estratégicos que irão integrá-la no desenvolvimento geral do município. (PORTO ALEGRE, 1999, p. 7)

No modelo espacial para o município, FIG.15, também fica registrado a presença da agricultura no planejamento do município. Nele evidenciamos a presença, segundo PORTO ALEGRE (1999) de áreas de Produção Primária, “zonas propostas para o desenvolvimento compatibilizado de atividades primárias, extrativas, comércio e serviços de apoio, bem como para a localização de pequenas indústrias vinculadas à produção por propriedade rural” (p. 39), assim como do Corredor Agroindustrial, “zona de apoio à produção agroindustrial com vistas a fortalecer o desenvolvimento primário no extremo sul do Município, respeitadas as ocorrências ambientais intrínsecas ao meio.” (p. 36). Sobre a área de produção primária fica uma questão: é nesta onde está presente a produção agrícola do município ou é nesta área que se pretende que ela se concentre?

Mas de fato, a grande polêmica gerada a partir da incorporação do conceito de que “tudo é cidade”, diz respeito à referida transformação conceitual do território municipal e a transformação tributária. A todos imóveis localizados no Brasil (casa, sítio, apartamentos, etc.) pode incidir dois tipos distintos de tributação: o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

O ITR incide diretamente sobre os imóveis localizados nas zonas rurais dos municípios, ele é recolhido pela união através da Receita Federal e o imóvel fica registrado no INCRA. Parte deste imposto recolhido é repassado, posteriormente, ao município, o qual tem a responsabilidade de delimitar a Zona Rural. A não existência da Zona Rural inviabiliza, para o município, a participação em programas federais, assim com inviabiliza uma série de verbas como, por exemplo, do transporte escolar rural. Já para os proprietários dos imóveis, o pagamento do ITR representa um recolhimento de impostos menor, viabiliza a participação de programas da união como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além do reconhecimento através do certificado emitido pelo INCRA³¹, comprovando que de fato a propriedade é rural, e, portanto, viabilizando transações imobiliárias junto ao cartório de imóveis.

O IPTU, por sua vez, é recolhido diretamente pelos municípios e incide sobre os imóveis que estão localizados nas zonas urbanas ou em áreas consideradas “urbanizáveis” ou mesmo de expansão urbana. A delimitação da zona urbana e suas possíveis expansões é de responsabilidade da esfera municipal. Comparativamente o IPTU geralmente tem alíquotas superiores ao ITR, pois visa dotar tal espaço com um grande conjunto de infra-estruturas, além de evitar vazios urbanos e a conseqüente especulação imobiliária. A definição legal de zona urbana ou zona rural também influencia no regime de parcelamento do solo, pois as zonas rurais estão condicionadas a um parcelamento mínimo condizentes ao Estatuto da Terra e o módulo fiscal³². Já os imóveis urbanos podem ser parcelados em partes muito menores que o mínimo rural.

Porto Alegre, antes do Plano Diretor de 1999, convivia com ambas as de tributação, ou seja, partes dos imóveis recolhiam impostos para a união, enquanto que outra parte pagava o IPTU diretamente ao município. Nesse sentido, do ponto de vista teórico, os imóveis localizados na delimitada zona rural deveriam pagar o ITR, enquanto os imóveis localizados nas demais zonas deveriam pagar o IPTU. Mas de fato o que acontecia no município era algo

³¹ O INCRA emite o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) que comprova que um imóvel rural é registrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

³² Segundo o INCRA, em Porto Alegre o Módulo Fiscal mínimo é de cinco hectares (50000m²) sendo este valor a porção mínima para o parcelamento do solo nesta região.

distinto, pois na prática os imóveis que tinham atividades rurais, mesmo fora da zona rural, pagavam o ITR. Tal cobrança não era realizada devido a uma determinação legal em âmbito federal, conforme explica Schnädelbach (2004)

(...) as cobranças, aos agricultores das áreas urbanas, não eram feitas em acato a uma antiga lei federal que definia a incidência do ITR também aplicável às áreas exploradas com atividade primária, agropecuária, mesmo fora do perímetro rural. No entanto, uma lei federal ordinária de 1994 deixou claro que o ITR só deveria incidir sobre propriedades agrícolas localizadas fora da zona urbana dos municípios. (p. 44)

Com a Lei Complementar 396 de 1996, instituiu-se em Porto Alegre a cobrança de IPTU aos imóveis com produção primária que estavam na zona urbana. Tal cobrança apresentava alíquotas reduzidas conforme a produtividade do imóvel e também mediante cadastro junto à prefeitura, comprovando a atividade e a produtividade. A partir do início das discussões sobre o novo Plano Diretor para o município, o PDDUA, somado a recente transformação da tributação, que inclui grande parte dos produtores rurais ao pagamento de IPTU, um conjunto de polêmicas surgem. Como indica Schnädelbach (2004), o panorama inicial da discussão era:

a Prefeitura Municipal esboçava um novo desenho da Capital, o qual, entre outras determinações, propunha a extinção da classificação de área rural de alguns locais de Porto Alegre, alegando que necessitavam ter o controle sobre o planejamento de todo o Município. Até então, os proprietários de imóveis com produção primária, agropecuária, ao invés de pagarem o Imposto Predial Territorial Municipal (IPTU), ainda contribuíam ao Governo Federal, pagando o Imposto Territorial Rural (ITR). Pagavam ITR e não IPTU tanto os que residiam na denominado Zona Rural de Porto Alegre, localizada no extremo sul do município, como produtores fora dela, como os da Vila Nova, que desde 1959 detinha a classificação de bairro resistências. (p. 42-43)

Com a extinção da zona rural no plano diretor, não deveria mais haver a cobrança de ITR no município de Porto Alegre. Dessa forma, todos os imóveis rurais deveriam pagar IPTU. Frente a esta eminente transformação do Plano Diretor, que se confirmou com a lei 434/99, os produtores rurais do município se articularam, fizeram manifestos e propuseram novas alternativas.

A pressão foi intensa, entretanto, não se conquistou a permanência da zona rural no nascente plano diretor ou mesmo a volta da tributação via ITR para todas as propriedades rurais do município. Conquistou-se a isenção desse tributo, apenas em 2002, mediante cadastro junto à prefeitura municipal, tal conquista foi registrada pela através da Lei Complementar 482. (SCHNÄDELBACH, 2004).

A lei que garantia a isenção aos produtores rurais foi alterada algumas vezes durante os últimos anos e hoje é expressa a partir da Lei Complementar 581/2007. Assim, *“Não está abrangido pelo Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – o imóvel*

*que, comprovadamente, seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial e que esteja localizado na 3ª Divisão Fiscal*³³” (PORTO ALEGRE, 2009e, P. 13). Dessa forma, a atual situação legal prevê que nenhuma propriedade em Porto Alegre pague mais ITR. Aqueles que mantêm a produção primária devem cadastrar-se junto à prefeitura e, comprovar tal atividade a cada cinco anos. Cumprindo todos os requisitos a isenção tributária do IPTU é concedida.

Grande parte dos agricultores de Porto Alegre atualmente continuam pagando o ITR por intermédio do Sindicato Patronal Rural de Porto Alegre, pois as propriedades que antigamente estavam cadastradas na receita federal continuam com tal registro, o que possibilita o pagamento do tributo. Cabe destacar ainda que não é possível registrar novas propriedades junto ao governo federal, pois reconhece-se que não existe zona rural em Porto Alegre e, portanto, não seria cabível tal demanda.

O PDDUA passa atualmente por um processo de revisão

(...) iniciada em 2003, com o processo desencadeado pela 1ª Conferência de Avaliação do Plano Diretor, que propiciou um amplo debate sobre a cidade e sua legislação urbanística. Desde então a proposta de revisão passou por diversas audiências públicas e foi encaminhada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) que sistematizou e aperfeiçoou o texto aprovado nessas audiências. O CMDUA entregou o relatório final de revisão ao prefeito de Porto Alegre que construiu um Projeto de Lei posteriormente encaminhado à Câmara Municipal, onde aguarda a votação. (BENNETT, 2007, p.44)

Entre todas as propostas de revisão do PDDUA, nenhuma visa reverter ou reincorporar a classificação de áreas rurais para o município.

4.6. CONSIDERAÇÕES

As transformações ocorridas no município ao longo de décadas foram acompanhadas pelas tentativas de controlar novas tendências presentes à realidade da cidade, assim como a tentativa de planejar o futuro para o município. O planejamento municipal, expresso nos diferentes planos diretores, e a tributação municipal, analisadas por nós, através dos impostos territoriais, são um forte registro das transformações sociais do município.

Os planos diretores surgiram no município de Porto Alegre, com enfoque de resolver demandas geradas pelo setor urbano do município. O crescimento demográfico, os problemas sanitários e de mobilidade, foram algumas demandas entre as grandes preocupações que incentivaram a construção destes planos. Tendo em vista tais necessidades, os primeiros

³³ Divisão do território Municipal com finalidades tributárias. Há no total três divisões sendo a 3ª Divisão Fiscal representada pelo sul do município de Porto Alegre.

planos tinham objetivos que incidiam diretamente no núcleo central da cidade. Com o crescimento da mesma, os planos foram abarcando outras dimensões, ao ponto de incorporar, nos seqüentes planos, o município como um todo. A zona rural, o extremo sul do município e atividade agrícola ficaram em menor destaque ao longo dos planejamentos realizados, em que por fim culminou nas atuais determinações do PPDUA. Como salienta Schnädelbach (2004),

Muito mais que a classificação oficial, “zona rural”, e uma reorganização tributária, pela substituição de um imposto territorial *rural* por um territorial *urbano*, o que se tem é a concretização, na forma da lei, de uma realidade que vem se manifestando a décadas. Em Porto Alegre, a cidade está progressivamente ocupando os espaços não construídos e, em especial, os espaços destinados à produção agrícola. (p. 53)

Em um esforço para sintetizar, podemos destacar que nos planos diretores analisados encontramos a presença de três condições espaciais distintas referentes ao urbano e ao rural legal no município. A primeira seria uma formação essencialmente cidadina, no qual os problemas urbanos estão mais presentes. Espaço mais densamente habitado, em que encontramos uma paisagem fortemente artificializada e relações sociais específicas. Está presente em todos os planejamentos municipais, sendo esse o foco principal. Acompanhou o movimento de crescimento urbano do município, pois teve suas dimensões ampliadas conforme o crescimento demográfico da cidade. Estava representado com a totalidade do planejamento do “Projeto de Melhoramento e Orçamento” e hoje é representado, além do atual Centro Histórico, pelo conjunto de macrozonas presentes na área de ocupação intensiva do município.

A segunda formação seria a delimitada Zona Rural, nela encontramos um regime jurídico específico, com uma forma de tributação diferenciada (ITR); regime de parcelamento do solo regido pelo Estatuto da Terra, fato que não impediu um grande número de loteamentos clandestinos. Além de ser um espaço essencialmente definido, no plano teórico, para produção primária em Porto Alegre. Esteve presente no planejamento municipal nos planos diretores de 1959 e 1979, figurando por 40 anos até sua extinção no plano diretor de 1999.

A terceira seria a zona extensiva, no qual, desde que começou a figurar no planejamento municipal, representou um espaço de baixa ocupação. Foi utilizada para diferentes fins, como uso residencial, comercial e também produção primária, podendo se reconhecida como zona de transição entre os espaços essencialmente urbanos e a delimitada zona rural. Atualmente é definida como uma área de ocupação rarefeita e é representada como a macrozona Cidade Rururbana, definidas a partir da citada convergência de usos e ocupação. Constitui-se também com a parte do município em que as transformações tributárias afetaram

de forma mais significativa, pois cabe lembrar que até 1996 os produtores rurais podiam pagar ITR mesmo dentro dessa área urbana.

Levando em consideração as informações sobre a situação da agricultura em Porto Alegre podemos observar a presença de algumas controvérsias, especialmente, quanto à localização das atividades e as respectivas destinações junto ao planejamento municipal. Cabe ressaltar que partimos da premissa que a agricultura não se desenvolve em áreas com usos essencialmente urbanos³⁴ e também que os estabelecimentos rurais não migram com frequência, ou seja, locais onde há agricultura hoje são lugares nos quais houve agricultura no passado.

Com relação aos planos diretores anteriores a 1999, podemos destacar duas contradições. Primeiramente na área onde se localizava a zona rural do município observa-se a presença reduzida da agricultura atualmente. Essa está localizada essencialmente no limite sul da antiga zona rural, nas proximidades da Avenida Edgar Pires de Castro. Tal situação surpreende, pois se subentende que junto à zona rural deva haver atividade agrícola e mesmo passando praticamente uma década da extinção dessa área devesse haver mais resquícios dessa atividade econômica. Tal fato vislumbra-se frente a duas possíveis situações, não excludentes entre si e de difícil definição devido à dificuldade na obtenção de informações. Houve uma discrepância com relação ao real e o planejamento, ou seja, definiu-se uma área rural sem haver substantivas práticas rurais nessas localidades, como estratégia para barrar a expansão urbana, por exemplo. Ou houve, nessa área, a extinção quase que total das práticas agrícolas frente à expansão urbana³⁵. De qualquer forma, as transformações ocorridas nessa região do município não estavam prevista no planejamento municipal.

Outra situação condiz como a localização de grande parte das atividades agrícolas, atualmente desenvolvidas no município, em áreas das zonas urbanas (intensiva e extensiva). Nesses espaços, mesmo sendo definido como urbano nos quais havia a possibilidade de pagamento de ITR até 1996, a expansão urbana configurou-se de forma intensa, apresentando, contudo, diferenciações. Na zona urbana extensiva, no qual parte de sua área coincide com a concentração urbana do extremo sul, houve poucas transformações rurais em urbanas. A situação de maior transformação se deu na instalação do bairro Restinga e vias de interligação dessas com o centro da cidade. Por outro lado, na Zona Urbana Intensiva, registram-se as maiores transformações espacial. Nela, local onde encontramos a concentração de atividades

³⁴ A FIG. 4, na página 53, demonstra a evolução urbana no município até a década de 1980.

³⁵ Na zona rural houve a proliferação de loteamentos irregulares especialmente ao norte dessa zona como o ocorrido no bairro Lomba do Pinheiro.

agrícolas sul, a definição de usos intensivos está presente desde o Plano Diretor de 1959. No plano de 1979, esta região está definida, junto ao modelo espacial, como de uso residencial. As transformações ocorridas nessas localidades do município (imediações dos bairros Vila Nova, Aberta dos Morros e Belém Velho) estavam prevista no planejamento municipal. Nesses espaços as regras legais (parcelamento do solo, regimes urbanísticos, uso intensivo do solo) conjuntamente com relações do mercado imobiliário, entre outros elementos, propiciaram a extinção de espaços rurais de forma progressiva ao longo do tempo, apresentando maior ou menor intensidade em determinados períodos. Nesse sentido, nessa zona o planejamento municipal foi permissivo a expansão urbana, contudo há presença da agricultura.

O atual plano diretor manteve algumas situações controversas dos planos anteriores. A agricultura passa a ser destacada nesse planejamento, com a definição de áreas para sua execução. Contudo, permanecem duas situações distintas com relação às destinações de usos junto ao planejamento e a existência das práticas agrícolas. A esse respeito, encontramos junto à concentração Extremo Sul a destinação de áreas a prática agrícola. Entretanto, junto a sul não há destinação de áreas agrícolas e está localizada, em boa medida, na área de ocupação intensiva. Essa situação coloca a agricultura no município em diferentes perspectivas futuras, pois boa parte da atual produção primária do município é desenvolvida em áreas previstas no planejamento, enquanto outras não são realizadas em áreas com tais determinações. Cabe destacar que as ações de incentivos (tributação, feiras, espaços para comercialização dos produtos, assistência técnicas) realizados tanto pela prefeitura municipal, quanto pelas demais instituições atuantes junto aos agricultores não os distinguem frente a sua localização.

Tendo em vista o conjunto, cabe destacar que a atividade agrícola em Porto Alegre apresenta situações contraditórias frente ao planejamento municipal, as ações da prefeitura e a atual localização das práticas agrícolas. Dessa forma, podemos considerar que essa atividade é por vezes incentivada e em outros momentos desincentivada, apresentando diferenças entre o real e o concebido no planejado.

Como principais incentivos, por parte da prefeitura municipal e outras instituições atuantes no município, à agricultura em Porto Alegre encontram-se a isenção tributária, a assistência técnica, os espaços privilegiados para comercialização dos produtos, como algumas medidas atualmente desenvolvidas sob essa orientação. No ponto de vista da localização da agricultura destaca-se o reconhecimento e destinação à produção agrícola junto ao extremo sul do município no atual plano diretor. Nesse sentido, as atividades rurais desenvolvidas nessa parte de Porto Alegre são reconhecidas e, de certa maneira, protegidas junto ao

planejamento.

Como principais ações que desincentivam à agricultura temos a definição de que tudo é urbano no município e conseqüentemente temos a adoção de parâmetros urbanísticos condizentes com tais situações. Tais definições, como o parcelamento mínimo de um imóvel, propiciam a valorização imobiliária e a transformações de usos dos imóveis. Do ponto de vista da localização podemos salientar a indicação junto ao planejamento de usos junto à concentração sul, pois bairros como a Vila Nova estão em zonas de uso intensivo. Tal fato, de certa maneira, decreta a inevitável extinção das atividades realizadas em tais localidades por atividades urbanas.

Plano Diretor -
Leis 2046/59 e
2330/61 e
extensões
A, B, C e D.

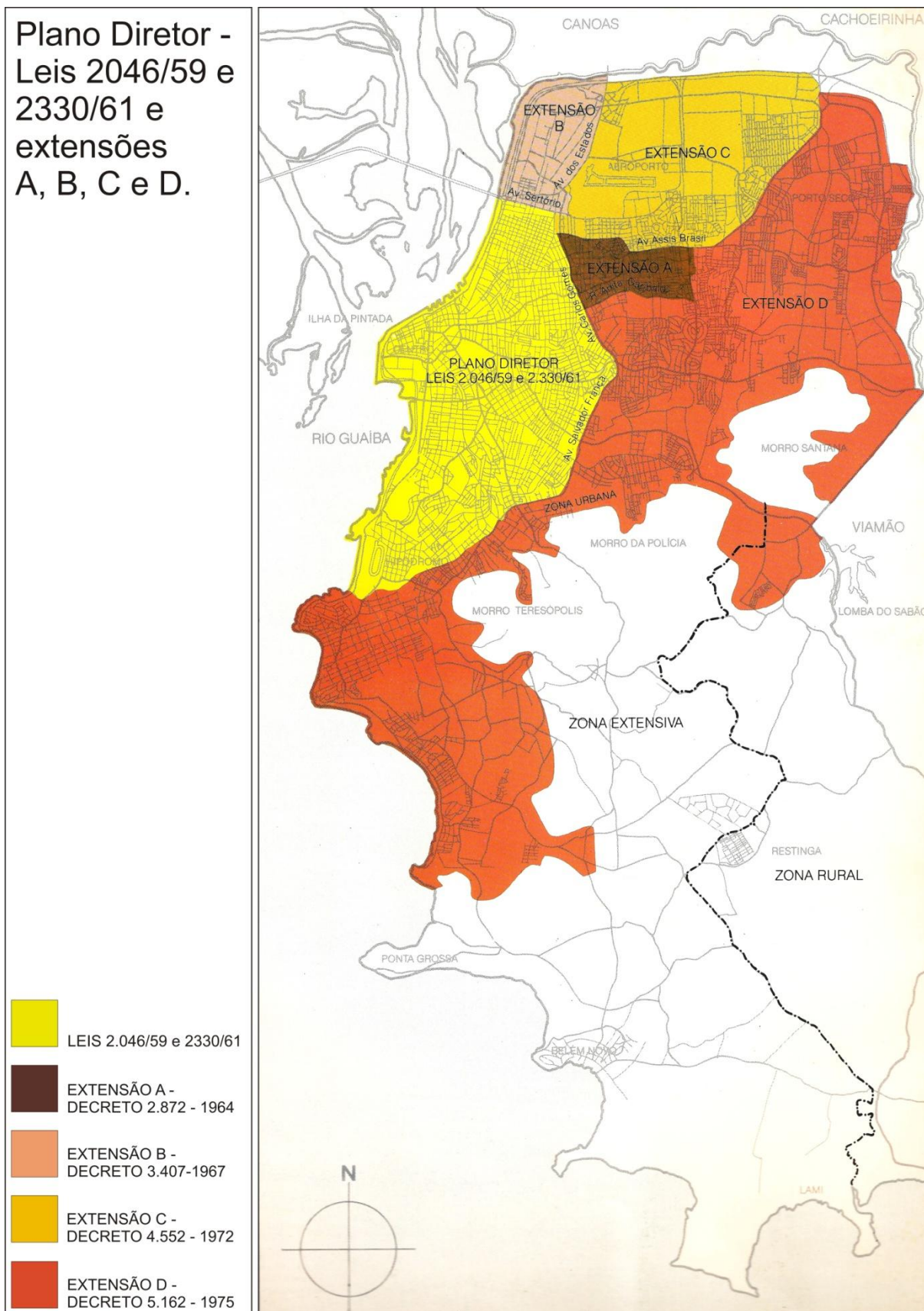


Figura 11 - Plano Diretor de 1959

FONTE: PORTO ALEGRE, [1979], p. 8. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

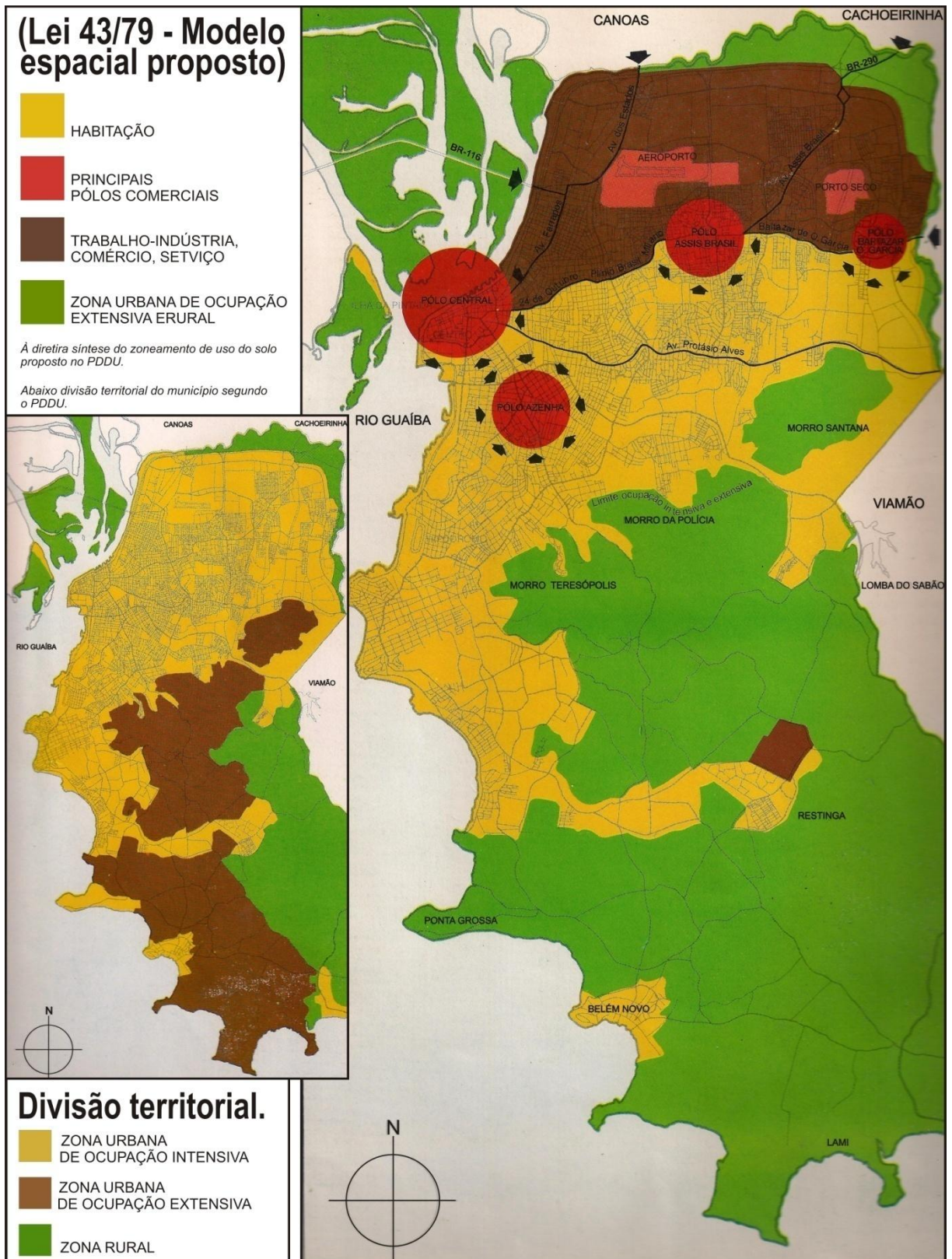


Figura 12 - PDDU: Modelo Espacial e Divisão Territorial

FONTE: PORTO ALEGRE, [1979], p. 10. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.



Figura 13 – PDDUA: Estratégia de Produção da Cidade

FONTE: PORTO ALEGRE, 2009d.

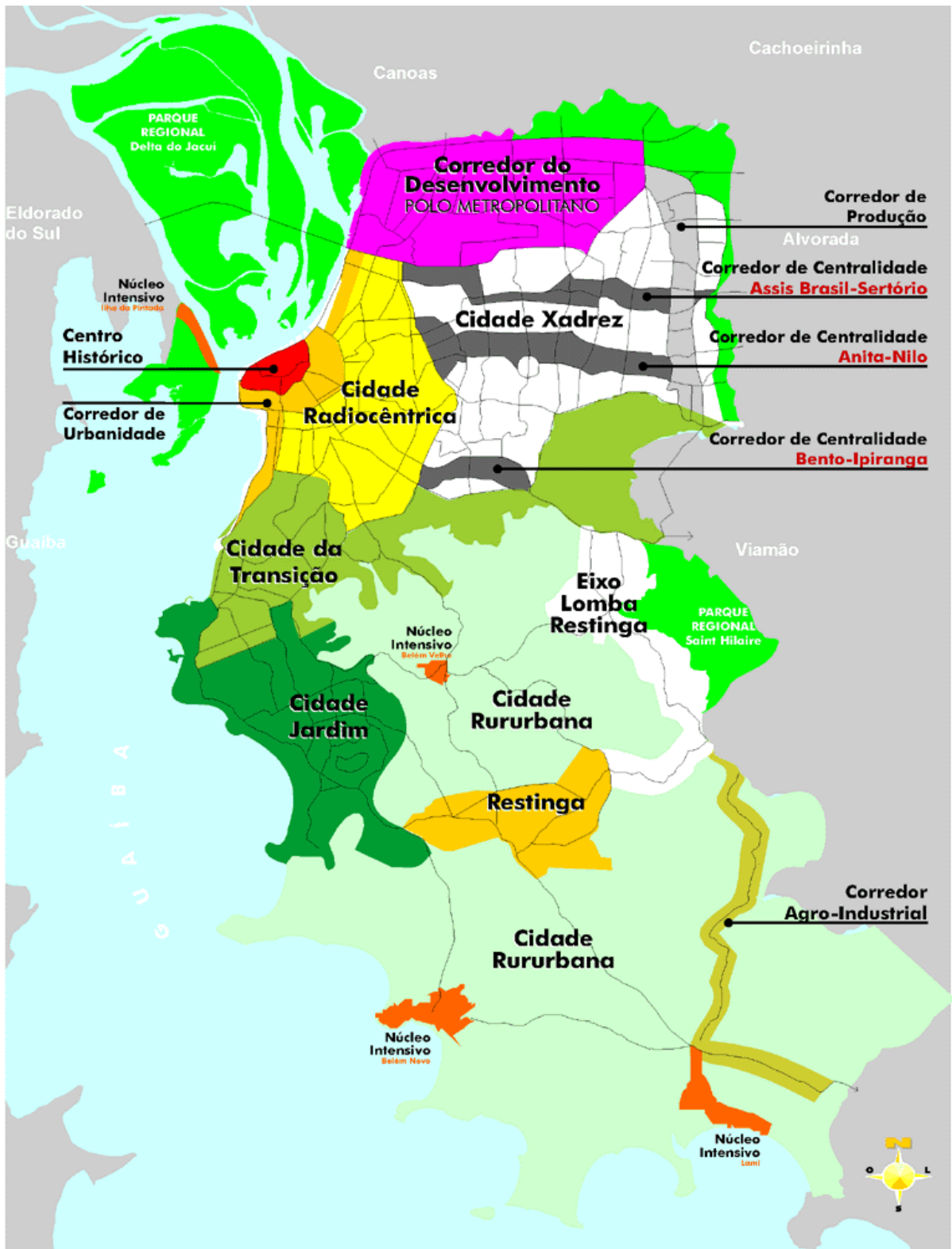


Figura 14 - PDDUA: Macrozonas

FONTE: PORTO ALEGRE, 2009d.

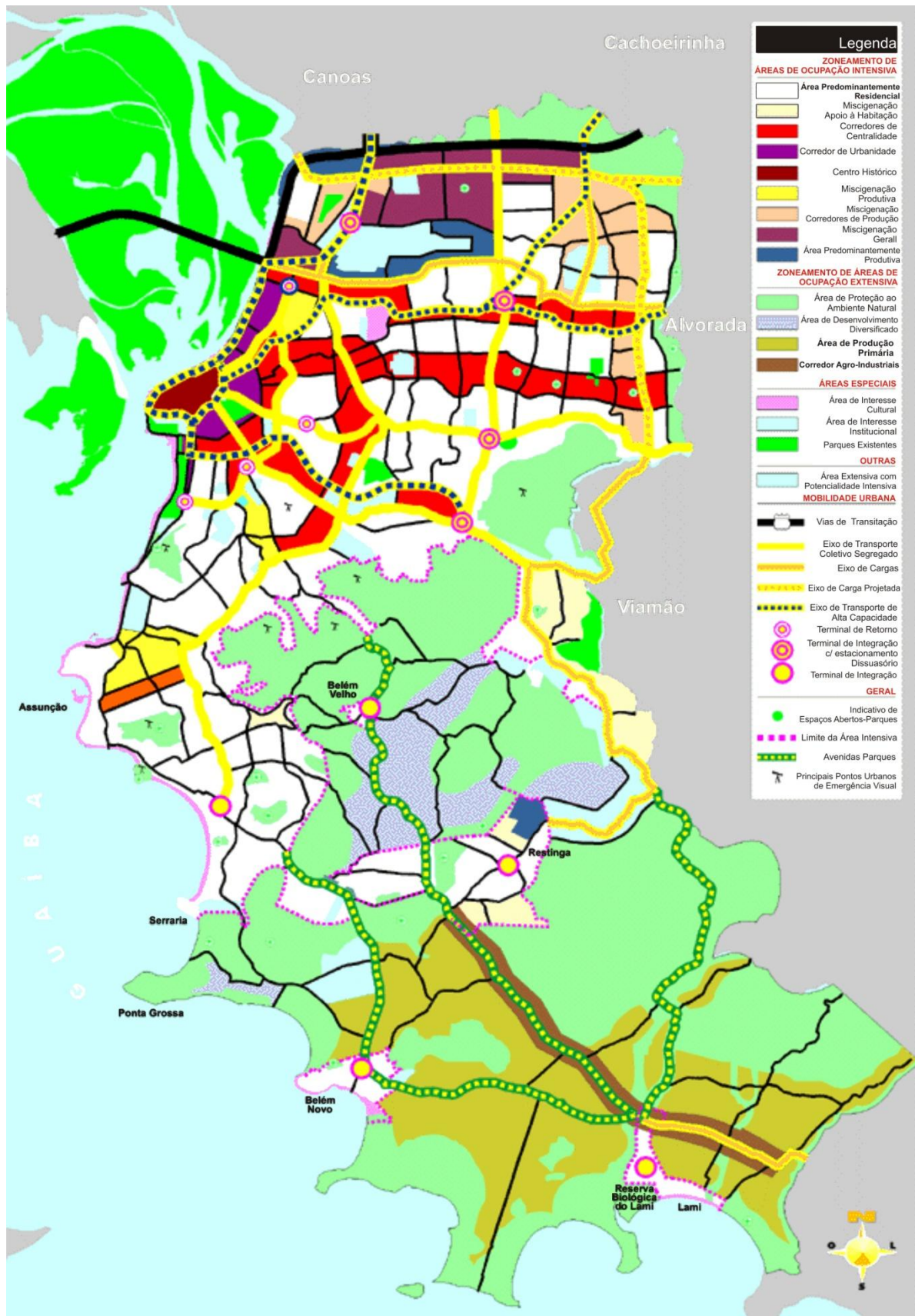


Figura 15 – PDDUA: Modelo Espacial

FONTE: PORTO ALEGRE, 2009d. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski

5. OS AGRICULTORES E SUAS PRÁTICAS: TERRITORIALIDADES E PERCEPÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES

O Homem cotidianamente efetiva uma série de atividades sociais que se expressam na configuração de múltiplos territórios. Dessa forma, cada indivíduo ou grupo social pode construir e apropriar-se de diferentes territorialidades, interagindo em distintas dimensões escalares. Em nosso dia-a-dia esses elementos denotam um conjunto de diferenças, de relações de poder, expressando uma multidimensionalidade. *“Há diferenças culturais e políticas e desigualdades econômicas entre as famílias e unidades produtivas (urbanas e rurais), bem como traços comuns entre pessoas, famílias, associações, empresas etc..”* (SAQUET, 2009, p. 84)

As atividades relacionadas às práticas agrícolas, não são exceção. Nelas as territorialidades expressam-se de diferentes formas, através de relações: econômicas, vinculadas ao produzir e comercializar; políticas, na interação entre os agricultores e a participação de associações e sindicatos; e culturais, a percepção do agricultor diante de sua ocupação e o porquê de sua postura diante de certas questões. A agricultura, nesse sentido, pode ser percebida através de diferentes facetas e pode ser analisada em diferentes escalas. Em uma escala ampla, como vimos anteriormente, ou mesmo em uma escala mais restrita na qual as territorialidades expressam-se através das ações cotidianas dos agricultores. Com relação ao nosso objeto de estudo podemos, dessa forma, afirmar que o desenvolvimento das atividades agrícolas cotidianamente geram territorialidade muitas vezes materializadas e outras vezes apresentando-se imaterialmente.

Frente a esse contexto, buscamos junto a alguns agricultores que atualmente desenvolvem suas atividades no município de Porto Alegre, evidenciar suas práticas, a fim de buscar as razões que os mantêm na agricultura. Cabe destacar, que em nossa pesquisa não pretendemos alcançar a totalidade de indivíduos que fazem parte deste conjunto. Buscamos, a partir de uma amostra, encontrar elementos que permeiam a manutenção da atividade agrícola em Porto Alegre.

Dessa forma, procura-se num primeiro momento enfatizar o perfil dos entrevistados, com destaque às atividades produtivas realizadas por eles. Posteriormente buscar-se-á caracterizar as relações econômicas, políticas e culturais desenvolvidas cotidianamente, além de registrar suas relações com a agricultura e as transformações percebidas em Porto Alegre.

5.1. QUEM SÃO NOSSOS ENTREVISTADOS?

Antes de realçar as informações obtidas durante a pesquisa é importante destacar as principais características de nossas fontes. Tal fato torna-se ainda mais relevante devido a decisão de não divulgar seus nomes. Assim, inicialmente apresentaremos o perfil de dez (10) agricultores³⁶ do município de Porto Alegre, destacando principalmente as características produtivas de suas unidades de produção. Essas informações estão resumidamente apresentadas na TAB. 6.

O primeiro ponto a enfatizar, diz respeito à localização³⁷ das unidades produtivas no município de Porto Alegre. Identifica-se a dispersão por diferentes bairros do município, diferentes atividades agrícolas e suas possíveis relações coma cidade. Outro aspecto a ser relevado, diz respeito às habitações dos entrevistados. Pois essas, em sua grande maioria, encontram-se junto às unidades produtivas. A exceção são os entrevistado A e J. Nesse sentido, destaca-se o compartilhamento do espaço de trabalho, destinado à produção e o espaço de convívio familiar.

Nossos entrevistados apresentam idades entre 48 e 85 anos, sendo que a maioria apresenta idade superior a 60 anos. Essa é a característica dos agricultores de Porto Alegre, como é destacado por nossos entrevistados.

As unidades de produção apresentam, no geral, tamanhos reduzidos e uma grande diversidade de cultivos. Essa diversidade se expressa através da produção de frutíferas, hortigranjeiros e das também pelas diferentes formas de comercialização. Sobre essa última, podemos destacar as redes para a venda dos produtos, que são: *feiras ecológicas*, caracterizada pela venda de produtos hortifrutigranjeiros (FIG. 16) e agroindustrializados (FIG. 17) sem agrotóxicos, pesticidas e substâncias sintéticas; *bancas de beira de estrada*, que estão localizadas próximas as vias de circulação; *Ceasa/RS*, conjunto de centrais de comercialização e de abastecimento do Rio Grande do Sul; *Festas e Bancas Eventuais*, caracterizada pela festas do Pêssego, da Uva e da Ameixa presentes no calendário municipal, assim como pelas bancas localizadas no centro da cidade em datas comemorativas como a semana do agricultor; e, eventualmente, *supermercados* com venda direta.

A produção é realizada essencialmente de duas formas: a *convencional*, no qual se cultiva a partir de utilização de agrotóxicos e outros defensivos agrícola, adubos de origem variada; e a *orgânica*, na qual não se utiliza produtos sintéticos e qualquer forma de químicos

³⁶ Os critérios para escolha da amostra constam na página 12.

³⁷ O Apêndice C demonstra a localização das unidades produtivas dos entrevistados.

na produção. Essas diferentes características, convencional e orgânica, evidenciam territorialidades distintas conduzindo outros elementos como os meios de comercialização, as atividades extra realizadas, o aprendizado das atividades agrícolas e a relação dos agricultores com as mesmas.

AGRICULTOR	IDADE	PRODUÇÃO	CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS	COMERCIALIZAÇÃO	OUTRAS ATIVIDADES	IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA NA RENDA FAMILIAR
A	62	uva, pêsego e ameixa (pouco)	convencional	bancas beira de estrada	turismo e agroindustriais	baixa
B	85	cebola e aipim. antigamente: cebola, aipim, tomate e couve-flor	convencional	era Ceasa	aposentado	baixa
C	59	pêsego, melão e brócolis	convencional	Ceasa e bancas e festas eventuais	-	alta
D	52	flores	orgânica	feiras	-	alta
E	64	moranga, tomate, melão, alface, couve-flor, repolho	convencional	Ceasa e bancas e festas eventuais	aposentado	alta
F	71	principalmente: goiaba, pêsego, ameixa, nêspera, temóia	convencional	Ceasa e supermercados	aposentado	alta
G	60	rúcula, rabanete e beterraba	convencional	Ceasa	-	alta
H	66	aipo, alho poró, funcho, pepino, feijão, tomate, pimentão, abobrinha, berinjela	orgânica	feiras ecológicas	turismo, aposentado e agroindustriais	alta
I	60	alface, tomate, ibisco, pimentão, fisalis, pepino	orgânica	feiras ecológicas	turismo e agroindustriais	alta
J	49	alface	convencional	Ceasa	-	alta

obs: O entrevistado B não realiza atualmente atividades agrícolas com fins comerciais. Os entrevistados H e I produzem diferentes culturas conforme a época.

Tabela 6 – Perfil dos Entrevistados e Suas Atividades Produtivas

FONTE: Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski

Observamos que, de uma forma geral, a agricultura é a base econômica das famílias dos agricultores, conforme TAB. 6, pois essa atividade representa a totalidade ou parte significativa da renda familiar. Contudo, a maioria dos agricultores possuem outras rendas complementares. A aposentadoria, o turismo rural e a elaboração de produtos agroindustriais, exemplificam tal situação entre os entrevistados. A organização familiar no entorno da produção agrícola também ganha destaque, pois a produção em si é realizada pelos homens, eventualmente ajudados por seus filhos. As mulheres atuam na organização familiar e,

eventualmente na comercialização dos produtos.



Figura 16 – Produção Orgânica com Mais de um Cultivo no Mesmo Canteiro
FONTE: Everton de Moraes Kozenieski em 30/10/2009.



Figura 17 - Produtos Agroindustriais Elaborados pela Família do Agricultor H
FONTE: Everton de Moraes Kozenieski em 30/10/2009.

Com relação ao auxílio técnico, há uma posição de reconhecimento da atuação da Emater/RS na organização de eventos, nas reuniões com os agricultores e no fornecimento do aval para comercialização na Ceasa/RS. A presença junto aos produtores orgânicos mostra-se mais intensa, tanto ao incentivar esse tipo de produção, como também na certificação dos produtos. Contudo, tal esforço realizado pelos técnicos dessa instituição é considerado insuficiente frente a necessidade da maioria dos agricultores. Algumas falas retratam tal dilema: em relação às visitas, “*é vem algum sim. Veio uma vez um rapaz aí.*” (Agricultor A), quanto à qualificação técnica,

A Emater não tem condições de dar o atendimento ao produtor, é um agrônomo só (...) e se vier um agrônomo novo pra Porto Alegre, para ajudar, vai ter que primeiro apreender com os produtor, o trabalho dele. Ele não vai ensinar nada, vai aprender. (...) a maioria que trabalha na Emater não são agrônomos, são técnicos agrícolas. (Agricultor D).

A ação extensionista da prefeitura, através do CAD, é pouco presente junto aos agricultores.

Nossos entrevistados vêm de famílias, que historicamente tinham nas atividades agrícolas a principal fonte de sustentação econômica. Frente a isso, desde muito jovens foram envolvidos com essas atividades familiares. Esse envolvimento e toda aprendizagem do “saber fazer” agrícola teve como base os ensinamentos de seus pais e avós, acrescidos por novas experiências, trocas e informações recentemente assimiladas. Cabe destacar que os agricultores, de modo geral, mostraram-se pouco receptivos a novas experiências, a exceção dos produtores orgânicos, que buscam um aperfeiçoamento constante.

Importante salientar que a trajetória familiar de nossos entrevistados apresenta uma série de elementos comuns. Os espaços onde hoje estão localizadas suas unidades produtivas são heranças de uma ou duas gerações familiares. Seus parentes vieram, essencialmente, do município de Viamão, antigo centro econômico e capital do estado até 1773, e do bairro Vila Nova e arredores, caracterizado pela presença de imigrantes italianos, dos quais são descendentes. Remontando ainda mais as trajetórias familiares é possível verificar a presença de outros elementos comuns. O principal deles consiste na alta rentabilidade da agricultura em períodos anteriores comparado com o presente e, sobretudo, pelo preço reduzido das terras adquiridas pelos parentes dos atuais agricultores de Porto Alegre. Os atuais estabelecimentos rurais tiveram origem em movimentos migratórios de agricultores que progressivamente arrendavam e adquiriram terras em localidades com possibilidade de implementação dessa atividade, nesse caso, direcionando-se ao sul do município. O relato do Agricultor F demonstra tal situação, sua família não tinha tradição da agricultura e foi seu avô que mudou

isto, iniciando esta atividade:

Então ele já um guri novo, segundo o que ele contava, 17, 18 anos, alugou uma chacinha na Vila Nova, com um falecido tio dele, e aí trabalhou ali alguns anos, né. E aí foi comprando aqui fora, trabalhava lá, alugava e depois comprava propriedades aqui, na (...) 42 hectares pro lado de cima e começou a fazer a chacinha aqui. Aí, logo, logo a gente foi crescendo... é que quando ele veio pra cá, eu tinha 2 anos. Veja bem, faz 69 que ele veio mora aqui.

Apesar das relações familiares, dos ensinamentos serem passados de pais para filhos e as heranças representarem lembranças dos parentes, o lugar onde vivem nossos entrevistados não são de todo importantes para eles. De forma geral, temos posições de diferentes perspectivas, no qual há o lugar vivido pelos agricultores e valorado de diferentes formas. Assim para alguns, existe uma aparente indiferença com o lugar. Já para outros há algo de especial neles, “*não, não, nem pensar. Só quando eu for pro cemitério, aqui to muito bem.*” (Agricultor H)

Mais do que uma territorialidade efetiva com as suas propriedades e os seus respectivos bairros, outro elemento de destaque diz respeito à profissão de agricultor. Para muitos essa é uma questão de vontade:

“(...) é. uma profissão que a gente gosta, nasceu na roça né? Então a gente se realiza quando planta e que tudo dá certo, produz uma produção bonita que a gente consegue comercializar bem, então aí é a hora que a gente se satisfaz, fica realizado. A gente gosta de plantar e ver crescer e ver colher, tudo é uma satisfação. Então é por aí que segura a gente na roça ainda.” (Agricultor E)

Contudo, para alguns ter essa profissão é meramente uma falta de opção, sobre isso algumas frases são mencionadas, “*Não tive outra opção né.(...) não, senão já tinha corrido, eu não pude estudar senão...*” (Agricultor J)

Outro elemento importante diz respeito a imagem, o que representa ser agricultor. Em alguns casos, ser agricultor tem um sentido pejorativo, motivo de chacota e menosprezo. Alguns relatos nessa perspectiva são marcantes, “*tu acredita, vou te conta uma coisa, eu fui fazê um cartão dá Renner (...) e na hora da profissão eu botei agricultora, eles me negaram o cartão, a guria sugeriu que eu mentisse que era vendedora da Natura.*” (Agricultor J). Contudo, em outra visão, ser agricultor é um motivo de orgulho para nossos entrevistados. Cabe ressaltar que os agricultores envolvidos na produção orgânica e, principalmente, aqueles que abrem as portas de suas propriedades para o turismo, enquadram-se na segunda perspectiva.

Parecia que era uma figura... tinha agricultor que tinha vergonha de dizer que era agricultor. Era um troço tão desmoralizado assim que sempre passava por grosso, isso e aquilo e as pessoas vão se frustrando e “bah, o cara fala bonito e o outro não sei o que e eu sou o Zé do brejo” aquele negócio todo. Então tem muita gente eu tinha vergonha de dizer, dizia bem baixinho “eu sou agricultor” eu não eu digo com todo o prazer “sou agricultor” porque a gente tem que gosta do que faz, se não (...).

(Agricultor H)

A identidade com o lugar e a e a satisfação em ser agricultor se mesclam, configurando uma territorialidade marcada por esses elementos. Nesse sentido, o manter-se vai além da dimensão exclusivamente econômica, representa afinidades e lembranças. Essa territorialidade expressa-se através de falas, como: “a gente gosta, porque foi onde a gente se criou.” (Agricultor D), ou mesmo “olha... a vantagem eu acho porque o cara trabalha por conta, né e se criou naquilo... eu acho que o cara o dia que parar se não tiver uma atividade na chácara acho que morre, cara porque é o costume.”(Agricultor G)

A relação entre os agricultores é pautada por um reconhecimento mútuo, baseado no reconhecimento dos sobrenomes e da localidade onde fazem suas plantações. Outro elemento de referência está na convivência no passado, no qual estudavam em locais próximos e participavam de “bailes” quando jovens. Atualmente os principais pontos de encontro desses agricultores são os locais de comercialização, seja na Ceasa/RS, feiras e festas. Nesses lugares há um diálogo e interação entre eles. Por vezes, essas interações representam relações próximas, contudo nutrem relações de concorrência e competição intensa entre eles.

Paralelamente a tais noções, a capacidade de cooperação e organização política entre eles é pequena, por vezes com alta passividade frente as novidades. Adotam-se posturas de críticas que não se efetivam em ações. Todavia, o Sindicato Rural Patronal de Porto Alegre representa os interesses dos agricultores com características convencionais, enquanto a Associação dos Caminhos Rurais apresenta maior relevância para os participantes dos atrativos turísticos. É basicamente através dessas duas instituições que são conduzidas as negociações em busca de algumas reivindicações, mesmo com o descrédito e participação reduzida, “pra mim não me serve, não vai rende nada... não vai rende nada pro país.”(Agricultor J). Por fim, cabe destacar, que a exceção do Sindicato e da Associação do Caminhos Rurais, os entrevistados praticamente não participam de outras entidades como clubes, igrejas, etc.

5.2. QUAIS SÃO AS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS PELOS AGRICULTORES?

Ao longo das entrevistas, uma série de elementos foram citados, em um esforço comparativo entre lembranças e características do presente. Essas transformações remontam, através da percepção dos agricultores, as mudanças relacionadas as atividades agrícolas e ao fenômeno de transformações dos espaços destinados a essa atividade no município de Porto

Alegre. Dentre todas as informações, uma esteve presente em todas as falas, é a que se refere a redução do número de agricultores e de estabelecimentos rurais. Assim, de uma forma mais ou menos intensa, esse tema foi mencionado durante nossa pesquisa. Outros aspectos, com menor intensidade foram citados, sendo apresentados por seus interlocutores como novidades positivas e negativas, que melhoraram ou pioraram as condições de produção e de vida das famílias de nossos entrevistados. Dessas informações, a grande maioria remete a transformações negativas.

O primeiro elemento que gostaríamos de mencionar diz respeito as questões ambientais. Sobre esse tema, a questão do tempo meteorológico apareceu com intensidade, sendo sempre referido como uma condição para a realização da agricultura e, como um problema em alguns momentos, devido a condições inesperadas. Sobre esse último aspecto, os eventos extremos, tais como temporais, secas, excesso de chuvas, que ocorreram nos últimos anos remete a grande preocupação para nossos informantes. Esses eventos são considerados como um fator que desfavorece a produção agrícola.

Frente aos problemas que a meteorologia coloca à agricultura, podemos destacar duas posições antagônicas dos agricultores frente as adaptações das mudanças. Num primeiro grupo, há um descontentamento intenso com esses eventos climáticos e uma certa inércia. Apresentando uma postura da qual estão fazendo o que sempre fizeram e agora o tempo não os está ajudando. Outra vertente tem igualmente preocupações com o descompasso do tempo meteorológico, contudo colocam-se numa posição mais contemplativa e de aprendizagem. Encaram as mudanças como algo preponderante e adotam uma posição interpretativa, a fim de contorná-las e melhor utilizá-las. Essas posturas demonstram diferentes concepções sobre a natureza e a relação do homem para com ela. Na primeira proposição, o homem comporta-se com superioridade perante o natural e, na segunda, o homem se mostra numa posição de inferioridade à natureza. Essas visões distintas correspondem, respectivamente, dos agricultores que desenvolvem a agricultura convencional e a segunda dos agricultores orgânicos.

Outras referências as questões ambientais fazem menção a poluição dos cursos d'água com a implementação de núcleos habitacionais. Nessa perspectiva, a urbanização sem a respectiva criação de infra-estruturas sanitárias, como o tratamento do esgoto cloacal, prejudica a captação da água e a qualidade da produção. Por fim, junto à questão ambiental, temos a aplicação das legislações ambientais de forma rígida, o que propicia menores possibilidades de manejo e de ações junto aos estabelecimentos rurais. *“Se tu, se tu corta uma arvore ali, esse negócio do IBAMA, ela chega e te canetei, paga multa. (...) se eu corto uma*

arvore ali, aquela que caiu, caiu com a ventania, mas se ela passa ai (...) quem quebrou essa arvore? se digo que sou eu, tem um tanto de multa.” (Agricultor B)

Outra questão mencionada refere-se à escassez de mão-de-obra para as atividades agrícolas. Mesmo com o crescimento populacional registrado em Porto Alegre nos últimos anos e, o aparente aumento de trabalhadores sem emprego, há segundo os relatos, cada vez menos trabalhadores dispostos a atuarem na agricultura como assalariados. Outra transformação negativa diz respeito a qualificação dos trabalhadores dispostos a trabalhar junto aos estabelecimentos rurais. Segundo as informações, há cada vez menos trabalhadores “honestos”³⁸ que saibam plantar, embalar e vender as mercadorias. Por fim, sobre esse tema questionam-se as transformações da legislação trabalhista, entre as quais a equiparação dos trabalhadores rurais com os urbanos pois, a partir de então, para o mesmo tipo de trabalho e horas trabalhadas anteriormente agora são necessários mais trabalhadores.

Diferentes questões econômicas também foram ressaltadas. O aspecto com maior repercussão diz respeito a queda da lucratividade com a agricultura. Tal preocupação está amparada em diferentes, mas importantes, alterações. Primeiramente, temos o aumento dos preços dos adubos, pesticidas, além de outros insumos agrícolas. Tal aumento, nos últimos anos, chegou a valores extremamente altos, atingindo cerca de 200%. O aumento dos custos foram afetados também pelo aumento dos combustíveis que encareceu o Diesel e o transporte das mercadorias. Outro elemento relevante, diz respeito a ampliação da concorrência junto ao mercado de Porto Alegre, representado pela presença de diversos agricultores provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul e de outros estados brasileiros. Os principais concorrentes são oriundos da Região da Serra, de municípios como Caxias do Sul e Flores da Cunha. Tal concorrência foi ampliada pela melhoria das estradas, o que tornou possível transportar mercadorias por maiores distâncias em menor tempo. Outro fator relevante foi a ampliação de áreas de cultivos que anteriormente eram produzidos quase que exclusivamente no município de Porto Alegre. O pêssego exemplifica tal transformação, “*E quando tinha demais aqui, tinha em excesso, ia pra Caxias vender, pra Vacaria. Ia naquela região vendia, agora hoje vem, 90% da produção vem de lá*” (Agricultor E). Apesar de todo esse contexto de aumentos dos custos da produção, os preços das mercadorias agrícolas permaneceram praticamente inalterados. Cabe salientar que essas preocupações econômicas destacadas são essencialmente originadas por agricultores que comercializam na Ceasa/RS.

Mas tu sabe que hoje a agricultura ta péssimo negócio, o que tem de chacreiro quebrado tu nem imagina, gente que ainda ta, ta tentando esperniando no banco,

³⁸ Termo empregado por alguns agricultores entrevistados.

tirando mais empréstimo pra paga empréstimo e tentando ter um tipo de estrutura ainda bonita, mas ta só na pintura. Porque a CEASA é um desastre, a CEASA quebrou todo mundo porque ela forma despesa, o cara que trabalha pra CEASA, produz pra CEASA ele gasta 40% na CEASA, a despesa da CEASA roda ali em 40%. Porque tudo quem paga é o produtor, ele paga estacionamento, ele paga box, ele paga carrinho, ele paga direitos sociais e vai apertando, vai apertando que se acaba ali. O cara nessa base de 40%, um pouco meio exagerado, mas é, é 40% se depois tu vai vê direitos sócias pros carrinhos, os caras dos carrinhos, tu pega um cara, um daqueles de carrinho, pra trabalha dois mês contigo daqui a pouco ele já quer os direitos sociais dele. E os direitos sociais depois que passaram a se igual o operário lá e o urbano... o urbano e o rural a isso ai o pessoal não contaram mais aqui o que tinha... (Agricultor H)

Nem tudo são problemas, algumas alterações positivas são destacadas. A mecanização é uma delas, pois, conforme indica o Agricultor E “*Primeiro era tudo muito manual né. Antigamente quando era criança era tudo feito manual, não tinha nenhuma ferramenta.*”. Dessa forma, atualmente existe a disposição uma diversidade de ferramentas e outros equipamentos para maximizar o trabalho agrícola. Sobretudo, há também maior acessibilidade e facilidade nas compras desses equipamentos, por intermédio de novas linhas de crédito e do barateamento desses produtos.

Retomando a questão das transformações dos espaços destinados a atividade rural no município de Porto Alegre, enfatiza-se através dos agricultores, as novas características que se impõem. A chegada do “progresso”³⁹ traz consigo um conjunto de novas habitações (FIG. 18), além de uma série de novas infra-estruturas: como escolas, comércios, bancos, entre outros estabelecimentos comerciais; de melhora das vias de circulação e dos transportes. Contudo, acentuam-se as invasões e os roubos junto aos estabelecimentos rurais. A referência feita pelo Agricultor E exemplifica essa situação.

Não eu acho que a dificuldade é assim, é porque quando vem a população, sempre vem alguma coisa de bom: vem progresso, vem banco, vem alguma coisa que a gente precisa né. Só que tem o outro lado que dificulta e que atrapalha é que o pessoal invade, que o pessoal não respeita. Que o pessoal quando chega assim acham que tudo lá no mato dá sem fazer nada, não é assim.

Nesse sentido, as urbanidades próximas as unidades produtivas dos agricultores entrevistados trazem consigo aspectos negativos. Contudo, há possibilidade de ter acesso a diversos serviços antes desejados e agora próximos, são vistos de forma positiva.

Frente às transformações, os agricultores entrevistados veem a desistência das atividades agrícolas por parte de antigos produtores, de diferentes modos. De uma forma condensada podemos destacar que há uma intensa valorização imobiliária atuando no município. Esse fator seduziu muitos agricultores que venderam suas terras. Nesse grupo de agricultores que tomaram tal decisão, alguns continuaram suas atividades agrícolas em outros

³⁹ Termo utilizado por muitos agricultores para descrever as transformações sócio-espaciais ocorridas.

municípios da região metropolitana, ou mesmo em outras regiões do estado, *“Ele vendeu esse pedaço de terra aqui, onde fizeram o condomínio, aqui era dele. Ele trocou com 2 hectare, 3 de terra por 300 hectare de terra lá em São Jerônimo”* (Agricultor B); outros preferiram trocar de profissão e utilizar o dinheiro adquirido em outros estabelecimentos, *“vende a propriedade, bota um negocinho, bota um armazém ou bota um supermercado ou... (...) justamente, os grandes saíram tudo aqui da Vila Nova.”* (Agricultor A); e, por fim, alguns simplesmente deixaram de trabalhar para viver de rendas bancárias e aposentadorias. Outra situação muito recorrente que remete a extinção das atividades agrícolas, diz respeito ao não prosseguimento nessa atividade, por partes dos filhos, após o falecimento de seus pais. *“a gente vem notando que vem diminuindo né cara, a agricultura do nosso lugar, porque os novos não querem muito aí os velhos vão morrendo né...”* (Agricultor G). Cabe destacar, que nossos entrevistados pouco estimulam ou simplesmente não incentivam seus filhos a prosseguirem com as atividades agrícolas desenvolvidas por eles.



Figura 18 – Plantação de Pêssegos do Agricultor C e ao Fundo Habitações
FONTE: Everton de Moraes Kozenieski em 30/10/2009.

Essas situações ilustram, sob a óptica dos agricultores entrevistados, os caminhos que vem levando a extinção das atividades agrícolas em Porto Alegre. Cabe destacar que os agricultores cujas propriedades estão mais próximas aos adensamentos urbanos referem-se intensamente à valorização imobiliária. Isso denota a “pressão” exercida sobre eles. Já os

agricultores localizados no extremo sul do município enfatizam outras questões, como a desistência dos filhos, como fator preponderante.

Os agricultores entrevistados, ao serem questionados sobre o seu futuro e o de suas atividades produtivas, projetaram basicamente duas perspectivas: a primeira, dita pelos agricultores mais jovens e os produtores orgânicos, que buscam em um futuro próximo melhorias, visando novas estratégias produtivas e novas forma de comercialização; a segunda, exposta pelos agricultores mais velhos, coloca a falta de perspectivas de transformações na suas formas de verem e agirem junto a agricultura. Esta é uma perspectiva mais estática, *“Eu te digo, se eu fosse mais novo eu ia parar, vou fazer 60 anos (...). mas se eu tivesse, vamos supor, 30 e poucos, eu ia parar. Nem que fosse pra trabalhar de empregado (...) pra tocar caminhão.”* (Agricultor C).

Com relação a uma projeção do futuro do rural de Porto Alegre, encontramos uma unanimidade que indica à redução progressiva dos espaços destinados a agricultura. Contudo, algumas posições não admitem a possibilidade de uma extinção total, pelo menos nas próximas décadas. Tais posições ficam evidentes através de falas como

Eu acho que acaba não vai acaba. Quer dizer sempre vai ter um Juca para segurar, pra planta né, não pra resolve o problema. Mas essa área que nós tamo aqui da zona sul de Porto Alegre acho que poucos vão permanecer, sobrevive dessa... porque Porto Alegre cresceu, não tem mais pra onde invadi mais a cidade tem que vim pra zona sul, porque norte não cabe mais e lesta ta tudo ocupado. Então é o único... é o único lugar que eles acharam pra... porque quem faz isso, os grandes invasores são as empresas que fazem grandes condomínios.(Agricultor H)

Contudo, mesmo com a projeção de diminuição progressiva muitos permanecerão, *“nós vamos ficar até morre”* (Agricultor C). Deixando em aberto o futuro para as escolhas de seus filhos.

5.3. CONSIDERAÇÕES

As diferentes informações obtidas nestas entrevistas caracterizam a agricultura no município de Porto Alegre e demonstram as transformações ocorridas a partir de uma escala mais restrita, no qual diferentes atividades cotidianas demonstram as dinâmicas e os processos envolvidos junto as atividades agrícolas. Nesse sentido, diferentes territorialidades são constituídas em meio a relações econômicas, políticas e culturais. Da mesma forma, evidenciam-se relações distintas de nossos entrevistados com a cidade.

As informações obtidas demonstram a efetivação de uma dinâmica econômica expressa através de duas territorialidades particular. Essas dinâmicas econômicas são

caracterizadas pela correlação de diferentes elementos, como: os produtos, as características produtivas, outras formas de renda familiar e distintas formas de comercialização. Dessa forma, as escolhas produtivas realizadas pelos agricultores trazem consigo outras opções para o desenvolvimento das relações econômicas. Vinculado a tais noções, podemos considerar que a escolha entre as características produtivas, nesse caso convencional e orgânica, condiciona os outros elementos econômicos, como os produtos e os caminhos para a comercialização.

Vinculado a tais noções, podemos distinguir as territorialidade econômicas como convencional e orgânica. Na primeira, há utilização de agrotóxicos e outros defensivos agrícolas, além de adubos de origem variada. Cultivam-se, nessa situação, produtos visando a maior produtividade possível apresentando menor variedade. A comercialização nessa situação é direcionada principalmente para a Ceasa/RS, contudo pode ser encaminhada, eventualmente, para festas e para supermercados. Esse tipo de produção praticamente inviabiliza a realização de outras atividades não agrícolas. As rendas extras, nessa situação, ficam registradas através das aposentadorias. De uma forma geral, essa territorialidade, com suas feições econômicas passa por um momento de decadência com a redução das lucratividades, principalmente pela concorrência comercial com agricultores de outras regiões, pela estagnação dos valores de venda dos produtos comercializados e pela elevação dos preços dos insumos.

A outra situação é definida através das características produtivas, na qual não são utilizados produtos sintéticos e qualquer outra forma de químicos junto aos cultivos. A produção apresenta grande diversidade, sendo cultivada conforme as características ambientais de cada estação, pois a escolha dos cultivos a serem realizados segue determinações climáticas. A comercialização dar-se-á essencialmente através das feiras ecológicas realizadas no município de Porto Alegre. Essa territorialidade mostra-se em crescimento. Suas características possibilitam às famílias dos agricultores, que estão nessa condição, realizarem outras atividades não agrícolas, como o turismo rural através dos caminhos rurais e a fabricação de produtos agroindustriais. As aposentadorias também estão presentes nessa situação. Por fim, destaca-se a ação transformadora das atividades extensionistas da Emater/RS ao incentivar e disponibilizar mecanismos para o auxílio a produção de orgânicos.

Cabe destacar ainda que a industrialização está presente no contexto agrícola de Porto Alegre, através das ferramentas e tratores utilizados pelos agricultores. Contudo, há outras duas situações distintas na qual as atividades industriais relacionam-se com a

agricultura. Na primeira há uma relação de aquisição de produtos industriais, por parte dos agricultores, para a agricultura que se manifesta através da compra de adubos, pesticidas, fungicidas e outros insumos químicos. Na outra situação, a industrialização é promovida pelas próprias famílias dos agricultores, através da elaboração de produtos agroindustriais como geléias, temperos, entre outros, para venda nas feiras ecológicas e durante as visitas turísticas.

As expressões culturais apresentam-se sob uma diversidade de situações. Existem circunstâncias nas quais os agricultores sentem-se valorizados. Em outras situações temos relações de afinidade com a profissão ou simplesmente um continuísmo perante as possibilidades existentes. Em certos momentos, tem-se, por parte dos agricultores, a determinação de permanecer nas atividades agrícolas e, em outras não.

Em síntese, podemos encontrar duas territorialidades marcantes quanto a essa situação. A primeira é expressa através da identidade com o lugar e as atividades agrícolas. É marcada pelo prazer com relação as praticas agrícolas e mantém-se mesmo com a forte especulação imobiliária. Nessa situação, encontram-se agricultores com características convencionais e essencialmente os produtores orgânicos. Num segundo conjunto, temos uma territorialidade marcada pela estagnação. No qual temos determinados agricultores que não querem mudar de profissão e, tão pouco, buscar novas alternativas. Essa situação marca essencialmente os produtores com características econômicas convencionais que apresentam idades elevadas.

Do ponto de vista político temos as ações centradas basicamente no Sindicato Rural Patronal de Porto Alegre e na Associação dos Caminhos Rurais. É basicamente através dessas duas instituições que são conduzidas as negociações em busca de algumas reinvidicações. Cabe destacar que há certa competitividade entre os agricultores, fato que dificulta a cooperação e a busca de ações conjuntas.

Essas diferentes territorialidades não existem separadamente, pois elas relacionam-se e interagem. Tal fato pode ser exemplificado através da relação das territorialidades econômicas com as dinâmicas culturais, nas quais os produtores convencionais que estão passando por dificuldades econômicas apresentam mais facilmente descrédito e desanimo com relação a agricultura. Em situação oposta, aqueles que estão em uma situação de melhora econômica, apresentam maior satisfação com suas atividades. Tal situação pode ser demonstrada também através das relações culturais que incentivam determinadas práticas econômicas. Nesse sentido, muitos agricultores que são resistentes a mudanças, preferem realizar seus cultivos da forma como eles aprenderam com seus pais. Perpetuando, assim, cultivos e características produtivas que atualmente não são mais tão lucrativas.

Por fim, cabe frisar que existem relações distintas com a cidade conforme a localização dos estabelecimentos rurais. Perante as informações obtidas, observou-se a tendência de maior valorização imobiliária junto as propriedades mais próximas aos aglomerados urbanos. Os agricultores entrevistados que estão em meio a essa situação (A, B, C, D e E), referiram-se com intensidade sobre essa questão. Registra-se também preocupações sobre outros temas, de forma diferenciada, por esses agricultores. Questões relativas a invasões e roubos aparecem nessas falas, da mesma forma manifestações de satisfação com a presença de infra-estruturas e a maior quantidade de estabelecimentos comerciais como comércio, bancos, estradas asfaltadas, maior número de linhas de ônibus, entre outros. A maior proximidade aos aglomerados urbanos traz consigo, dessa forma, vantagens e desvantagens para nossos agricultores entrevistados.

A valorização imobiliária configura-se como a maior promotora das transformações das propriedades agrícolas em outras formas não-agrícolas. Ela propicia, em alguns casos, a venda das propriedades que desenvolviam atividades agrícolas e conseqüentemente a migração desses ex-agricultores de Porto Alegre. Ao vender, os agricultores compram terras em outros municípios com áreas muito superiores as que eles tinham anteriormente, trocam de profissão, ou mesmo vivem de rendas bancárias. Os filhos dos agricultores, de forma geral, são muito pouco incentivados a realização dessas atividades, posteriormente ao falecimento dos pais acabam por vender as terras.

Cabe destacar que os agricultores mais afastados da cidade pouco mencionaram o tema da valorização imobiliária, dos roubos e das invasões. Preocuparam-se mais com outras questões como a não permanência dos filhos.

Contudo, enfatiza-se a efetivação do planejamento urbano do município de Porto Alegre. Tal situação fica explícita através da indicação, que constam no Plano Diretor do Município, que bairros como a Vila Nova e proximidades estão em uma “Área de ocupação intensiva predominantemente residencial” e contraditoriamente existe nesses bairros grande número de estabelecimentos rurais, configurando a “concentração sul”. Essa transformação contida no Plano Diretor está consumando-se, conforme indicam as informações dos agricultores entrevistados, através das intensas transformações territoriais vivenciadas nesses bairros. Há, dessa forma, na concentração sul, maior intensidade nas transformações territoriais, fato que culmina na extinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos no decorrer desse estudo, analisar a agricultura realizada no município de Porto Alegre frente ao processo de extinção dos espaços destinados a essa atividade. Em meio a esse contexto, buscamos compreender os principais elementos econômicos, políticos e culturais, mantenedores da agricultura e dos espaços destinados a essa prática. Durante a pesquisa muitas informações e considerações foram geradas, sucintamente apresentadas na seqüência.

No que se refere especialmente à atividade agrícola, podemos destacar que estas estiveram, e estão, presentes em todos os momentos históricos do município. Apresentou diferentes características produtivas e localizacionais, conforme o período histórico. Destaca-se que os espaços que potencialmente podem ser destinados a esta atividade vem diminuindo gradativamente em todos os momentos em face da expansão da cidade de Porto Alegre, na qual ao norte do município houve de forma mais efetiva a expansão da cidade e de seus usos, enquanto no sul há uma ocupação menos intensa e com uma expansão mais recente.

No que se refere às características das atividades agrícolas atualmente realizadas em Porto Alegre destaca-se uma série de elementos, entre os quais temos a estrutura fundiária. Ela é caracterizada, em sua grande maioria, por propriedades inferiores a 50 hectares, assinalado uma estrutura fundiária de pequenas propriedades. Os cultivos realizados no município de Porto Alegre estão orientados em duas situações. A primeira, sob a óptica de uma agricultura empresarial conduzida por empresas rurais, apresentando poucos estabelecimentos com as maiores áreas, pouca diversidade de cultivos e grandes quantidades produzidas. A segunda situação é caracterizada por uma agricultura desenvolvida através de produtores familiares, ou seja, estabelecimentos que são conduzidos e manejados de forma direta por seus proprietários, familiares e sócios. Apresentando maior diversidade de cultivos, áreas produtivas menor e conseqüentemente quantidades totais produzidas mais reduzidas.

De forma geral os produtos cultivados são hortifrutigranjeiros e estão localizados principalmente na periferia da cidade, principalmente ao sul do município. Cabe destacar, com relação à localização, que é possível identificar concentrações de propriedades que realizam atividades agrícolas, por nós denominadas, como: “sul”, nas imediações dos bairros Belém Velho, Vila Nova e Aberta dos Morros; e “extremo sul”, nos bairros Belém Novo, Lami e Lageado. Na concentração “sul” há maior proximidade com aglomerados urbanos que na situação da concentração “extremo sul”.

Por fim, ressalta-se os conflitos entre os dados sobre a agricultura em Porto Alegre,

como: número de propriedades, tamanhos, números de agricultores, produção e produtividade. Essas informações contraditórias dificultam as análises sobre a situação da agricultura em Porto Alegre e conseqüentemente podem comprometer iniciativas de desenvolvimento junto à agricultura e outras atividades de gestão e de planejamento municipal.

O planejamento municipal, destacado através dos planos diretores, reconhece a presença das atividades agrícola no município desde o Plano Diretor de 1959, no momento em que incorporou totalmente o território município ao planejamento. De modo geral, os planejamentos enfatizaram as problemáticas urbanas de forma mais intensa, deixando, assim, a agricultura em uma posição de pouco destaque. Contudo, as áreas próprias à agricultura são destacadas desde a delimitação da zona rural e, posteriormente a extinção dessas e a adoção do conceito de que tudo é cidade, com a presença dessa atividade no modelo espacial.

O atual plano diretor destina áreas à produção primária no sul do município, coincidentes à concentração “extremo sul” de estabelecimentos rurais, identificada na pesquisa. Contudo, parte do território do município que atualmente tem estabelecimentos rurais e práticas agrícolas, como a concentração “sul”, não constam no planejamento com esses usos. No caso da concentração sul boa parte dela consta, no atual plano diretor, como “área de ocupação intensiva predominantemente residencial”. Tal situação incentiva as transformações sócio-espaciais nesses bairros, culminando na acentuação do processo de extinção dos estabelecimentos destinados à agricultura.

A efetivação de tal situação pode ser observada a partir das entrevistas com agricultores. Quando esses, principalmente os localizados na concentração “sul”, destacam a presença da valorização imobiliária em seus bairros, além de outras vantagens e desvantagens advindas da vizinhança aos aglomerados urbanos. Tal situação difere dos demais agricultores entrevistados, que enfatizaram outras questões como preponderantes.

As entrevistas propiciaram, além disso, identificar as diferentes territorialidades presentes em meios às práticas e às atividades realizadas pelos agricultores. Essas territorialidades, reflexos das escolhas e ações de nossos entrevistados, expressam-se sob feições econômicas, políticas e culturais. Em síntese, podemos considerar a presença de duas marcantes territorialidades. A primeira expressa-se através da identidade com o lugar e com as atividades agrícolas. Ela é marcada pelo prazer demonstrado pelos agricultores em suas atividades e que mesmo com a forte especulação imobiliária, mantêm-se. Nessa situação encontram-se agricultores com características convencionais e essencialmente os produtores orgânicos. Num segundo conjunto temos uma territorialidade marcada pela estagnação, no

qual temos determinados agricultores que não querem mudar de profissão e tão pouco, buscar novas alternativas. Essa situação marca essencialmente os produtores com características econômicas convencionais que apresentam idades elevadas. Em ambas as situações a participação política, a organização e o poder de reivindicações são reduzidas.

Tendo em vista o conjunto, podemos considerar que a permanência dos espaços destinados as atividades agrícolas em Porto Alegre pode ser percebida em distintas escalas. Em uma escala mais ampla, em nível municipal, há a tendência de transformações sócio-espaciais que culminam na extinção dos espaços destinados à agricultura. Tal situação está mais presente na concentração sul do município do que na concentração extremo sul de estabelecimentos rurais. Tais diferenças estão amparada no planejamento municipal, sendo percebido ou não pelos agricultores em seu cotidiano. Em uma escala mais restrita podemos identificar que a manutenção dos espaços destinados à agricultura configura-se essencialmente sob duas territorialidades. A primeira de resistência, marcada pela identidade e a satisfação com as atividades agrícolas, e a segunda do continuísmo, destacada pela estagnação.

Sobre a pesquisa, ressalta-se que ela abordou as atividades e práticas rurais do município de Porto Alegre a partir da agricultura. Reconhece-se, contudo a existência de outras atividades rurais não agrícolas no município, como é o caso da presença de espaços turísticos, haras, sítios de segunda residência, estabelecimentos de lazer rural, entre outros.

Sobre as perspectivas futuras da agricultura no município, considerando o conjunto de elementos citados e a manutenção da mesma, acreditamos que a agricultura tende a diminuir de forma relevante nas próximas décadas. Contudo, projetar o futuro, nessa situação, é uma grande pretensão, pois estamos considerando os elementos que, atualmente estão latentes. Há, pois, a possibilidade de fatos novos ocorrerem e criarem outras perspectivas futuras. Nesse sentido, maior fomento à agricultura através de incentivos fiscais, ampliação de pontos comerciais, garantias junto ao planejamento urbano do município, ou mesmo, maior força à ação extensionista da Emater/RS, são exemplos de mudanças que podem reverter ou desacelerar essa perspectiva negativa de mudança. Contudo, toda e qualquer mudança de incentivo das atividades agrícolas devem passar pela multidimensionalidade que representa essa prática, ou seja, através: da rentabilidade econômica; do reconhecimento e da satisfação profissional; da organização e da cooperação política, entre os agricultores e as instituições que zelam por eles.

Por fim, destacamos que nossa pesquisa apresenta as preocupações de um dado momento histórico, ela reflete os problemas e as transformações vivenciadas em parte do

município Porto Alegre. A esse respeito, o estudo realizado registra, nesse momento histórico, as transformações sócio-espaciais ocorridas, as ações e intenções dos agricultores de Porto Alegre. Cabe, por fim, ressaltar que esta pesquisa coloca-se pretensiosamente à disposição para auxiliar na implementação de medidas de fomento e no auxílio às práticas e aos praticantes da agricultura inseridos nesse contexto metropolitano.

REFERÊNCIAS

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. A "Desindustrialização" de Porto Alegre: causas e perspectivas. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p.3-28, 1988.

BENNETT, Rodrigo. **Adensamento Urbano: Influência Do Atual Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano Ambiental No Bairro Petrópolis Em Porto Alegre/RS**. 2007. 76 f. Monografia (Geógrafo) - Curso de Geografia, Ufrgs, Porto Alegre, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p.

CEASA/RS (Rio Grande do Sul). **Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A**. Disponível em: <<http://www.ceasa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

EMATER-ASCAR (Rio Grande do Sul). **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR: a gestão do processo de planejamento**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2007.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A Produção da Periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no bairro Restinga**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Ufrgs, Porto Alegre, 2009. f. 159.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 167 a 190.

_____. **O Mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Usp, 2005. p. 6774 - 6792.

_____. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 173 p.

HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) **Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação/Ocupação e Paisagem**. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. 84p.

KOZENIESKI, Éverton de Moraes *et al.* As Transformações Territoriais E Seus Agentes Como Elementos Geradores De Mobilidade Populacional No Bairro Vila Nova Em Porto Alegre/RS. **Para Onde!?**, Porto Alegre, n. 1, p. 08-21, jul. 2007.

LEFEBVRE, Henry. **La revolución urbana**. 2. ed. Madrid: Alianza, 1976.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª edição. São Paulo:

Centauro, 2008.

MARQUES, M. I. M.. O Conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, Rio de Janeiro, n. 19, p.95-112, jul. 2002.

MEDEIROS, R. M. V. **Que novo rural é este no Brasil?**. São Paulo/SP, Departamento de Geografia-USP, USP e UFRGS, 2006. Mesa Redonda Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil, Conferência concedida no 1º Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil (SINARUB).

MENEGAT, Rualdo *et al.* **Atlas ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. 228 p. Várias escalas.

MERTZ, Marli Marlene. Breve retrospectiva Histórica da Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovoir Andrade (orgs). **Agricultura na região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 13-41.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalização: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José. **Identidades sociais: Ruralidade no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005. p. 15-40.

NYGAARD, Paul Dieter. **Planos diretores de cidades: discutindo suas base doutrinária**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2005.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: planejar para viver melhor**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, [1979].

_____. Secretaria do Planejamento. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental: Lei Complementar 434/99**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1999.

_____. Centro De Pesquisa Histórica. Secretaria Municipal Da Cultura. **Breve História De Porto Alegre**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_de_porto_alegre.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2009a.

_____. SMIC. **Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio**. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/>>. Acesso em: 01 jun. 2009b.

_____. Secretaria do Planejamento. Secretaria do Planejamento. **Apresentação: Porto Alegre tem tradição em Planejamento**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=125>. Acesso em: 01 jun. 2009c.

_____. Secretária de Planejamento Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental: PDUUA**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/default.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2009d.

_____. Célula De Gestão Tributária. Secretaria Municipal Da Fazenda. **LEGISLAÇÃO**

TRIBUTÁRIA IPTU/TCL: 2009. Porto Alegre: Prefeitura Municipal De Porto Alegre, 2009e. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/iptu_coletanea_2009.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura P.. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no brasil**. Rio de Janeiro: Usp, 1978

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. (Trajectos 17). Tradução de: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo, Razão e Emoção. 4 ed.. 1. reimp. São Paulo: Editora da USP, 2004. (coleção Milton Santos; 1)

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.60-81, fev. 2006

_____. **Abordagens e Concepções Sobre o Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular / Unesp, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio; SINHORINI, José. Modernização da Agricultura: Territorialização, mudanças, dominação. **Terr@plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.183-197, jul./dez. 2008.

SCHNÄDELBACH, Carla Villanova. **A Noção da Ruralidade e a Construção Identitária de Agricultores em um Meio Citadino**: o caso da Vila Nova e arredores - Porto Alegre/RS. 2004. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Ufrgs, Porto Alegre, 2004. f. 139.

SCUSSEL, Maria Conceição Barletta. O Rural e O Urbano Na região Metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. In: GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovoir Andrade (orgs). **Agricultura na região Metropolitana de Porto Alegre**: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 43 -70.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henry Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

SOUZA, Marcelo L. de. Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. da C. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 a 116.

_____. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.

3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e Sua Evolução Urbana**. 2 ed. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2007.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, Território e Relação Cidade-Campo: Uma outra leitura da modernização da agricultura. In: MEDEIROS, Rasa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira. **Tradição versus Tecnologia: As novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. p. 241-254.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 17 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural Como Um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 330 p. (Série Estudos Rurais).

APÊNDICES

APÊNDICE A – BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

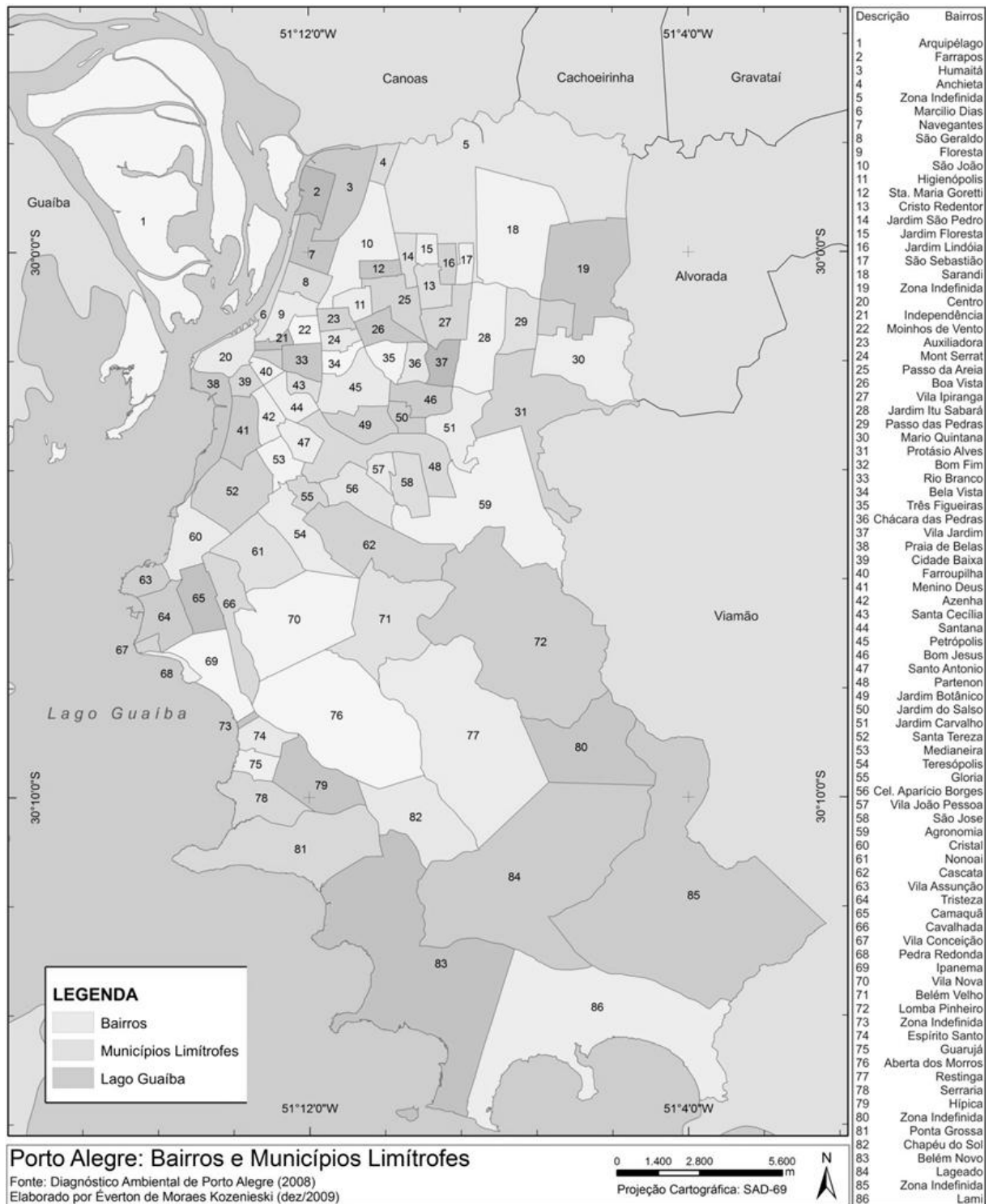


Figura 19 – Bairros do Município de Porto Alegre

Fonte: HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre. 2008. Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

APÊNDICE B – PRINCIPAIS VIAS DE PORTO ALEGRE



Figura 20 – Principais Vias de Porto Alegre

Fonte: HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre. 2008. Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

APÊNDICE C - LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DOS ENTREVISTADOS



Figura 21 – Localização dos Estabelecimentos dos Entrevistados

Fonte: HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre. 2008.
Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

APÊNDICE D – MODELO BASE DAS QUESTÕES-GUIA

Nº ___ Data: ___/___/___ Entrevistado e Local: _____

Dados do Entrevistado	
Perguntas Geradoras: - <i>Qual é o seu Nome?</i> - <i>Qual sua idade?</i> - <i>Endereço/bairro/localidade?</i> - <i>Profissão e formação?(Escolaridade-tempo de estudo)</i>	Atentar:
Atividades Econômicas - Produção	
- <i>o que você produz e quanto?</i> - <i>de que forma você produz?</i> - <i>como o senhor aprendeu a “lida” agrícola?</i> - <i>onde e de que forma comercializa (venda direta, Ceasa, ...)?</i> - <i>o senhor desenvolve alguma outra atividade? (produção, turismo, feiras/comércio, aposentadoria...</i> - <i>quais são os grandes problemas que o senhor vem enfrentando?</i> - <i>a sua família participa das atividades produtivas da agricultura ou de comercialização?</i> - <i>Qual a importância da agricultura na renda familiar?</i> - <i>Recebe algum auxílio técnico (Emater, CAD,...)?</i> - <i>quanto tempo de sua semana vocês depende na produção agrícola?</i> - <i>qual é sua rotina de um dia de semana comum?</i> - <i>e nos finais de semana?</i> - <i>já buscou outras alternativas de produção, como produzir sem agrotóxicos?</i>	- <i>técnicas e tecnologias utilizadas</i> - <i>redes de comercialização</i> - <i>destino da produção</i>
História/Trajetoária Pessoal e Familiar	
- <i>o senhor sempre foi agricultor?gosta desta atividade?</i> - <i>já trabalhou em outras profissões?</i> - <i>quantos anos o senhor está nessa atividade?</i> - <i>quando e como sua família começou a trabalhar na agriculturar em Porto Alegre?</i>	<i>Buscar saber a história de vida</i>
Sistema de Valores	
- <i>o que é/o que representa ser agricultor para você?</i> - <i>como é ser agricultor em uma grande cidade?</i> - <i>quais são as principais vantagens de ser agricultor?</i> - <i>quais são as principais desvantagens de ser agricultor?</i> - <i>o que representa o bairro/localidade para o senhor?</i> - <i>o senhor pensa em se mudar daqui?</i>	<i>Procurar ver se há algum tipo de pressão p/a venda da propriedade</i>
Participação/Atuação Política	
- <i>Você participa de alguma associação/clube (associação de bairro/igreja/escoteiros/ong/etc.)?</i>	

ANEXOS

ANEXO A – PARECERES DA BANCA EXAMINADORA

ANEXO I
Título da dissertação:
"O RURAL NA METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE/RS"
Autor: Éverton de Moraes Kozenieski
Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros
Examinador: Júlio César Suzuki (Departamento de Geografia/USP)
Data: 17 de maio de 2010
Conceito: A (aprovado)
PARECER:
<p>O trabalho apresentado é de muito bom nível de análise, contribuindo para o avanço da relação entre campo e cidade por incorporar a categoria território.</p> <p>A revisão bibliográfica é adequada para a construção do problema de pesquisa, bem como para instrumentalização da análise, já que os autores, categorias, relações e posições são bem aplicados na leitura das dinâmicas existentes na porção sul do município de Porto Alegre, onde se concentra a prática da agricultura.</p> <p>Os capítulos foram bem divididos, revelando facetas do problema de pesquisa em tela, sem o uso de repetições tão comuns em capítulos temáticos ao invés de ordenados pela leitura dos processos em uma cronologia.</p> <p>As representações gráficas foram bem constituídas, com os cuidados técnicos <u>necessá</u></p>

ries, mas com possibilidades analíticas que nem sempre foram exploradas.

O texto em geral é bem escrito, mas cabe uma necessária revisão gramatical e ortográfica.

Por fim, cabe salientar a qualidade da orientação na condução da pesquisa, o que contribuiu densamente para a busca de contribuições e avanços teórico-metodológicos mesmo no nível de análise a que se insere a pesquisa, a de mestrado, sendo bastante incomum para tal tipo de pesquisa.

Assim, somos de parecer favorável à aprovação da dissertação em tela, ressaltando o louvor da contribuição teórico-metodológica da análise.

Assinatura:

Julio César Augusto

Data:

17/05/2010

Ciente do orientador:

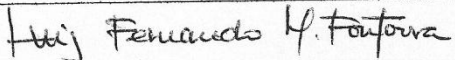
Ros Keller

Ciente do aluno:

Cito

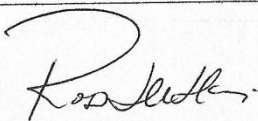
ANEXO I
Título da dissertação:
"O RURAL NA METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE/RS"
Autor: Éverton de Moraes Kozenieski
Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros
Examinador: Luiz Fernando Mazzini Fontoura (POSGea/IG/UFRGS)
Data: 17 de maio de 2010
Conceito: A
PARECER:
<p>O presente trabalho apresenta plenas condições de aprovação por atingir os objetivos propostos. O candidato estuda as condições de permanência de atividades significativas no município de Porto Alegre, principalmente os pequenos estabelecimentos localizados fora da zona sul, com atividades criativas e de trabalhos permanentes e temporárias. Para alcançar tal fim, desenvolve metodologia e abastecer de bibliografia pertinentes e de boa qualidade. Os quadros, mapas e tabelas são também destaque. A discussão sobre território e a relação cidade-campo atinge o ponto alto do trabalho, bem como a explicação e a evolução da transição do município de Porto Alegre para um município com uma área considerada urbana, ainda que existam, como demonstrado, atividades agrícolas. Sugere-se uma revisão quanto a veracidade das considerações colocadas por</p>

SOUZA; MULLER, 2007, principalmente na página 48 deste trabalho. De uma maneira geral, o trabalho apresenta excelente qualidade de investigativa e metodológica.

Assinatura: 

Data: 17/05/2010

Ciente do orientador:



Ciente do aluno:



ANEXO I

Título da dissertação:

"O RURAL NA METRÓPOLE: O CASO DE PORTO ALEGRE/RS"

Autor: **Éverton de Moraes Kozenieski**

Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros

Examinador: Paulo Roberto Rodrigues Soares
(POSGea/IG/UFRGS)

Data: 17 de maio de 2010

Conceito: **A**

PARECER:

Trabalho com todas as condições de ser aprovado, bem escrito, bem construído metodologicamente, bem trabalhado tecnicamente. A temática é relevante e importante, tema pouco trabalhado na Geografia e que merece um tratamento como o realizado pelo mestrando. O mestrando desenvolve com maestria os conceitos geográficos, especialmente o de território e o de rural e urbano. Apenas uma pequena lacuna no estudo da relação cidade campo, mas que não diminuiu o trabalho.

Os capítulos estão bem construídos, pertinentes ao tema, enquanto que o capítulo final consegue articular teoria e conceitos trabalhados ao longo da dissertação com os dados da pesquisa empírica.

Consideramos a dissertação de Éverton Kozenieski um trabalho exemplar que pode ser publicado e que terá grandes desdobramentos de pesquisa.

